

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ELISA MARIA COSTA

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO EM GOVERNADOR
VALADARES: autonomia, empoderamento e mobilidade social.

SÃO PAULO

2023

Elisa Maria Costa

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA
CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS
SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO EM
GOVERNADOR VALADARES: autonomia,
empoderamento e mobilidade social.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador/a: Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno.

SÃO PAULO

2023

Ficha Catalográfica

COSTA, Elisa Maria.

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E HABITAÇÃO EM GOVERNADOR VALADARES: autonomia, empoderamento e mobilidade social/Elisa Maria Costa- São Paulo: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.: 177.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Renata Faleiros Camargo Moreno.

Elisa Maria Costa

PROTAGONISMO DAS MULHERES NA
CONSTRUÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E
HABITAÇÃO EM GOVERNADOR
VALADARES: autonomia, empoderamento e
mobilidade social.

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno (Orientadora)
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Jaqueline Moll
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Mariana Mazzini Marcondes
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof./Profa. Título Nome do suplente (suplente)
Filiação institucional

Dedico este trabalho de Mestrado em políticas públicas e sociais à trajetória das mulheres de lutas, lideranças sociais e gestoras que participaram na construção das políticas sociais aqui estudadas, na pesquisa de campo e nos resultados sociais na vida das beneficiárias, com transformações de vidas.

São mulheres, mães, avós, chefas de família, mães solas, trabalhadoras, pretas, pobres, LGBTQUIA+ que ousaram sair dos seus lugares, romper barreiras das opressões, dos preconceitos de classe, raça e cor e, com coragem, buscar respeito, dignidade e construir igualdade. As mulheres que partilharam sonhos e esperanças, com vida e liberdade, têm consciência de que é preciso um longo tempo ainda de organização, de lutas na busca pela igualdade de gênero, rumo à sua potencial emancipação.

AGRADECIMENTOS

Construir este Mestrado e escrever esta Dissertação foi um grande desafio neste tempo das nossas vidas. Os estudos do Mestrado coincidiram com o momento do início da crise sanitária do Covid -19 e com todas as dificuldades de conviver com esta nova realidade social. Deparei-me, também, com a distância de muitos anos fora da Educação formal, pela dedicação à vida pública, desde os movimentos estudantis e das pastorais sociais, até a construção do PT, nos mandatos populares legislativos e da gestão pública. Encontrava-me assim, mais preparada para a oralidade, do que para a escrita.

Com alegria manifesto toda minha gratidão, por este momento em minha vida, e com a certeza de que voltar aos estudos é sempre um recomeço que aponta horizontes. Agradecer é um lugar principalmente de expressão afetiva, de reconhecer as contribuições solidárias e coletivas e do fazer de uma história, escrita por muitas pessoas amigas e comprometidas com quem sonha e luta por justiça social e racial.

Como ponto de partida, inicio meus agradecimentos ao Partido dos Trabalhadores/PT pela oportunidade desta pós-graduação, que nos permitiu revisitar a história, especialmente do Brasil, atualizando, ressignificando conteúdos, aperfeiçoando práticas sociais e de gestão pública. A parceria da Fundação Perseu Abramo/FPA com a FLACSO Brasil tem sido percebida como acerto. Agradeço, assim, às professoras e aos professores de todas as disciplinas pela dedicação, compromisso social e qualidade dos conteúdos.

Meus agradecimentos especiais a todas as mulheres que deram sua contribuição para este trabalho, a partir da inspiração e motivação de registrar este legado social. Esta proposta da pesquisa iniciou-se pela construção do projeto discutido, buscou-se a contribuição da literatura e seguiu durante a pesquisa de campo com históricos relatos das mulheres beneficiárias. Assim, organizou-se toda a escrita da Dissertação e chegando, até este momento final, da entrega. Gratidão a todas pela construção deste Mestrado, com dimensão coletiva e solidária.

A você, Tatiana Santiago, amiga e companheira, primeira inspiradora desta ideia promissora, no presente e futuro.

A Sames Assunção Madureira, professora e ex-Secretária de Educação, que corajosamente iniciou o Projeto da Escola em Tempo Integral -ETI, amiga solidária e generosa, que desde o início da proposta, colaborou com dados e informações para fundamentar esta pesquisa.

A amiga Áurea Nardely, participante da equipe da gestão pública, com sua experiência de pensar o projeto de pesquisa inicial, colaborar na escolha dos temas e me motivar todo o tempo, com diálogos permanentes, com a crítica necessária e solidária.

A amiga e professora Christiane Pitanga, que debruçou-se sobre a pesquisa, com responsabilidade e cuidado, desde as primeiras propostas dos temas, até este tempo. Neste caminho chegou também a professora Ana Patrocínio, que com dedicação e compromisso, esteve presente até o final.

Agradeço a professora Terezinha Vilarino pelas contribuições no projeto de pesquisa, de modo especial na metodologia e pelas contribuições literárias, registradas pelas mulheres nos temas de Governador Valadares.

Agradeço às amigas e companheiras Lucileide Santos, Nayara Simões, Maria Lúcia e Cida Pereira, pela colaboração e compromisso com o árduo trabalho da pesquisa de campo em que estiveram na linha de frente. À Lucileide, Presidenta da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), que mobilizou e organizou as reuniões da Associação e nos Residenciais; a Nayara Simões que contribuiu no acompanhamento, gravações e registros das rodas de conversas e, Cida Pereira na mobilização de reuniões e acompanhamento, sempre pronta para as lutas com e pelas mulheres.

Meus agradecimentos ao companheiro professor Haruf Salmen, da equipe da gestão pública de Educação, pelas contribuições no pensar sobre o projeto da pesquisa e suas contribuições com as literaturas, de modo especial, sobre as construções históricas de Governador Valadares.

Ao amigo e companheiro Wellington Azevedo, pela colaboração enquanto equipe de governo na implementação da política habitacional e suas valiosas informações nos dados e resultados concretos desta política social na vida de milhares de famílias e mulheres.

Aos colegas, amigos e amigas do Mestrado, pelo diálogo que construímos ao longo desse tempo. Em nome da amiga Magna Izabel, agradeço a todas, todos e todes, as partilhas, as trocas de experiências, a colaboração na superação dos desafios e das angústias. Sempre uma palavra de incentivo, um gesto de compromisso e um olhar para seguir. Um coletivo entrelaçado de histórias e vidas. Agradeço à Tarciana Amaral, amiga de Mestrado de Governador Valadares, pelas contribuições na transcrição dos relatos e nos cuidados com o valor do conhecimento.

Professora Onice, você chegou de mãos dadas com minha sobrinha e irmã Márcia Nunes. Conheceu a proposta da pesquisa, sentiu-se perto do projeto e me acompanhou todo este tempo. Valorizou o trabalho, colocou-me muitas vezes de pé, com seu apoio e experiência, neste verdadeiro encontro de pessoas que acreditam em justiça social.

Agradecimentos especiais à orientadora Renata Moreno, que com sabedoria, sensibilidade social, competência e novos ensinamentos, soube compreender minhas inquietações, exercer a paciência histórica para conter ansiedades, orientar-me na busca de novas literaturas e indicando, sempre, os caminhos e encontros deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa refere-se à participação das mulheres na construção das políticas públicas e sociais de Educação, através da Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil – creches e Habitação Social, bem como sua intersectorialidade/integração e aos resultados sociais, nas comunidades e territórios locais. A metodologia da pesquisa combinou a coleta de dados com a análise documental e de campo. Foram entrevistadas 47 mulheres, divididas em três grupos, a saber: gestoras da Escola em Tempo Integral e de Habitação Social, lideranças dos Núcleos habitacionais e de uma Associação Habitacional, e mulheres beneficiárias das políticas públicas. As políticas sociais analisadas nesta pesquisa foram implementadas por uma gestão pública feminina, em dois mandatos populares do Partido dos Trabalhadores, no município de Governador Valadares – Minas Gerais, no período de 2009 a 2016. Nesses mandatos, a participação popular, como orientação política e como método de governo democrático-popular, estimulou a construção e implementação das políticas sociais com o protagonismo das mulheres na escolha de prioridades do governo municipal, considerando que políticas sociais e novos investimentos públicos têm relevância e podem contribuir na construção e nas condições práticas para a redução das desigualdades sociais e de gênero. Na perspectiva de gênero, o conjunto dos resultados sociais a partir das políticas de Educação - ETI e Habitação Social, mostrou-se com riqueza de detalhamento e profundidade em relatos de vivências das mulheres entrevistadas na pesquisa, que afirmam transformações em suas vidas. Na pesquisa de perfil qualitativo, a produção e organização dos dados inter-relacionaram-se, de forma a refletir, analisar, produzir e explicitar os resultados sociais relativos ao perfil das políticas sociais em estudo. A pesquisa de campo registrou e analisou os relatos de mulheres beneficiárias, lideranças sociais e gestoras públicas, nos quais vincularam-se as histórias, trajetórias e experiências de vidas das mulheres beneficiárias com os resultados ocorridos na construção de sua autonomia, empoderamento e mobilidade social. A pesquisa evidencia a força da intersectorialidade dessas duas políticas, destacando a importância e valor dado pelas mulheres à conquista da casa própria e sua titularidade, a agregação de outras políticas públicas e do direito à cidade, viabilizando autonomia, independência e liberdade e a Escola em Tempo Integral - ETI, que organizou um novo tempo escolar. A jornada ampliada de alunas e alunos também possibilitou às mulheres, em sua diversidade, empoderar-se de seu tempo livre para novas escolhas em suas vidas e isso favoreceu sua autonomia. A integração das duas políticas contribuiu com as mulheres beneficiárias na construção de sua autonomia, independência; participação social/política, empoderamento e mobilidade social residencial e socioeconômica.

Palavras-chave: Protagonismo das mulheres. Integração das políticas sociais. Autonomia, empoderamento e mobilidade social.

ABSTRACT

This research addresses women's participation in the development of public and social policies regarding Social Housing and Full-time Schooling, including Early Childhood Education and daycare facilities, as well as their intersectoral/integration aspects and social outcomes within local communities and territories. The research methodology combined documentary analysis with fieldwork. Interviews were conducted with 47 women, divided into three groups: Full-time School and Social Housing managers, leaders of housing units and a Housing Association, and women beneficiaries of public policies. The analyzed social policies, implemented by a female-led government during two popular terms of the Workers' Party, took place in the municipality of Governador Valadares, Minas Gerais, from 2009 to 2016. During these terms, popular participation, as a political orientation and method of democratic-popular governance, stimulated the construction and implementation of social policies with women playing a leading role in setting the priorities of the municipal government. This recognition stems from the importance of social policies and new public investments in addressing social and gender inequalities. From a gender perspective, the comprehensive social outcomes resulting from the Education - Full-time Schooling and Social Housing policies revealed rich and detailed accounts of the experiences of the interviewed women, affirming transformations in their lives. In this qualitative research, data production and organization were interconnected to reflect, analyze, produce, and clarify the social outcomes related to the profile of the social policies under study. The fieldwork registered and analyzed the testimonies of women beneficiaries, social leaders, and public managers, linking the stories, trajectories, and life experiences of the beneficiaries to the outcomes achieved in terms of autonomy, empowerment, and social mobility. The research highlights the strength of the intersectoral nature of these two policies, emphasizing the importance and value that women attach to homeownership and property rights, the integration of other public policies and the right to the city, enabling autonomy, independence, and freedom. It also underscores the impact of Full-time Schooling, which reorganized the school day and provided students, and in their diversity, women, with additional free time for new choices in their lives, fostering their autonomy. The integration of these two policies contributed to the autonomy, independence, social and residential socioeconomic mobility, as well as social and political participation and empowerment of women beneficiaries.

Keywords: Women's leadership. Integration of social policies. Autonomy. Empowerment. Social mobility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHNT	Associação Habitacional Nova Terra
APP	Área de Preservação Permanente
ASCANAVI	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva
ASP	Auxiliar de Serviços Públicos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CDC	Caderno de Diretrizes Curriculares
CEP	Comitê Ético de Pesquisa
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CF/88	Constituição Federal de 1988
CRAEDI	Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
EJA	Educação para Jovens e Adultos
FMH	Fundo Municipal de Habitação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ETI	Escola em Tempo Integral.
EUA	Estados Unidos da América
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Governador Valadares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
LGBTQIAP+	Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros; Queer; Intersexuais; Assexuais; Pansexuais
MC	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OPH	Orçamento Participativo de Habitação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa-Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMGV	Prefeitura Municipal de Governador Valadares
PME	Programa Mais Educação
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PLHISGV	Plano de Habitação de Interesse Social de Governador Valadares
PLIS	Plano Local de Interesse Social
PMH	Plano Municipal de Habitação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNH	Política Nacional de Habitação
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PNE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PMPM	Plano Municipal de Políticas para Mulheres
PT	Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras
SMED	Secretaria Municipal de Educação - Governador Valadares
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento - Governador Valadares
SDH	Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres

SMH	Sistema Municipal de Habitação
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SESU	Sistema Estadual de Supletivo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEIA	Território e Educação Integral – TEIA
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEMP	União Estadual de Moradia Popular
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	16
I.I O contexto de Governador Valadares	18
I.II Justificativa	20
II METODOLOGIA DA PESQUISA: RESPEITO ÀS VIVÊNCIAS DAS MULHERES	26
II.I Metodologia da pesquisa de campo: vozes potentes das mulheres participantes	27
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO	32
1.1 Política de Educação: ETI/Educação Infantil, creches e impactos na vida das mulheres	36
1.1.1 Educação em Tempo Integral e autonomia das mulheres	42
1.2 Política de Habitação Social e impactos na vida das mulheres	44
1.2.1 Habitação Social, participação popular e empoderamento das mulheres	49
CAPÍTULO 2 - REGISTRO REFLETIDO DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	52
2.1 Descrição das políticas de Educação - Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil - creches e de Habitação Social	52
2.1.1 A política de Educação – Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil – creches	52
2.1.2 A política de Habitação Social	57
2.2 Relatos potentes das vivências das mulheres entrevistadas sobre as políticas públicas e sociais de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e Habitação Social e a Intersetorialidade/integração e participação popular	61
2.2.1 Do grupo das gestoras de Educação sobre as políticas de Educação - ETI/Educação Infantil – creches	62
2.2.2 Da gestora habitacional sobre a política de Habitação Social	71
2.2.3 Do grupo de gestoras da Educação - ETI/Educação Infantil - creche sobre a política de Habitação Social	75
2.2.4 Gestoras da Educação – ETI/Educação Infantil - creche e Habitação Social e a	

Intersetorialidade/integração	79
2.2.5. Sobre a participação social na construção das políticas de Habitação Social e de Educação – ETI/Educação Infantil – creches	85
2.2.6 Do grupo das Lideranças Sociais: Associação Habitacional Nova Terra (AHNT)/ coordenadoras dos Núcleos dos-sem-casa	87
2.2.6.1 Das Lideranças Sociais sobre a política de Habitação Social	87
2.2.6.2 Das Lideranças Sociais sobre a Educação – ETI/Educação Infantil – creches.....	91
2.2.7 Grupo das Beneficiárias das políticas de Habitação Social e Educação/ETI - creches e a Intersetorialidade/integração.....	96
2.2.7.1 Das Beneficiárias sobre a política de Habitação Social.....	97
2.2.7.2 Das Beneficiárias sobre a política de Educação - ETI/Educação Infantil – creches	102
2.2.7.3 Das Beneficiárias sobre as políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e Habitação Social e a Intersetorialidade/integração	103
CAPÍTULO 3 - IMPACTOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA VIDA DAS MULHERES	109
3. 1 Autonomia, independência	110
3.2 Participação social/política, empoderamento.....	129
3.3 Mobilidade Social, transformações de vidas	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXOS	166
APÊNDICES	168

I INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a participação e o protagonismo das mulheres na construção das políticas públicas e sociais de Educação - Escola de Tempo Integral (ETI) Infantil/creches e de Habitação Social e sua intersectorialidade/integração, implementadas por uma gestão pública feminina, nos mandatos populares do Partido dos Trabalhadores, no município de Governador Valadares - Minas Gerais, no período de 2009 a 2016.

O município, em seus 70 anos de emancipação política à época, elegeu pela primeira vez uma Prefeita, com um programa definido de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, de médio e longo prazo. O momento político marcou o município diante da eleição (2008) e de uma primeira reeleição (2012), registrando um relevante acontecimento histórico, no sentido da participação da mulher na esfera pública municipal.

Tradicionalmente, na gestão pública, com raras exceções, o lugar das mulheres ficou reservado a algumas políticas relacionadas ao cuidado e/ ou menos valorizadas, dado que o espaço público e os postos de maior comando e decisão, na perspectiva patriarcal, deveriam ser destinados ao exercício do poder masculino. No município em questão, as políticas públicas, de maneira geral, sempre foram desenhadas tendo como base a perspectiva masculina.

Frente a esta nova realidade de uma gestora mulher, neste período de 2009 a 2016, o poder municipal mobilizou-se no sentido da elaboração e implementação de políticas públicas e sociais para o protagonismo das mulheres na escolha de prioridades do governo municipal, considerando que políticas sociais e novos investimentos públicos têm relevância, e podem contribuir na construção e nas condições práticas para a redução das desigualdades sociais e de gênero.

De modo geral, as decisões políticas e ações do governo municipal procuraram estimular o protagonismo feminino na construção e implementação dessas duas políticas sociais. Para isso, priorizou-se a relevância social das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social no atendimento a mulheres beneficiárias e investiu-se na força da intersectorialidade/integração dessas duas políticas. A gestão pública procurou produzir efeitos na vida das mulheres em relação à viabilidade de construção e promoção da autonomia, do empoderamento e da mobilidade social, com vistas a possíveis transformações de vida, no fortalecimento e liderança das mulheres com avanços na democracia participativa, no alargamento da compreensão da cidadania e na construção de busca pela igualdade de gênero.

Desta forma, uma questão apresentou-se no ponto de partida: de que modo uma gestão feminina, dada sua importância para a representação das mulheres, contribuiria com seu

protagonismo na construção das políticas de Educação, através da Escola em Tempo Integral (ETI) e de Habitação Social, considerando as necessidades e reivindicações delas para essas políticas? A busca de respostas para esta pergunta estrutura a presente pesquisa de mestrado.

A questão de pesquisa que assim se apresenta desdobra-se em perguntas mais específicas: como a intersectorialidade/integração, como prática de gestão pública, dada a dimensão destas duas políticas impacta a vida das mulheres, em relação à promoção da autonomia, empoderamento e mobilidade social? Em que medida o poder da participação social às mulheres apontaria no sentido de um empoderamento mais abrangente e o desenvolvimento da consciência crítica, nas lutas coletivas por direitos, por igualdade de gêneros e em posicionamentos nos diversos setores da sociedade com potencial emancipatório? De maneira efetiva, como se dá o envolvimento e a participação das mulheres nos processos de construção e implementação dessas políticas, em suas ações e nos resultados sociais?

Considero importante dizer que durante toda a elaboração da pesquisa, fiz esforço para manter um olhar de distanciamento ético em relação ao lugar de Prefeita/Gestora e para tecer uma observação atemporal e de vigilância permanente em relação a essas políticas públicas e sociais escolhidas para análise e os seus possíveis resultados sociais. E registro também que tal distanciamento não significou neutralidade, já que faz parte da minha história o envolvimento e a experiência de gestão pública. Todavia busquei olhar e responder a pergunta de partida da pesquisa e a aproximação do objeto, de outro lugar.

Deste modo, esta pesquisa de mestrado tem como objetivo principal investigar se o trabalho de gestora e equipe de governo produziram resultados transformadores na vida das mulheres beneficiárias, a partir da implementação de duas políticas sociais selecionadas para fins desta pesquisa nas duas gestões públicas municipais mencionadas. Dentre as políticas implementadas, foram escolhidas para esta pesquisa duas, na Educação, através do novo projeto educacional da Escola em Tempo Integral e na Habitação Social, que se destacaram pela relevância social, pela dimensão no atendimento às mulheres e os resultados sociais. Elas são consideradas referências públicas das e para mulheres, em um governo de perfil democrático-popular e por contribuir com os avanços sociais sobre o papel das mulheres, em uma representação pública significativa na perspectiva de gênero, em gestão municipal.

Certamente, a força e o modelo da experiência vivenciada não se deram sem desafios. Em relação à Educação, o maior desafio deu-se no sentido de garantir um legado de Escola em Tempo Integral (ETI), como política pública universal. De um lado, havia reflexões para dar início à ETI, gradativamente, por algumas escolas de referência, em regiões e/ou territórios da cidade, com a segurança de menores desafios, bem como de investimentos públicos.

Por outro lado, dados os motivos construídos pela proposta da ETI, como uma política inclusiva, de prevenção e proteção social à enorme violência infanto-juvenil registrada à época na região, pelos compromissos com a aprendizagem e qualidade da educação e com um projeto de segurança alimentar, dentre outros, dever-se-ia alcançar todas as crianças e adolescentes, sem exclusão. Ao mesmo tempo, seria uma política abrangente e feminista para as mulheres.

Em relação à política habitacional, os desafios foram distintos, com mais certezas na implementação da política social, pois já havia um histórico de lutas do movimento de moradia e organizações de Núcleos e de um primeiro governo do PT (2001/2004). Nessa gestão implementaram-se as primeiras decisões e práticas participativas do Orçamento Participativo (OP) da Habitação, numa experiência de autogestão, que teve limites de recursos por ser um programa municipal. Considerando este processo anterior, a política habitacional consolidou-se nas gestões em pauta e teve enormes avanços sociais, em parceria com o programa federal – Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), pelo atendimento a milhares de famílias e mulheres. Os modos de implementação da gestão e os processos de construção dos resultados sociais pelas e com as mulheres serão descritos e analisados no percurso deste trabalho.

A pesquisa não teve a pretensão de esgotar estes temas envolvidos, mas entender e jogar luz sobre a força e construção dessas políticas sociais escolhidas a partir da experiência vivenciada, bem como abrir reflexões e debates sobre as mulheres nos executivos municipais. Importante dizer que frente ao comando municipal, deparei-me com incertezas, certezas e desafios. Percebi atitudes de preconceitos e discriminações, de modo subliminar e/ou agressivas, envolvendo o fato da gestão ser de uma Prefeita.

Ressalta-se também que como pesquisadora já neste tempo, observei que essas experiências da gestão pública, respondiam, em grande parte, às expectativas iniciais do projeto social, em função das mudanças de vidas relatadas pelas mulheres beneficiárias entrevistadas.

I.I O contexto de Governador Valadares

Governador Valadares, situada a Leste do Estado de Minas Gerais e localizada na mesorregião do Vale do Rio Doce, carrega um histórico de violência estrutural como: o genocídio das comunidades originárias indígenas denominadas de Botocudos, hoje auto denominados de Borum e identificados como Krenak (ESPINDOLA, 2005); o enorme desmatamento e de territórios destinados à agropecuária; de pequenas agricultoras e agricultores expulsos de suas terras (VILARINO; GENOVEZ, 2019); de indicadores elevados de violência contra crianças e adolescentes, jovens (SOUZA, 2015) e mulheres; pelo alto

desemprego, informalidade, emprego de baixos salários e trabalhos precários. Processos históricos resultantes de várias atividades econômicas predatórias, baseadas no extrativismo e no esgotamento dos recursos naturais (ESPINDOLA, 2015).

O Município tornou-se uma das regiões com maior fluxo migratório de pessoas para o exterior, prioritariamente para os Estados Unidos da América - EUA, grande parte em busca de sobrevivência econômica e atraídas pela ideologia do “sonho americano” (SOARES, 2002; SIQUEIRA, 2007; SIQUEIRA e SANTOS, 2016; SIQUEIRA, 2018). Segundo o Caderno de Diretrizes Curriculares - CDC, somente nos Estados Unidos da América os migrantes brasileiros somavam 1,2 milhão e estimava-se em 50 mil o número de valadarenses residentes em diversas regiões e estados naquele país. Era a maior comunidade de brasileiras/os fora do Brasil (GOVERNADOR VALADARES, 2009).

Durante a gestão pública de 2009 a 2016, destacam-se dois acontecimentos históricos que abalaram o município e principalmente as mulheres, no Vale do Rio Doce, Minas Gerais e no Brasil. O primeiro em 05 de novembro/2015, quando do rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana/MG, crime ambiental e humano da Samarco (controlada pela Vale e BHP Billiton), que atingiu a Bacia do Rio Doce, incluindo Governador Valadares (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019). A lama que percorreu o Rio Doce chegou ao município e interrompeu o sistema de tratamento de água, desabastecendo toda a cidade e parte do campo, por vários dias. Impactos profundos na vida das mulheres, nas diversas políticas públicas de meio ambiente, educação, saúde, assistência social, serviços urbanos, trabalho e na economia local e regional.

O segundo acontecimento marcante foi a simbólica e histórica eleição e reeleição da primeira mulher, Presidenta Dilma Rousseff. Os governos Dilma (2011/2015) tiveram uma importância fundamental nas políticas sociais, tendo a mulher como centralidade na elaboração e implementação de políticas voltadas para elas próprias. Os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM) apontavam para: as políticas de enfrentamento à violência; para a inserção no mercado de trabalho e de qualificações, para as políticas de saúde, principalmente na expansão da atenção básica, para a ampliação da educação infantil/creches e para o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, dentre outras. Essas políticas públicas nacionais contribuíram com investimentos e recursos na execução do Plano Municipal de Políticas para Mulheres (2014), prioritariamente na educação infantil/ creches, na expansão da atenção básica na Saúde/SUS e na parceria com PMCMV. Em 2016, com o golpe político e o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, partes dessas políticas públicas foram afetadas pela redução de investimentos federais, estaduais e municipais, principalmente nas prioridades das políticas

sociais com e para as mulheres.

Essa realidade de desigualdades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais apontadas acima, impactam especificamente no direito à cidade, na infraestrutura social e nas demandas habitacionais, provocando uma ocupação desigual do espaço urbano. Nas áreas centrais e bairros mais próximos, uma boa infraestrutura urbana com excelentes moradias, enquanto nos bairros periféricos e mais distantes, uma infraestrutura precária, sem produção de moradias decentes. De um lado, famílias pobres sem casa, com movimentos de moradia organizados ou dispersos, que ocupavam lugares, em sua maioria, inadequados para habitação com alto risco social e aglomerados. Tais áreas localizavam-se em: morros com alta declividade (riscos de desabamentos e deslizamentos de terras); áreas ribeirinhas aos rios e córregos, sujeitas a cheias/enchentes constantes, legalmente registradas como áreas de preservação permanente (APP); áreas verdes, entre outras. Por outro lado, em décadas anteriores, respostas públicas de governos de caráter populista, buscavam resolver parte deste *déficit* com loteamentos e doações de lotes, em territórios sem infraestrutura urbana, tornando os assentamentos ainda mais precários, em razão da ausência de políticas públicas e sem planos de intervenções estruturais (GUIMARÃES, 2007).

Essas realidades desiguais do direito à cidade, trouxeram impactos profundos à gestão pública, que buscou responder às novas demandas da população através de fortes investimentos públicos e políticas sociais, na perspectiva de contribuir na superação destes indicadores e criar possibilidades concretas de mudanças nas comunidades e territórios.

I.II Justificativa

Diante desse contexto de Governador Valadares foi elaborado um projeto de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental (período de 2009/2016), com ênfase nas políticas públicas e sociais. Dentre as políticas sociais destacaram-se como prioridades a Educação e a Habitação de Interesse Social como fatores de desenvolvimento social e humano incorporando como método de governo democrático a participação popular e o protagonismo feminino.

Em relação à Educação, priorizou-se uma visão sistêmica da Educação, das creches à Universidade Federal, com os objetivos de tornar o município, um pólo educacional. Registra-se nesse tempo a implementação do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG/2010), a Universidade Aberta do Brasil (UAB/2010) e a Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares (UFJF-GV/2012), um legado educacional estruturante do Município, em

parceria com o Governo Federal, na gestão do Presidente Lula.

Nesse contexto político e social, o governo municipal decidiu implementar uma nova proposta educacional, a Escola em Tempo Integral – ETI, com ênfase na educação integral. Acrescentam-se nesta escolha política, os altos indicadores de violência e assassinatos de adolescentes e jovens, segundo dados de pesquisas de Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2009 (SOUZA, 2015), e a importância da inclusão destes adolescentes e jovens na ETI, bem como os olhares voltados para as mulheres, mães.

Em relação à Habitação, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, a política habitacional na esfera federal, foi totalmente abandonada por mais de duas décadas. Somente em 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação, essa política pública foi retomada com o objetivo de recuperar a capacidade de gestão e planejamento do setor habitacional. Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2010), houve: “[...] a retomada do planejamento de longo prazo que resultou na elaboração da Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004, na instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), em 2005, regulamentados pela Lei Federal nº 11.124, na construção do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2008, e no desenvolvimento dos planos locais por estados e municípios (PLIS), bem como nos investimentos em capacitação dos entes federados e a contratação de pesquisas e estudos capazes de melhor dimensionar a situação habitacional do país” (BRASIL, 2010, p. 10)

A partir então, houve uma aplicação de alguns programas, sendo o maior e mais significativo, criado com a lei Federal 11.977, de 07 de julho de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O PMCMV alavancou, de maneira histórica, os recursos subsidiados destinados à produção de moradia para famílias de baixa e média renda, além de trazer avanços no Pós-Morar e na regularização fundiária no Brasil (BRASIL, 2009).

Em Governador Valadares, a experiência do município havia se iniciado com as lutas organizadas pelo movimento dos-sem-casa em várias regiões da cidade, na década de 1990. Com o primeiro governo do PT, a partir dos anos 2001, implantou-se o Sistema Municipal de Habitação, através do Conselho e do Fundo Municipal de Habitação e do Orçamento Participativo da Habitação (OPH). A experiência de construção deu-se pelo regime de auto-gestão em mutirões com participação coletiva das famílias e do poder público. Este modelo habitacional beneficiou em torno de 1000 famílias em dois bairros entregues urbanizados com casas denominados Bairros Conquista e Novo Horizonte e lotes em fase de urbanização. Primeira e significativa vitória do movimento dos-sem-casa, pela enorme participação das

mulheres nos mutirões na luta pela moradia, mas também pelo direito à cidade. Destaca-se o papel do poder público municipal, que através do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) e em Congressos Municipais com grande participação popular, deliberou e garantiu os investimentos e recursos próprios necessários para a implementação desta fundamental política pública. Este processo foi interrompido em 2004, com a alternância no poder local.

Com a retomada do poder local e início do novo governo municipal em 2009, reestruturou-se a política habitacional como prioridade de política pública e social na perspectiva de gênero. A partir das experiências existentes da gestão (2001-2004), do acúmulo histórico da AHNT e dos Núcleos organizados, do Plano de Habitação de Interesse Social de Governador Valadares – PLHISGV (2008) e do diagnóstico sobre o alto déficit de moradias, implantou-se a Política Municipal de Habitação, em 2009, em parceria com o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV -, do governo Federal. Desta forma, a política habitacional com participação popular, priorizou o atendimento a milhares de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Frente a essa realidade do município e de uma cidade de extremos socioeconômicos, a justificativa para a escolha deste tema de pesquisa estruturou-se: na importância de uma gestora mulher no comando municipal; na necessidade de analisar como se viabiliza, na prática, a mobilização em torno das políticas públicas para as mulheres, tendo a mulher como sujeita prioritária e beneficiária dessas políticas; a relevância das políticas públicas e sociais no processo de desenvolvimento social, econômico, cultural e humano, como resposta às demandas da população, especificamente às prioridades das mulheres; às transformações sociais das mulheres a partir de um novo modelo educacional da Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil – creches e a Habitação Social e a intersectorialidade/integração e, a agregação de outras políticas públicas e sociais na perspectiva de contribuir com a redução das desigualdades de gênero.

Esta pesquisa avançou também na importância de compreender os desafios da intersectorialidade/integração e o ponto de convergência entre as duas políticas sociais, que são aparentemente distintas de Educação – ETI/ Educação Infantil – creches e de Habitação Social, mas que se relacionam e se complementam. Registra-se que o cruzamento das políticas de Educação - ETI e Habitação Social ocorreram a partir de sua implementação e nos resultados sociais sobre a vida das mulheres beneficiárias. Essas duas políticas também se encontraram com outras políticas públicas como de saúde, assistência social, meio ambiente, saneamento, infraestrutura, transporte, geração de oportunidades, entre outras.

Por um lado, na questão das mulheres contempladas, os impactos positivos e êxitos nos resultados e os problemas que essa integração pode revelar como a falta de percepção e reconhecimento das conquistas, a menor participação e distanciamento dessas mulheres em relação às políticas públicas, dado que as mesmas mulheres podem ser beneficiárias das duas políticas e outras políticas públicas e sociais. Por outro lado, pesquisou-se como a intersetorialidade (integração das ações para alcançar o público alvo), a partir da participação das mulheres, promoveu o aperfeiçoamento dessas políticas, uma maior abrangência, um melhor atendimento das mulheres beneficiárias e as respostas positiva na vida das mulheres beneficiárias, considerando a promoção de sua autonomia, empoderamento e mobilidade social.

A pesquisa buscou compreender e analisar a trajetória social das mulheres beneficiárias das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e Habitação Social em sua intersetorialidade/integração, vinculando suas histórias e experiências com os resultados ocorridos de promoção da autonomia, empoderamento, mobilidade social e transformações de vidas.

Nesta perspectiva de gênero, foram pesquisadas as políticas públicas e sociais de ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social que tiveram a mulher como centralidade, sujeitas prioritárias e beneficiárias e os impactos destas políticas em suas vidas, a partir da participação social e política na construção das próprias políticas; a novidade da intersetorialidade/ integração da Educação - ETI e a Habitação Social, considerando a concepção, implementação e fiscalização das políticas e conjunto dos resultados sociais. Pesquisou-se, ainda, como a dimensão da intersetorialidade/integração das políticas de Educação - ETI e de Habitação Social, na sua finalidade, impactou a vida de milhares de mulheres, de famílias numerosas, pobres e extremamente pobres, pretas, mães, chefas de famílias, mães solos e/ou trabalhadoras, de maior vulnerabilidade social, nos territórios locais.

No âmbito da política de Habitação Social pesquisou-se sobre a relevante participação popular do movimento de moradia, através da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT) e coordenadoras de Núcleos, nas escolhas prioritárias das famílias, na elaboração, acompanhamento e implementação da política social; a dimensão da política habitacional municipal articulada com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do governo federal, com a entrega de milhares de moradias e da preferência da titularidade para as mulheres beneficiárias, especialmente para as chefas de família. E, a partir do direito social à moradia e a conquista da casa própria, com titularidade, foram pesquisadas quais mudanças que ocorreram efetivamente na vida das mulheres e promoveram sua autonomia, empoderamento e mobilidade social residencial.

Em relação à Educação, a ETI/Educação Infantil – creches foi universalizada a partir de 2010, em toda a rede municipal na cidade e no campo. Observou-se como o novo tempo escolar, com a ampliação da jornada, possibilitou a permanência na escola de crianças e adolescentes do ensino fundamental, da creche ao nono ano dos anos finais, entre 8 e 10 horas. E, além disso, como o projeto educacional construiu com a comunidade escolar e famílias, uma concepção de Escola em Tempo Integral com formação integral. Os objetivos principais da ETI foram potencializar a qualidade da educação com uma melhor aprendizagem e novos conteúdos, ofertar segurança alimentar com 4 e 5 refeições diárias e garantir a proteção e prevenção ao risco social e à violência cotidiana de crianças e adolescentes.

A ampliação da jornada escolar também impactou a vida das mulheres, mães, avós, chefas de família, mães solo e ou/trabalhadoras. Desta forma, também se teve o objetivo de observar como este tempo livre, que as mães passaram a ter, viabilizou a construção da autonomia das mulheres, no sentido delas fazerem novas escolhas em suas vidas. Procurou-se descrever como este tempo disponível foi apropriado, possibilitando novas oportunidades para o trabalho e geração de renda, a volta aos estudos e a qualificação profissional, a cultura, o lazer, a participação comunitária e a mobilidade socioeconômica.

Pesquisou-se, assim, como a intersetorialidade/integração das políticas sociais de Educação – ETI e de Habitação Social, articulada com outros equipamentos e serviços públicos impactou a vida das mulheres. A partir dos relatos das trajetórias sociais das mulheres beneficiárias, entrevistadas nesta pesquisa, buscou-se compreender como se avançou nos parâmetros da promoção da autonomia, independência; participação social/política, empoderamento e mobilidade social, em sentido mais amplo, ou seja, a compreensão de mobilidade como transformação de vida. Tratou-se de descrever também, como o poder de participação social às mulheres contribuiu com a construção do seu empoderamento, despertou o desenvolvimento de sua autonomia e independência e avançou para uma consciência mais participativa e solidária.

A pesquisa tornou possível avaliar, por um lado, um conjunto de resultados transformadores na vida das mulheres, a partir da intersetorialidade/integração das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e Habitação Social e, por outro lado, os limites e desafios a serem superados pelas políticas públicas e sociais, nas vivências e horizontes das mulheres beneficiárias.

Os resultados da pesquisa destacam o empoderamento das mulheres na participação das lutas sociais e na contribuição da formulação, implementação e fiscalização dessas políticas, a importância da intersetorialidade/integração que possibilitou a milhares de famílias e mulheres

pobres, pretas, mães, avós; chefas de famílias, mães solo, e/ou trabalhadoras terem acesso às conquistas sociais da casa própria com a titularidade, o empoderamento do tempo livre para novas escolhas como de cuidados pessoais, a inserção no trabalho e geração de renda, a volta aos estudos e a qualificação profissional, a cultura, o lazer e a participação comunitária e a agregação de outros equipamentos públicos a partir dessas políticas sociais. As políticas sociais analisadas permitiram avanços na construção da autonomia e independência, na participação comunitária e crescimento do empoderamento e na mobilidade social residencial e socioeconômica das mulheres.

Apontou-se, também, o significado das lutas coletivas por novos direitos e posicionamentos em seus lugares de vivências, nos territórios e de forma mais abrangente, na representação institucional e na sociedade. A partir deles percebe-se a necessidade de uma ação política permanente para que as mulheres beneficiárias alarguem sua compreensão em relação ao significado do projeto político - motivos - compromissos sociais - escolhas - e a importância de avançar a representação institucional, e obter maior mobilidade social para mulheres pobres, pretas, LGBTQIA+, para superação das desigualdades que são obstáculos para esta mobilidade. Registraram-se também limites de ações do governo municipal, que mesmo com outras políticas sociais para mulheres, na perspectiva de gênero, - como a rede de enfrentamento às diversas formas de violências, à saúde, a qualificação profissional e a cultura - não teve ações suficientes para fazer frente ao conjunto das desigualdades sociais e de gênero.

Os objetivos e os propósitos gerais que sustentam a viabilidade desta pesquisa apoiam-se: nas contribuições da literatura no aprofundamento conceitual sobre políticas públicas e gênero no Brasil e nos temas da mulher na gestão pública; na participação social e política dos movimentos sociais, prioritariamente na liderança de mulheres na construção dessas políticas; no compromisso social dos governos de estimular a participação popular na perspectiva de gênero; na força da integração nas comunidades, das políticas de Habitação Social e Educação – ETI; nas análises dos resultados entre desafios e avanços na formulação e implementação das políticas públicas com e para as mulheres; e, de como. a agregação de outras políticas sociais acumularam para as mulheres beneficiárias no atendimento, autonomia, independência; participação social/política, empoderamento e na mobilidade social.

Esta dissertação está organizada a partir da seguinte estrutura: Introdução, seguida pela Metodologia, três Capítulos e, por fim, as Considerações Finais.

Nesta introdução, apresentaram-se o tema, o objeto e os objetivos da pesquisa; o lugar da gestora e da pesquisadora; a contextualização de Governador Valadares e a justificativa, diante da realidade educacional e da situação socioeconômica, política, cultural e ambiental do

município. Na sequência, descreveu-se a metodologia da pesquisa de perfil qualitativo, que propôs a combinação da coleta de dados, análise documental e de campo e as contribuições da literatura. A pesquisa de campo buscou, a partir das políticas sociais em estudo, extrair os relatos potentes das vivências das mulheres beneficiárias, lideranças sociais e gestoras públicas, através de rodas de conversas, e-mails e entrevistas virtuais.

O Capítulo Primeiro, de perfil conceitual e teórico, reflete sobre as políticas públicas e gênero, a partir das contribuições da literatura. Discorre-se sobre as políticas públicas na perspectiva de gênero no Brasil e, especificamente no município de Governador Valadares, considerando as políticas sociais de Educação – ETI e de Habitação Social, e os impactos na vida das mulheres.

No Capítulo Segundo, descreve-se detalhadamente as políticas públicas e sociais e as experiências de sua formulação e implementação. Neste capítulo também, escreve-se os históricos relatos das vivências das mulheres entrevistadas diante dos impactos das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social e a intersectorialidade/integração. Nestes relatos apresentaram-se as falas das gestoras públicas, das lideranças sociais e das beneficiárias.

No Capítulo Terceiro, analisaram-se os parâmetros definidos para avaliar os resultados das políticas sociais na vida das mulheres, a partir da construção da autonomia, independência; da participação social/política, empoderamento; e da mobilidade social, como transformações de vidas. Estes parâmetros de análise dos resultados foram avaliados a partir dos relatos feitos inicialmente pelas mulheres beneficiárias, em seguida pelas lideranças sociais e, por fim, pelas gestoras públicas.

Nas Considerações Finais apresentou-se o conjunto dos resultados da pesquisa, em relação às transformações ocorridas na vida das mulheres beneficiárias, na perspectiva de gênero, bem como as necessidades de lutas permanentes para a superação das desigualdades, na construção e na busca da igualdade de gênero com horizonte emancipatório.

II METODOLOGIA DA PESQUISA: RESPEITO ÀS VIVÊNCIAS DAS MULHERES

A metodologia da pesquisa realizada combinou as contribuições da literatura, a coleta de dados, a análise documental e de campo.

De natureza qualitativa, a pesquisa teve como método a pesquisa de campo, com dados obtidos em registros textuais e entrevistas com mulheres que participaram do processo durante as práticas das gestões públicas da Educação – ETI e da Habitação Social e a

Intersetorialidade/integração dessas políticas sociais.

Considerando essa metodologia qualitativa escolhida, estas construções correlacionaram entre si, de forma que ela pudesse colaborar na reflexão, análise, produção e explicitação dos resultados sociais obtidos a partir da relevância de trabalhar com essas duas políticas sociais; pelos fortes impactos na literatura, na vivências das mulheres e nas vozes potentes das entrevistadas; de como a experiência vivenciada apresentou-se marcante na vida das mulheres, na construção da sua autonomia, empoderamento e nas oportunidades.

Esses dados foram aprofundados por dados estatísticos e indicadores sociais do município e de órgãos federais, bem como por estudos bibliográficos, teses, dissertações, leis e decretos das políticas públicas sociais existentes no município e no governo federal.

As referências documentais e bibliográficas foram organizadas de acordo com os eixos: as contribuições da literatura nas reflexões sobre políticas públicas e gênero; a participação das mulheres, especificamente do movimento de moradia, da própria gestão pública e da comunidade escolar e famílias, na formulação e implementação e, como beneficiárias dessas políticas públicas e sociais; a intersectorialidade/integração das políticas sociais de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social; e, o conjunto dos resultados a partir da promoção da autonomia, independência; a participação social/política, empoderamento; e a mobilidade social, como transformação de vidas.

II.I Metodologia da pesquisa de campo: vozes potentes das mulheres participantes

Em relação aos dados coletados a partir dos relatos das histórias e vivência das mulheres entrevistadas, torna-se relevante esclarecer que a pesquisa de campo foi realizada no final do ano de 2022 e início de 2023, portanto já após os efeitos da crise sanitária da pandemia e com as consequências de desmontes das políticas públicas e de programas sociais anteriores, por parte do governo federal e municipal. Também pelo hiato entre os tempos e a diferença de realidades, entre a montagem das duas políticas de Educação e de Habitação Social no período 2009/2016 por um lado e, por outro lado, atualmente, diante de retrocessos educacionais, sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros, tornou-se necessária uma atenção especial, na análise desses resultados, que observasse as novas realidades ou situações e os seus impactos na vida das mulheres.

As sujeitas políticas desta pesquisa corresponderam aos seguintes grupos distintos: as gestoras responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas de Educação - Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social; lideranças

sociais da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), pelo protagonismo do movimento popular de moradia, organizado nos Núcleos dos-sem-casa e representadas pelas diretoras e coordenadoras dos Núcleos habitacionais, com atribuições das escolhas das famílias beneficiárias e pela contribuição na elaboração, implementação e fiscalização dessas políticas sociais; as mulheres beneficiárias das duas políticas públicas e sociais, na ponta, no alcance do público alvo, pelos relatos dos impactos e resultados desta intersectorialidade/integração em suas vidas.¹

Assim, as pessoas entrevistadas na pesquisa de campo situaram-se em três grupos distintos:

- (1) as gestoras da Escola em Tempo Integral e de Habitação Social;
- (2) as lideranças dos Núcleos habitacionais (coordenadoras) e da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT); e,
- (3) as mulheres beneficiárias.

Frente às suas experiências, trajetórias de vida e participação, esses três grupos distintos refletiram e responderam, todos eles, sobre as duas políticas sociais, considerando o conjunto dos temas propostos no roteiro de entrevista semiestruturado. Buscou-se também extrair respostas sobre a relevância da participação social e de gestão das mulheres na elaboração e implementação das políticas de Educação –ETI/Educação Infantil – creches e da Habitação Social e sua intersectorialidade/integração, bem como sobre os impactos em suas vidas, considerando os parâmetros de autonomia, independência; participação social/política, empoderamento e mobilidade social, como possíveis transformação de vidas.

Previamente foram elaborados questionários específicos para cada grupo, semiestruturados, para cada tema, individuais ou em rodas de conversas (Apêndice A, B, C).

A pesquisa de campo realizou-se por entrevistas individuais e coletivas. As entrevistas individuais deram-se de forma presencial, por *e-mail* e vídeos chamadas. As participantes entrevistadas foram as que estiveram na linha de frente da implementação das políticas, ou seja, as gestoras das duas pastas de Educação e Habitação Social. Na Educação – ETI/Educação Infantil - creches, foram entrevistadas a Secretária Municipal no primeiro mandato e a Adjunta, no segundo (SMED). Foram ouvidas 05 (cinco) Diretoras das Escolas, 02 (duas) Vice-Diretoras, 01 (Uma) Pedagoga e 02 (Duas) Professoras, num total de 12 (Doze) entrevistadas. Na política de Habitação Social foi entrevistada a Gerente Habitacional da Secretaria de

¹ A Associação Habitacional Nova Terra - AHNT, é uma entidade de utilidade pública com estatuto próprio, fundada em agosto/2002, que coordena o movimento pela moradia, representado por 46 Núcleos organizados, integrante da União Estadual de Moradia Popular (UEMP/MG).

Planejamento (SEPLAN), em funções diretas na implementação da política habitacional e liderança histórica do movimento de moradia.

As entrevistas coletivas foram feitas no modo de rodas de conversas, e as entrevistadas foram escolhidas de maneira aleatória nos locais das Escolas Municipais em Tempo Integral, coincidentes, nestes territórios, com os residenciais habitacionais. Os Residenciais, a AHNT e o número de beneficiárias participantes que responderam às entrevistas foram os seguintes: Sertão do Rio Doce 03 (três) participantes; Sertão do Rio Doce 1 e 2, 05 (cinco) participantes; Porto das Canoas e Serra Lima, 05 (cinco) participantes; Figueira do Rio Doce, 04 (quatro) participantes; Valadares e Professor Fernandão, 07 (sete) participantes; São Raimundo, 08 (oito) participantes; Vitória, 05 (cinco) participantes; e a Diretoria da Associação Habitacional com Coordenadoras dos Núcleos dos-sem-casa 10 (dez) participantes, totalizando 47 (quarenta e sete) mulheres participantes.

Em relação às coordenadoras dos Núcleos habitacionais e as diretoras da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), as mulheres participantes foram escolhidas por amostragem e pela colaboração da própria Associação.

Registra-se que nos diversos encontros e rodas de conversas as mulheres receberam com alegria e acolhimento afetivo a presença da equipe pesquisadora. Buscou-se esclarecer sobre o novo papel desempenhado pela ex- Prefeita/gestora, agora pesquisadora. Orientou-se, nas falas de abertura, que o centro da pesquisa e seu significado eram elas, as mulheres beneficiárias e suas vivências e a importância dos depoimentos sobre os impactos das políticas implementadas em suas vidas. Estabeleceu-se assim, com as entrevistadas, uma relação de confiança e de liberdade de manifestação sobre o roteiro semiestruturado, bem como outros temas que poderiam ser abordados.

O perfil das entrevistadas nas rodas de conversa, apresentou-se: pelas mulheres, mães, avós, mães solo, chefas de famílias, trabalhadoras e desempregadas, professoras, cantineiras responsáveis pela alimentação escolar, servidoras públicas municipais do Residencial Fernandão, oriundas do inédito Núcleo Habitacional das/os Servidoras/es Públicas/os Municipais (SINSEM/GV), entre outras. Com estas mulheres participantes das duas políticas de Educação - ETI e Habitação Social, buscou-se perceber, aprofundar e analisar os resultados da integração dessas políticas sociais em suas vidas.

Diante deste perfil das mulheres entrevistadas, das questões postas no roteiro de entrevistas e sua flexibilidade, observaram-se a incorporação da perspectiva de gênero na respostas das mulheres, as lutas e necessidades das mulheres e novas reivindicações nas diversas políticas, especificamente de Educação e Habitação. Destacam-se, como exemplo:

mais creches para crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, moradias para atender ainda uma fila de espera, inclusão das famílias na cobertura das Estratégias de Saúde da Família (ESF/SUS) e no Programa Bolsa-Família (PBF), entre outras.

Percebeu-se que esta metodologia de participação das mulheres beneficiárias entrevistadas em rodas de conversas nos mesmos territórios das duas políticas sociais, colaborou muito na compreensão de como a intersetorialidade/integração das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e de Habitação Social, promoveu resultados significativos e transformadores na vida de milhares de famílias e mulheres e beneficiárias.

As entrevistas de campo foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023. A participação das gestoras deu-se de modo presencial e por e-mail. As lideranças participaram de dois modos: parte em roda de conversas e outra parte, por vídeos chamadas. Já as beneficiárias participaram em rodas de conversas, organizadas nos locais dos Residenciais. Verificou-se também, que em duas rodas de conversas, estiveram mulheres participantes de dois Residenciais, ao mesmo tempo.

As rodas de conversas realizaram-se na sede da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT) e em diversos Residenciais, com vários grupos de participantes, descritas por ordem:

- (1) Roda de conversa 1 – Lideranças da AHNT – Sede da Associação;
- (2) Roda de conversa 2 - Residencial Figueira do Rio Doce;
- (3) Roda de conversa 3 – Residencial Porto das Canoas/ Residencial Serra Lima;
- (4) Roda de conversa 4 - Residencial Professor Fernandão/Residencial Valadares;
- (5) Roda de conversa 5 - Residencial Sertão do Rio Doce;
- (6) Roda de conversa 6 – Residencial Sertão do Rio Doce 1 e 2;
- (7) Roda de conversa 7 - Residencial São Raimundo 2;
- (8) Roda de conversa 8 - Residencial Vitória.

Essa metodologia da pesquisa de campo, com entrevistas individuais, coletivas e com roteiros semiestruturados, permitiu maior flexibilidade para surgimento de novas questões e aprofundamento no debate, a partir das manifestações e escutas. Contribuiu para cruzar e comparar o desenho das políticas a partir de quem esteve na linha de frente da implementação, as gestoras e das mulheres beneficiárias dessas políticas; do protagonismo do movimento social – Núcleos do-sem-casa, na definição e acompanhamento da política habitacional; nas contribuições da comunidade escolar, movimento sindical e das famílias, na construção e implementação da ETI e os resultados abrangentes com a intersetorialidade/integração dessas políticas sociais.

Esta dimensão mais ampla de análise com estes grupos distintos, colaborou para medir a efetividade e eficácia das políticas, dada a participação social/política, a intersectorialidade/integração destas duas políticas públicas e sociais na ponta, os desafios e mudanças sociais. A metodologia da pesquisa de campo, ao permitir extrair relatos das experiências e vivências das mulheres beneficiárias, mostrou com mais nitidez os impactos positivos e mudanças em suas vidas, no sentido do avanço de sua cidadania.

Diante das escutas individuais e coletivas, foram percebidas experiências e vivências das mulheres sujeitas desta pesquisa, construindo-se assim, análises temáticas e reflexões sobre a mulher e a cidadania e observou-se o conjunto de resultados sociais e transformadores quanto à autonomia, empoderamento e mobilidade social das mulheres.

Registra-se que a maior parte das coletas de dados das lideranças e beneficiárias foram gravadas por celular, em seguida, feita sua transcrição e, por final, a organização das falas das entrevistadas por temas. Em relação ao grupo das gestoras públicas, o roteiro da entrevista foi respondido, em sua maioria, por e-mail. Nos relatos de vivências e experiências, guardaram-se as memórias vivas através da História Oral.

As entrevistas foram iniciadas após a aprovação pelo Comitê Ético de Pesquisa (CEP) da Flacso-Brasil, conforme Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, da permissão de pessoas voluntárias identificadas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo) e do Termo de Cessão de Direitos sobre o Depoimento Oral e de Imagens.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO

Esta reflexão conceitual sobre políticas públicas e gênero organiza-se em quatro eixos principais: passos dados no caminho da história brasileira, a partir dos anos 1970, chegando até as primeiras décadas do século XXI, sobre os avanços que ocorreram nas políticas públicas com recorte de gênero; as reflexões sobre os conceitos de políticas públicas com perspectiva de gênero, principalmente a partir dos movimentos de mulheres e da luta feminista; o reconhecimento do poder público e do Estado das propostas construídas com as lutas das mulheres e a ação de governos democrático populares que incluíram mulheres como prioridade do público beneficiado; a experiência do Município de Governador Valadares, a partir das políticas sociais, na contribuição pela redução das desigualdades de gênero.

Na história do Brasil, os estudos, a elaboração e a implementação das políticas públicas com perspectiva de gênero é uma construção mais recente, seja no âmbito da literatura acadêmica ou na prática de instituições e de governos, principalmente de governos democráticos-populares. Conforme Farah (2004), os avanços no campo de estudos de gênero e políticas públicas, estruturados pela integração destes dois campos, ocorreram somente no final dos anos 1970, impulsionados pelas lutas organizadas dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos de mulheres, movimentos feministas e com influência de experiências internacionais. Este tema das políticas públicas com perspectiva de gênero teve novas possibilidades de elaboração e implementação, proporcionadas principalmente pela emergência de governos considerados progressistas e pelo processo de democratização do Estado em curso. Destacam-se as experiências dos governos democrático-populares do Partido dos Trabalhadores (PT) alinhados a princípios de esquerda no Brasil, a partir da década de 1980, passando pelos anos 1990 e as décadas iniciais do século XXI, considerando as esferas municipais, estaduais e federal.

Diante dos processos recentes e em curso e, considerando a inclusão de gênero por políticas públicas e programas governamentais, Farah (2004, p. 47) avança na conceitualização destes temas, reflete sobre a participação das mulheres e a construção do feminismo. A autora afirma que a política pública pode ser compreendida como um “curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses, ou seja, um curso da ação pública, que responde a problemas públicos (FARAH; MARCONDES, 2021). Já em relação aos programas governamentais, a autora considera que são ações de menor alcance em que se executa a política pública.

Nos anos 1970, o conceito de gênero que foi incorporado pelo feminismo e pelos estudos acadêmicos sobre mulheres, manifestava-se com diversas correntes de pensamentos. Neste sentido, Farah (2004, p. 48) definiu gênero como uma “construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, que permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder”. Este conceito de gênero aponta que existe um modelo dominante desigual que reflete realidades de subordinação e de dominação das mulheres, seja na vida pública ou privada.

Conforme Paradis (2017, p. 179-180), o crescimento dos movimentos sociais e populares em diversas lutas urbanas do Brasil da década de 70, contribuíram para a “emergência de novas atrizes políticas – mulheres das classes populares - que lutavam por políticas como creches, transporte público e saneamento básico, denunciando os altos custos de vida e politizando a maternidade”. Um movimento fundamental de saída do espaço privado para a esfera pública, enfrentando a divisão sexual do trabalho e ocupando novos espaços de poder na construção de uma cidadania das mulheres.

Segundo Farah (2004, p. 50), o feminismo se diferenciava das lutas sociais com participação de mulheres, apontando na “transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres”. E os movimentos feministas contribuíram para a “inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático, tanto como uma crítica à ação do Estado, quanto à formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero”.

No Brasil dos anos 1980, sob atuação desses movimentos, a questão de gênero nas políticas públicas e programas governamentais ganharam força, voz e amplitude no processo de redemocratização do país. Em São Paulo foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985. No âmbito federal em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão então vinculado ao Ministério da Justiça. Destaca-se ainda a grande mobilização das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, organizadas em torno da bandeira “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, Farah (2004, p. 50), culminando na Constituição Cidadã de 1988, e na disputa por um Estado mais democrático, descentralizado, com políticas públicas e sociais, entre elas a saúde, o trabalho, a violência e a educação. Este processo de democratização com concepção de direitos, inspirou políticas públicas de gênero nos estudos, conferências, em governos municipais, estaduais e posteriormente o federal, que se moveram para a construção

de mecanismos institucionais estruturantes.

Nos anos de 1990, conforme Farah (2004), o processo de democratização sofreu permanentes tensionamentos políticos em função dos efeitos da globalização, do aprofundamento do projeto neoliberal, da crise econômica e dos cortes de investimentos do Estado. De um lado, a agenda dos movimentos sociais e populares, partidos de esquerda, governos progressistas com políticas públicas de desenvolvimento econômico com inclusão social. De outro lado, partidos e governos de perfis liberais e conservadores, priorizando uma suposta eficiência e os cortes de gastos públicos.

Ainda na década de 90, as reflexões sobre as questões de gênero alcançaram as mulheres em situação de pobreza no país, especificamente as mulheres de maior vulnerabilidade. Esta questão teve abordagem internacional principalmente a partir da Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, e do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, e mais recentemente, movimentos e organizações de mulheres. Conforme Farah (2004), os movimentos feministas e de mulheres entraram neste debate nacional, no sentido de construir propostas em que as mulheres deveriam fazer parte, de modo prioritário, em todas as políticas públicas. E que em situações de mulheres mais atingidas pelas desigualdades, recomendava-se atenção especial das políticas públicas, especificamente, às mulheres pobres, pretas, mães solo, chefas de família.

Ao longo das últimas décadas do século XX e com a chegada do século XXI, os movimentos de mulheres construíram um conjunto de propostas relacionadas à questão de gênero e políticas públicas, no âmbito das diversas esferas de governos e do Estado brasileiro. Conforme Farah (2004), os temas e as diretrizes priorizavam: o combate à violência, o atendimento à saúde, a atenção integral a crianças e adolescentes, o combate à pobreza através da geração de emprego e renda, a garantia de acesso à educação com extensão da rede de creches e pré-escolas, o trabalho e as garantias dos diversos direitos, a infraestrutura e habitação, a construção de creches e moradias, as mulheres do campo e a questão agrária, a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas e o acesso aos espaços de poder, com participação nas decisões, formulação e implementação de políticas públicas. Enfim, a “criação de condições de autonomia para as mulheres, de forma que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas: no espaço doméstico, no trabalho” Farah (2004, p. 59), ampliando assim, sua “autonomia pessoal e de auto sustentação” e favorecendo o “rompimento com os tradicionais círculos de dependência e subordinação” (GODINHO, 2004, p. 55).

Nesse tempo, as lutas das mulheres no Brasil protagonizaram marcas de organização, coragem, irreverência, diversidade e de grandes manifestações. A presença das mulheres nos Fóruns Sociais Mundiais, na Marcha Mundial de Mulheres e na Marcha das Margaridas a partir do ano de 2000, a enorme mobilização da Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e a violência, em novembro de 2015, em Brasília. É preciso “reconhecer que essas atrizes foram fundamentais para a politização das desigualdades entre homens e mulheres e para pressionar o Estado e suas instituições no reconhecimento das desigualdades e na construção de políticas que as transformem (PARADIS, 2017, p. 183).

A partir de 2003, no âmbito federal, os governos históricos do PT, com os mandatos do Presidente Lula (2003/2010) e da primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011/2016), deram passos decisivos na criação de estruturas institucionais de políticas públicas com status de secretarias e ministérios. Em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), com status de Ministério, vinculada ao Gabinete da Presidência, ressignificando o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e inaugurando “definitivamente a introdução da agenda de igualdade de gênero” no governo federal (PARADIS, 2017, p. 184).

Importante registrar as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, nos anos de 2004, 2007 e 2011, com grandes mobilizações nas três esferas de governos municipais, estaduais e federal. Este foi um processo democrático de debates e decisões sobre propostas prioritárias a serem implementadas pelo governo, na perspectiva de redução das desigualdades e pela construção da autonomia das mulheres. Essas Conferências contribuíram com a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) em 2004, 2008, 2013, fortalecendo a execução das políticas públicas com igualdade de gênero na instância federal e com impactos positivos nos estados e municípios.

Governador Valadares, em Minas Gerais, comparece como um dos municípios brasileiros que foram impactados pelas políticas públicas nacionais para as mulheres com perspectiva de gênero, a partir da própria vivência do território e nos mandatos populares do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal, no período de 2009 a 2016. Naquele período o governo municipal elaborou e implementou o Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PMPM/2014), com destaques para as áreas de educação e qualificação profissional, saúde, moradia, trabalho e geração de renda e a rede de enfrentamento às violências. Esse é o contexto da gestão pública, voltada para as políticas sociais, tendo as mulheres como centralidade na formulação e execução destas políticas, que é tomada como referência nesta pesquisa.

Articuladas, as políticas de Educação e de Habitação Social em Governador Valadares, entre 2009 e 2016, tiveram a mulher como centralidade, sujeitas prioritárias e beneficiárias dessas políticas. A seguir, nos próximos dois itens, as políticas de educação e habitação são apresentadas e contextualizadas à luz da literatura sobre políticas públicas e perspectiva de gênero, e dos marcos normativos em âmbito nacional.

1.1 Política de Educação: ETI/Educação Infantil, creches e impactos na vida das mulheres

Os impactos da política de educação na vida das mulheres são abordados nesta pesquisa a partir dos seguintes aspectos: a importância da educação como direito social fundamental; as lutas feministas pelo gênero na educação, com destaque para o direito à creche e educação infantil; a garantia na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 como marco legal e as demais legislações vigentes sobre Educação integral e escola em tempo integral; os conceitos de Educação integral e em tempo integral e a reflexão sobre a reorganização do tempo escolar, com a jornada ampliada; os períodos históricos destas políticas públicas e o Programa Mais Educação do Ministério da Educação (PME/MEC) e a Estratégia educacional; os impactos na vida das mulheres (mães, avós, chefas de famílias, trabalhadoras) considerando, sobretudo, a dimensão do tempo e de que forma o direito à creche, à educação infantil e à escola em tempo integral, promovem a construção de mais autonomia para as mulheres.

O principal objetivo do direito à educação é “garantir a vida humana em sua plenitude” e a “construção da autonomia e da emancipação” das pessoas e das sociedades (MOLL, LECLERC, 2013, p. 291). A educação constitui-se como um direito social fundamental, o primeiro entre os dez direitos sociais, como previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), denominada Constituição Cidadã. Como um direito social, a educação é uma condição básica para a formação de uma sociedade democrática, plural, inclusiva, economicamente justa e socialmente igual. Este direito fundamental está ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana e suas consequências, como a construção de uma sociedade livre, igualitária, solidária, com a erradicação da pobreza e redução das desigualdades educacionais e sociais. A Constituição Cidadã afirma a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e estabelece as obrigações do poder público de oferecer educação de qualidade para todos. Assim, a educação é indispensável para o exercício da cidadania e para a garantia do exercício pleno de outros direitos sociais.

No Brasil das décadas de 1970 e 1980, no processo de redemocratização até os tempos

contemporâneos, cada vez mais, as mulheres passaram a vislumbrar a Educação como modo de conquista de seus espaços de poder e liderança nas diversas instituições e movimentos sociais. Considerando que a educação tem um papel transformador, tanto na mobilidade social individual como na transformação do conjunto da sociedade, as mulheres estiveram em luta permanente, seja para o desenvolvimento de seus próprios potenciais e talentos, ou coletivamente, no enfrentamento à força do patriarcado, à divisão sexual do trabalho, à educação sexista, às variadas formas de violências, assédios e abusos e às diversas desigualdades de gênero. Por essa razão, tornou-se uma luta histórica e incessante a busca pela igualdade de direitos na educação e de maneira ampla, na sociedade.

A importância da luta das mulheres feministas brasileiras pela garantia e implementação de creches públicas, com funcionamento em tempo integral na cidade e no campo, é determinante para romper com a concepção do lar enquanto lugar natural das mulheres. O modelo patriarcal ainda dominante da divisão sexual do trabalho, no qual prevalece para as mulheres o papel de fazerem o trabalho doméstico, cuidar dos filhos, com duplas ou até triplas jornadas de trabalho, precisa da responsabilização do Estado. Neste sentido, a política pública de creches, além de ser um direito da criança, permite às mulheres desconstruir esse padrão, avançar no compartilhamento do trabalho doméstico e reprodutivo e do cuidar dos filhos com toda a sociedade, bem como seu ingresso no mundo do trabalho, entre outras escolhas, na construção da sua autonomia.

Conforme Farah e Marcondes (2021, p. 10), no contexto de elaboração da CF - 88, os movimentos feministas e de mulheres, mobilizaram-se pela reivindicação da política pública de creches, como uma “prioridade com estatuto constitucional”. As propostas que foram cristalizadas em lei aglutinaram ampla participação dos “movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes, garantindo-se assim, as creches como um direito ao trabalho e à educação infantil” (FARAH; MARCONDES, 2021, p. 10).

De acordo com Moll e Leclerc (2013), as políticas de creches e educação infantil e seu ordenamento legal balizaram uma importante discussão sobre o papel do Estado e de governos, na implementação de políticas públicas de educação e gênero. Neste sentido, novos desafios se apresentaram na expansão da jornada escolar, sobre a dimensão do uso do tempo, tanto para as crianças nas creches e educação infantil, quanto para as mulheres, mães, avós, chefas de família, mães solo, dentre outras. A partir do enfrentamento desses desafios e os consequentes avanços históricos, abriram-se caminhos de novas reflexões e experiências sobre o tempo integral, como “condição de qualidade da educação” (MOLL; LECLERC; 2013, p. 291).

No tempo histórico do século XX, a educação integral e escolas em tempo integral foram inspiradas nos ideais de pensadores da educação como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, considerados referências clássicas da educação pública brasileira. Suas ideias, estudos e experiências, conceberam implementar escolas com “tempo expandido, uma escola de dia inteiro, como espaço destinado à formação integral do indivíduo” (MOLL; LECLERC, 2013, p. 296). Mesmo que os tempos destas experiências fossem distantes entre si, os projetos educacionais tinham em comum a acolhida pela escola dos “novos sujeitos de direitos, os pobres, os negros, os favelados” e o diálogo com um “projeto de sociedade democrática, inclusiva e republicana” (MOLL; LECLERC, 2013, p. 296-297).

Estas ações consideradas inovadoras no processo educacional brasileiro, ficaram entretanto restritas em determinados territórios, limitadas pelas ausências de investimentos federais e pelas interrupções nos processos político-pedagógicos, razão pela qual foram realizadas apenas em alguns governos municipais e estaduais, sem se tornar uma política de Estado. Essa descontinuidade institucional impediu que as possibilidades abertas neste processo fossem mais aprofundadas e refletidas. (MOLL; LECLERC, 2013).

No Brasil, os estudos, reflexões e ações sobre as concepções de Educação integral e as experiências das escolas em tempo integral desenvolvidas num tempo mais recente, apontaram para uma necessidade de proximidade maior entre a educação e as diversas realidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais do país. Esta concepção de Educação integral contemporânea considera a formação integral da pessoa humana, como mais completa e multidimensional, garantindo o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões formativas – cognitiva, ética, intelectual, física, emocional, espiritual, social e cultural, entre outras – no qual a “categoria tempo escolar reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar” (LECLERC, 2012, p. 96).

Neste modelo educacional, contemplam-se as vivências de toda a comunidade escolar, suas famílias, comunidades e territórios locais, de modo a humanizar estas relações, na perspectiva de uma nova visão de sociedade e de cidadania. Enquanto projeto coletivo, organiza a construção de novas relações de poder, abrindo caminhos para uma educação comprometida com a redução das desigualdades sociais, fortalecendo a gestão democrática, a autonomia e a participação social. A Educação Integral se apresenta como um modelo nacional de “uma escola republicana, laica, obrigatória, gratuita e integral” (LACERDA, 2012, p. 17).

Esta visão humanista e emancipatória da Educação Integral em tempo integral pressupõe o “reconhecimento das diferenças e os diferentes e a escola de tempo integral só se reveste de

sentido constituída por uma Educação integral que constrói sujeitos de seu destino, que desaliena, emancipa e, com isso, promove uma sociedade mais igualitária” (LECLERC, 2012, p. 292).

A Educação integral com a ampliação da jornada da escola em tempo integral, trouxe novos desafios para a reorganização da dimensão do tempo escolar, com seus impactos diretos sobre toda a comunidade escolar, e impactos indiretos nas famílias e nos territórios locais. Como será abordado mais adiante, destacam-se os novos papéis que passaram a ser desempenhados no espaço familiar pelas mulheres, sejam elas mães, avós, chefas de famílias ou trabalhadoras.

Em relação à utilização do tempo escolar, Leclerc (2012, p. 293) afirma que

O tempo compõe o cenário para a restituição de humanidade ao ato de educar, na medida em que mais tempo, e mais tempo ressignificado, pode ensejar diálogos em que cada um diga de si, de sua vida e história, compondo os mosaicos próprios da diversidade, historicamente silenciados na vida escolar. E, nesse sentido, a educação referenciada nos seus sujeitos poderá recuperar o ser humano como referência, apontando para transformações societárias que passam inevitavelmente para a escola.

A escola em tempo integral pensada em sua plenitude, organiza o uso do tempo e outros espaços com os conteúdos escolares integrados em todos os momentos e com toda a comunidade escolar. Todas as atividades devem fazer parte da estratégia educacional, como por exemplo, o momento de recreio e alimentação dos estudantes. Os debates sobre os conteúdos e as novas diretrizes curriculares podem trazer e incluir temas como direitos humanos, o desenvolvimento da identidade social e respeito à diversidade, sustentabilidade ambiental, comunicação e outros.

Durante todo o tempo escolar, estes conteúdos ministrados podem ser intercalados com oficinas de artes, cultura, esporte, comunicação, criando assim, melhores condições e oportunidades para a aprendizagem. Conforme Leclerc (2012), esse entendimento aponta para novas formas de organização dos saberes, na troca de experiências entre o conhecimento acadêmico e a vida cotidiana, com uma formação mais próxima da vivência da comunidade escolar. Neste sentido, uma Educação Integral em uma escola em tempo integral pode

Efetivamente apontar condições diferenciadas para que acessem, permaneçam e aprendam no interior das escolas, aquelas crianças e jovens cujos pais foram excluídos e esquecidos, em função da obrigatoriedade de produzir sua via material, reproduzindo eles mesmos a condição de seus pais e avós nas regiões mais pobres do país (LECLERC, 2012, p. 108).

Dentre os diversos modelos organizacionais de escola em tempo integral, podem se distinguir as experiências denominadas de escolas integradas, que oferecem aulas em um turno e atividades no contraturno.

Em relação aos modos mais específicos de implementação da Educação integral e da escola em tempo integral, a história educacional brasileira desenvolveu mecanismos políticos e jurídicos e construiu uma rede formal de sustentação da política pública, que descreveremos a seguir, com destaque e em ordem cronológica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996) é o marco legal que ampara o ensino em tempo integral para a educação básica, expresso no artigo 34 conjugado com o artigo 87: “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”; e o “ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, ambos a critério dos sistemas de ensino. Neste sentido, a legislação aponta para a autonomia das escolas e para uma concepção de educação escolar vinculada à perspectiva de construção da cidadania (BRASIL, 1996).

Somente na primeira década dos anos 2000, as políticas de Educação integral e em tempo integral foram retomadas a nível federal, face ao reconhecimento de seu papel como política pública positiva no enfrentamento às desigualdades educacionais e sociais. Estruturou-se assim o desenho da estratégia de Educação integral a partir de um conjunto de ideias e vivências, situadas na “amplitude e na perspectiva da diversidade e da riqueza sociocultural no país, [...]em termos de diversidades de projetos educativos escolares e suas múltiplas conexões com suas comunidades” (LECLERC, 2012, p. 98).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE- 2001/2010), instituído pela Lei n. 10.179/01, avança na valorização da Educação integral como possibilidade de formação integral da pessoa e como objetivo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. O PNE aponta para a ampliação gradativa da jornada escolar para um tempo de, pelo menos, 7 horas diárias e para a participação social na gestão das escolas e o fortalecimento dos conselhos escolares. Registra-se que mesmo com as propostas do PNE de reconhecimento da Educação Integral com a conseqüente ampliação da jornada escolar, o plano existiu apenas de maneira formal na legislação e nas normativas e que não existiram investimentos destinados para sua implementação no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC/1999 - 2002).

Por isso, a Lei n. 11.494/2007, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), estabeleceu financiamento específico para a educação básica em tempo integral. Em 2007, destaca-se ainda

o Programa Mais Educação (PME), como indutor das políticas públicas para a Educação Integral e em tempo integral.

O Programa Mais Educação (PME/MEC), criado por Portaria Ministerial n. 17/2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.083/10, constituiu-se como uma estratégia educacional fundamental para materializar as políticas públicas da Educação integral e a escola em tempo integral nas redes estaduais e municipais de ensino.

O Programa iniciou seu funcionamento em 2008, priorizando atender escolas que apresentassem os piores resultados no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), considerada em situação de vulnerabilidade (risco social e violência). No âmbito das ações do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNE), incentivou estados, Distrito Federal e municípios a oferecerem educação integral na rede pública, com a transferência de recursos econômicos e assistência técnica.

Com o objetivo de ampliar os investimentos federais, o Programa Mais Educação articulou-se com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo necessidades de pequenos serviços e reparos nas escolas e aumentando os recursos *per capita* da alimentação escolar.

Destaca-se que a LDBEN/1996, a instituição do FUNDEB/2007 e o Programa Mais Educação (PME/2007), constituíram as bases legais, orçamentárias e de uma estratégia educacional capazes de sustentarem um modelo inovador de Educação Integral com as escolas em tempo integral, de longo prazo.

A Educação integral e a escola em tempo integral foram incluídas no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), sob a Lei n. 13005/2014, com objetivo de proporcionar um avanço na redução das desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem, como descrito na Meta 6 do mesmo, para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade brasileira” e, oferecer, “educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das(os) alunas(os) da educação básica” (BRASIL, 2014).

Constata-se que os modelos de Educação Integral articulado com as escolas em tempo integral são uma construção desafiadora de longo prazo. Mesmo com as legislações vigentes e as experiências vivenciadas no Brasil, a sua implementação exige prioridade nas decisões políticas de governos, maiores investimentos federais, compromissos com uma educação de qualidade como política de Estado.

1.1.1 Educação em Tempo Integral e autonomia das mulheres

Maioria da população, as mulheres são também responsáveis sozinhas pela sustentação da família em grande parte dos lares brasileiros. Vivem, portanto, uma rotina cotidiana de dupla e até tripla jornada. Disto decorre a necessidade de política pública que reduza tal desigualdade, proporcionando que possam ter uma vida digna, serem tratadas com igualdade e respeito e terem prioridades nas políticas públicas. Dentre as medidas para melhorar a condição da qualidade da educação, reduzir a sobrecarga sobre as mulheres e viabilizar a construção de sua autonomia, torna-se fundamental a ampliação de creches, educação infantil e escolas em tempo integral.

Estudiosas feministas debruçaram-se sobre o conceito de autonomia, apontando-o como um dos aspectos fundamentais na igualdade de gênero. As políticas públicas de creches, educação infantil e de jornadas ampliadas podem interferir na ampliação das condições de “autonomia pessoal e auto sustentação das mulheres, de forma a favorecer o rompimento com os tradicionais círculos de dependência e subordinação, ao mesmo tempo que incidam sobre a divisão sexual do trabalho, reduzindo desigualdades” (GODINHO, 2007, p. 55, 60).

Desta forma, compreende-se por autonomia o espaço para escolhas individuais e utilização do tempo para dedicar-se à qualificação, lazer, cultura, emprego e à geração de renda. A autonomia contribui para que as mulheres façam novas escolhas em suas vidas com liberdade, com capacidade de tomada de decisões e de exercer o controle sobre seus corpos.

Em seus estudos e pesquisas sobre a questão, Soares (2011) afirma que a construção da autonomia das mulheres estrutura-se por diversos caminhos, mas principalmente pelos avanços nas transformações das relações entre a vida pública e privada. A autora conceitua a autonomia das mulheres, como a “capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico” (SOARES, 2011, p. 281).

Define ainda três esferas da autonomia, como a

Física, econômica e de decisões, como segue [...] a física se refere ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. [...] a econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. [...] em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual (SOARES, 2011, p. 282).

Na escola em tempo integral, as mulheres podem organizar melhor o seu tempo livre, reduzindo a sobrecarga do trabalho reprodutivo e doméstico. Com as crianças e adolescentes permanecendo mais tempo na escola, abre-se um espaço para dedicação à vida pessoal, familiar e profissional.

Conforme Godinho (2007), as políticas públicas de ofertas de vagas na educação infantil, a ampliação dos tempos escolares e refeições, interferem no trabalho doméstico na vida de grande parte das mulheres. A autora considera que estas políticas vinculam-se diretamente à

Presença feminina no mercado de trabalho do ponto de vista quantitativo e nas perspectivas de desenvolvimento profissional, além de serem indispensáveis para a existência de tempo livre, essencial para a construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política. Tais políticas, ao mesmo tempo, possibilitam não apenas reduzir a desigualdade por meio da ampliação do acesso a serviços e direitos, mas também estender a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos e, neste sentido, rediscutir e colocar em cheque a responsabilidade atribuída às mulheres pela reprodução cotidiana (GODINHO, 2007, p. 60).

Nesta mesma direção, Rosa (2020) avança na reflexão sobre a importância da Escola em Tempo Integral (ETI) para as famílias, principalmente nos casos em que os “pais precisam trabalhar”. A autora afirma que a ampliação do tempo escolar trouxe modificações nas “relações familiares, no trabalho e nos tempos sociais vividos na família” e, que busca-se adequar a escola à realidade urbana “das famílias e particularmente da mulher, mudança na própria concepção de educação escolar” (ROSA, 2020, p. 57-58; 97).

Nesta pesquisa, consideram-se os impactos na vida das mulheres na construção e avanço de sua autonomia, a partir da intersetorialidade/integração das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e de Habitação de Interesse Social.

O tema da intersetorialidade nas políticas públicas tem se destacado em diversas experiências de gestões, nos diferentes níveis de governos. Esta aposta na integração de ações, saberes e esforços na vida cotidiana das mulheres, contribui para enfrentar problemas complexos e multidimensionais, bem como encontrar soluções mais articuladas das questões sociais, especialmente as de maior vulnerabilidades.

No percurso dos estudos e a partir das análises da implementação das referidas políticas, a intersetorialidade é compreendida, nesta análise, como um conceito que “corresponde a uma integração não hierárquica de diversos setores, principalmente governamentais, que se colocam de acordo para trabalharem juntos, visando à solução de problemas sociais complexos”

(MARCONDES; FARAH, 2021, p. 8).

A intersetorialidade, neste processo de unificar os diferentes setores na busca de soluções de problemas públicos e na construção de políticas que levem às suas soluções, “subsidiar reflexões e práticas integradoras de diferentes setores e, ainda, a valorização do território, respeitando os saberes e particularidades de cada área” (CRUZ; MARCONDES, 2022, p. 4).

No caso de Governador Valadares, a integração dessas políticas como mecanismo e prática de gestão pública buscou fortalecer também movimentos organizados, como é o caso do movimento de moradia, contribuir com a participação da comunidade escolar nos territórios e avançar na implementação dessas políticas com mais efetividade e eficácia. Nesta troca de experiências e necessidades, a ampliação do acesso aos serviços, como será aprofundado a partir das experiências das participantes da pesquisa, impactou diretamente a vida das beneficiárias com equidade e promoveu protagonismo e autonomia das mulheres.

Uma escola em tempo integral universalizada se organiza com a permanência de crianças e adolescentes entre 8 a 10 horas, com segurança alimentar de 4 e 5 refeições diárias, com proteção e prevenção ao risco social e à violência cotidiana. Esta jornada ampliada contribui com a segurança estatal de filhas e filhos, pode impactar positivamente a vida das mulheres e possibilitar que elas desenvolvam sua autonomia em relação ao empoderamento do seu tempo, enquanto as crianças e adolescentes estiverem na escola. Nesta mesma direção, a titularidade das moradias, preferencialmente em nome das mulheres, promove sua autonomia, independência, liberdade e reconhecimento. Temas que serão debatidos e aprofundados no próximo capítulo.

1.2 Política de Habitação Social e impactos na vida das mulheres

A contextualização e a análise da política de habitação social organizam-se em torno dos eixos que definem: os conceitos de direito à moradia e à moradia adequada, a moradia adequada enquanto direito à cidade, os marcos legais da moradia enquanto direito humano e social, a habitação nas políticas públicas do Brasil e em Governador Valadares e os seus impactos na vida das mulheres.

A moradia foi reconhecida como direito humano a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, tornando-se um direito humano universal fundamental para a vida das pessoas e passando a ser considerada um mínimo existencial da dignidade humana.

Os conceitos universais que definem a moradia adequada como sendo o “direito de viver em algum lugar em segurança, paz e dignidade” no Brasil encontram-se formulados na Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), onde também constam referências que compõem este conceito como “liberdades, garantias e proteções” (BRASIL, 2013, p. 1). Nestes componentes ficam incluídos a proteção contra despejos e remoções forçadas, a liberdade de não ter intromissões na casa, o direito de escolher a habitação, a segurança da posse; o acesso igualitário e sem discriminação, entre outros. A firma também o texto que o ser humano precisa de abrigo, necessita de lugar onde possa ter seu espaço de liberdade e segurança, de se relacionar com outras pessoas com “privacidade e amar sem que seja observado, de conservar suas memórias, expressar sua individualidade e repousar depois de um longo dia” (BRASIL, 2013, p. 13-14).

Em sua reflexão sobre o que é o direito à “moradia adequada”, a SDH/PR indica que alguns critérios precisam ser atendidos para além da oferta de habitação. Ela faz menção a vários elementos com que o direito à moradia adequada se inter-relaciona: segurança da posse, serviços de infraestrutura urbana e equipamentos públicos, condições de habitabilidade que garantam segurança e proteção física contra todas as formas de ameaças como prioridades de grupos e pessoas mais vulneráveis, respeito à expressão e identidade cultural, proximidade a serviços de saúde, escolas, creches e oportunidades de emprego (BRASIL, 2013).

No Brasil, a moradia adequada ganhou força e estatura a partir da Constituição Federal de 1988, quando por lei tornou-se um direito social. Compreende-se o direito social enquanto um direito universal que se constitui como um direito igualitário e inclusivo, que estabelece condições de vida digna e de justiça para as pessoas, prioritariamente as maiorias sociais vulneráveis. O Estado social tem o papel de promover estas garantias pela dignidade humana, através de políticas públicas que superem estas desigualdades socioeconômicas e culturais. Na forma da Constituição Cidadã foram considerados direitos sociais “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 18).

A moradia adequada, enquanto um direito social e princípio constitucional, tornou-se, também um direito fundamental. Este estatuto foi conquistado pelas lutas dos movimentos sociais nas reivindicações por uma reforma urbana, no contexto da redemocratização do país. Nessa construção coletiva, destacou-se a liderança da participação das mulheres e dos movimentos feministas, com novas atrizes políticas que emergiram no curso das décadas de 1970 e 1980.

Nesse tempo, com a incorporação da agenda de gênero nas políticas públicas, frente às desigualdades socioeconômicas e culturais impostas às mulheres, nos espaços privado e público, o tema da habitação de interesse social apresentou-se como fundamental pela relevância na sua vida, como item fundamental na construção de sua autonomia, independência, empoderamento e cidadania. Segundo a relatora da ONU, Raquel Rolnik (2011, p. 3), o importante é compreender que a “garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos”.

Conforme documento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as mulheres enfrentam “discriminação em muitos aspectos da habitação por serem mulheres” ou pela “pobreza, idade, classe social, orientação sexual ou etnia” (BRASIL, 2013, p. 1). As causas destas discriminações se sustentam em “fatores estruturais e históricos”, que podem ser verificados na sua vulnerabilidade à violência sexual, na violência de gênero, presente inclusive em leis, no conservadorismo dos costumes e tradições, na perspectiva machista de parte do judiciário e da administração pública, na falta de acesso a informações e consciência dos direitos. Registra-se, ainda nesse conjunto de fatores, graves discriminações em relação à segurança da posse da moradia, muitas vezes registradas em nome dos homens. Sem a propriedade da moradia, as mulheres têm pouca autonomia pessoal ou econômica e ficam mais vulneráveis a violências domésticas e na comunidade em geral (BRASIL, 2013, p. 21, 22).

Na realidade brasileira, o modelo capitalista de ocupação do solo urbano e da construção das cidades submete as populações mais pobres e vulneráveis à segregação social, a diversas formas de violências e adversidades culturais, no distanciamento dos serviços e equipamentos públicos, enfim, à exclusão. Neste sentido, as mulheres são as mais impactadas, porque são maioria da população empobrecida e também na responsabilização pelo cotidiano de reprodução e gestão da vida.

Esse modelo excludente e desigual de ocupação foi confrontado na legislação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que propôs modelos de cidades inclusivas, construídas com a participação popular. Na garantia legal de redução das desigualdades urbanas, o direito à moradia adequada incorporou-se aos demais direitos, passando a fazer parte do direito à cidade. A legislação avançou também em relação às questões de gênero, quando trouxe instrumentos que viabilizaram a titularidade e a posse da terra em nome das mulheres.

O planejamento urbano integrado supõe garantir o direito de uma cidade para todas, todos e todes, bem como incluir um conjunto de serviços e de políticas públicas. Desta forma, a moradia adequada enquanto política pública de habitação, requer outras políticas públicas tais

como de infraestrutura, saneamento ambiental, educação, saúde, transporte público, emprego e renda. Raquel Rolnik (2011, p. 3), no mesmo trabalho de relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada, afirma ser fundamental que a “moradia esteja integrada ao tecido urbano, oferecendo oportunidades de desenvolvimento econômico, social e cultural para as mulheres e possibilitando aos seus residentes a interação com diversos grupos sociais”.

É nesta mesma direção de funcionamento em conjunto que a Lei Nacional 11.124/2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, apontou que a titularidade dos imóveis entregues pelo Poder Público seja registrada, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família, e isto sem necessidade de comprovação de estado civil ou de renda.

Diante do abismo da desigualdade social e em face da legislação vigente, a moradia adequada como um direito social e humano, constitui-se como um direito fundamental e, portanto, como dever do Estado brasileiro. As políticas públicas de habitação de interesse social visam a contribuir para a redução dessas desigualdades, especificamente as de gênero.

Nesse sentido, como observa Campos (2019, p. 43), é necessário que estas mulheres se tornem “beneficiárias oficiais das políticas públicas”, uma vez que representam a maior parcela da população vulnerável que vive nas áreas mais pauperizadas das cidades e, por esta razão, cabe mobilizar os instrumentos para que elas possam participar com protagonismo na “cena pública”.

A autora considera que, para muitas mulheres, tornar-se beneficiária significa ter fortalecidos novos espaços de poder, seja dentro das próprias relações familiares, no mundo doméstico privado, mais afeito ao poder masculino, seja na participação pública, que levam a posições mais reconhecidas na comunidade. Neste sentido, a mulher beneficiária resgata ou constrói uma nova dimensão na sua vida, “vivenciando novas práticas sociais”, refletindo sobre o seu dia a dia, tornando-se “sujeito de sua própria vida” e ampliando a “consciência de que tem direito a ter direitos” (CAMPOS, 2019, p. 43).

Frente às assimetrias de poder e desigualdades entre homens e mulheres na população brasileira, a partir de 2003 o governo federal criou estruturas e programas governamentais com recorte de gênero, em várias frentes das políticas públicas. Citam-se o Ministério dos Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial e, no Ministério das Cidades, a política habitacional. Também ampliou programas específicos nos Ministérios da Educação, Saúde e Trabalho. Todas estas temáticas tiveram Conferências nas três esferas de governos, com intensa participação popular. Nessas Conferências destacou-se a presença de um grande número de mulheres, especialmente nas Conferências Nacionais e nos Planos Nacionais de Políticas Públicas para Mulheres.

No Brasil, com interrupções e mudanças de governos, a política pública de habitação e de programas governamentais na perspectiva de gênero é recente e ainda não se tornou política de Estado. Nas décadas de 1980 e 1990, registraram-se experiências nessas áreas, em governos estaduais e municipais de caráter mais progressista. Evidencia-se que a partir de 2003, na esfera federal, nos governos do Partido dos Trabalhadores, as questões de gênero nas políticas de habitação ganharam centralidade, projeção e tiveram mais alcance social.

Nas políticas de habitação com perspectiva de gênero, destaca-se o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em 2009, estabelecido pela Lei 11.977/09, no Governo do Presidente Lula. Com a dimensão do programa e a entrega de milhares de moradias, avalia-se que ele se apresenta como um dos maiores programas de habitação de interesse social da história do Brasil. O PMCMV caracterizou-se pelo atendimento à população nas faixas de renda das pessoas e famílias mais pobres, prioritariamente destinado às mulheres e, às mulheres chefas de famílias, dentre os critérios para escolha de suas beneficiárias e beneficiários. Foi o PMCMV que possibilitou às mulheres o direito à titularidade da moradia, como já citado neste texto, um passo decisivo nos processos de construção da autonomia dessas mulheres.

A legislação que estabelece a titularidade feminina está expressa na Lei n. 11.977/2009, art. 35 das diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que trouxe uma fundamental inovação na habitação, quando garantiu que os contratos e registros por ele efetivados deveriam ser formalizados, preferencialmente, em nome da mulher. Mais adiante, o governo da Presidenta Dilma Rousseff, na Lei Ordinária n. 12.693/2012, em seu art. 35-A, avançou em situações de separação ou divórcio, em que o título da propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV seria registrado em nome da mulher ou a ela transferido. Afirmou-se assim, o compromisso do governo de Dilma Rousseff e do PMCMV com uma política pública e social na perspectiva de gênero.

Com relação às mulheres vítimas de violência doméstica, o PMCMV reconheceu a dimensão das dificuldades vividas por elas, priorizando seu atendimento no Programa. O Ministério das Cidades publicou a Portaria n. 412/2015 aprovando um novo Manual de Instruções para Seleção de Beneficiárias/os. Estas diretrizes trouxeram inovação nos critérios de seleção dessas pessoas. Famílias que tenham mulheres atendidas por medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), comprovadas por decisão judicial, serão beneficiárias prioritárias.

Esta ação governamental fortalece e encoraja mulheres em situação de violência doméstica, principalmente aquelas que decidem romper com o ciclo de violência no espaço familiar, dado que muitas delas encontram-se ainda em diferentes situações de dependência,

como a afetiva, a financeira, dos cuidados com os filhos e filhas, entre outras. Conforme Raquel Rolnik (2011, p. 6), para as mulheres vítimas de violência doméstica, “a insegurança da posse da terra e da habitação pode ser fatal: muitas não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos”. Ter a casa com a titularidade em nome da mulher e ter a prioridade de habitação em situações de abusos e agressões são pontos que indicam como as políticas públicas transversais podem contribuir na conquista da autonomia e criar condições para o empoderamento das mulheres. Sendo assim, a “ampliação da autonomia pessoal e das formas de sua sustentação favorece o rompimento com as formas de dependência e subordinação em que se encontram historicamente” (MEYLAN, 2019, p. 54).

O Estado e governos que pretendam ter compromisso de transformar a sociedade desigual cumprem o papel de elaborar e implementar políticas públicas efetivas, com ações afirmativas, prioritariamente para as camadas pobres e vulneráveis da sociedade. No Brasil, os modos de vida destas maiorias sociais, que muitas vezes ficam invisíveis frente a ações governamentais, revelam no cotidiano a imensa desigualdade socioeconômica, cultural, de gênero, de classe social e de raça, que atinge milhares de pessoas. São modos vivenciados especialmente pelas pessoas em situação de rua, pessoas com deficiências, pessoas idosas, comunidades LGBTQIAP+, mulheres na extrema pobreza e pobres, mulheres pretas, mães solo, chefas de famílias.

1.2.1 Habitação Social, participação popular e empoderamento das mulheres

O termo “empoderamento” para as mulheres, pode ser compreendido de diversas formas, seja no âmbito individual e/ou coletivo, no sentido de dar voz à autonomia, construir processos de poder social e apontar para perspectivas emancipatórias. No espaço individual, o empoderamento expressa-se como o ato da mulher tomar poder de si, do reconhecimento de sua própria capacidade, da afirmação de seus direitos, da exigência ao respeito, da liberdade de tomar suas próprias decisões, do controle sobre suas escolhas e de sua vida.

Nos processos coletivos, o empoderamento das mulheres manifesta-se pela participação ativa na vida das comunidades, quando adquirem consciência crítica das diferentes realidades e de suas próprias situações de vida, na construção do poder social organizadas em movimentos, quando ganham voz, visibilidade e capacidade política de influenciar nas superações das desigualdades sociais, de gênero, classe social e de raça.

No Brasil das últimas décadas, constata-se um grande crescimento do número das mulheres chefas de família. De acordo com o IPEA (2018), este percentual chega a 45% dos domicílios brasileiros. Este dado aponta para uma maior vulnerabilidade das mulheres pobres que, mesmo com o direito à moradia e titularidade, precisam de suporte de equipamentos sociais, como creches e escolas, para garantir suas oportunidades de trabalho, autonomia e cidadania.

De acordo com Campos (2019), as mulheres como proprietárias da sua casa e com os documentos de registro em suas mãos, sentem-se valorizadas e reconhecidas em seus direitos, muitas vezes saindo de sua situação de invisibilidade.

A autora afirma ainda que, no PMCMV, dados mostram que as mulheres já são maioria com titularidade no país. Estes dados disponibilizados pelo “Ministério das Cidades (MC), gestor do programa, através da sua Secretaria Nacional de Habitação (SNH)”, apontam que “em que até o mês de abril de 2015, 1.655.769 pessoas beneficiadas são do sexo feminino de um total de 2.327.986 beneficiários, totalizando cerca de 71% dos beneficiários” (CAMPOS, 2019, p. 47).

O processo de habitação nas políticas públicas, registra significativos impactos na vida das mulheres, como a garantia da moradia enquanto direito humano, social e constitucional, os conceitos universais de moradia adequada definindo um padrão digno e decente para as populações prioritariamente vulneráveis, de maioria de mulheres, as persistentes e corajosas lutas das mulheres e de movimentos feministas na incorporação do gênero em relação aos direitos das mulheres, na luta política pela igualdade e pelo gênero, na habitação.

Destaca-se, também, a relevância da moradia para as mulheres enquanto espaço de liberdade, proteção e segurança, mas que não se restringem ao mundo privado. O direito das mulheres à moradia integra-se como um direito à cidade, a partir do olhar e das vivências das mulheres. Desafios que são enfrentados para sua visibilidade e reconhecimento social e na interface com outras políticas públicas transversais para superação das desigualdades de gênero, considerando a importância do protagonismo feminino.

No Brasil, a “habitação de interesse social como categoria, só teve o devido tratamento e reconhecimento pelo poder público, através do PMCMV”. De maneira prioritária, o “PMCMV atende a população pobre e da extrema pobreza, de menor renda, para que tenha acesso à terra e à casa própria. Valoriza as mulheres na construção de sua autonomia e empoderamento, através da titularidade feminina”. Uma priorização de contratos em nome da mulher que para além de diminuir o déficit habitacional, “buscou a superação da pobreza, gerando oportunidades de emprego e renda para mulheres de famílias pobres” (MEYLAN,

2019, p. 18-19). Evidenciaram-se também as prioridades para as mulheres chefas de família e mulheres em situação de violência doméstica.

Em 2009, no município de Governador Valadares, implantou-se a Política Municipal de Habitação, alinhada com os princípios do PMCMV, do governo federal, com participação popular e na perspectiva de gênero.

Os critérios de escolha das famílias contempladas combinavam critérios da política nacional do PMCMV com critérios municipais, aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação, com o protagonismo dos núcleos dos-sem-casa, de maioria mulheres.

Com preferência da titularidade, estes critérios escolhidos atendiam com prioridade mulheres de extrema pobreza e pobres, de famílias numerosas, mulheres chefes de famílias e de pessoas com deficiência. Os critérios locais definiam como numerosas as famílias constituídas de 3 (três) ou mais crianças, adolescentes e jovens. Quanto ao conceito de famílias pobres e extremamente pobres, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define como taxa de pobreza extrema, as pessoas que vivem com um rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo mensal e as pessoas na condição de pobreza absoluta, com um rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal.

Nesta análise final, percebem-se conquistas relevantes neste processo como um conjunto de direitos de moradia consolidados institucionalmente; das lutas constantes dos movimentos sociais de mulheres e feministas pela igualdade nos diversos espaços de poder; das políticas públicas de habitação dos governos municipal e federal já implementadas; dos avanços no empoderamento e na autonomia das mulheres.

Mas novos desafios estão postos diante dessas realidades ainda desiguais. Neste sentido, é fundamental uma consciência de classe social, de gênero e raça mais abrangente nas mulheres e na sociedade pela igualdade de direitos; por políticas públicas de habitação de Estado e de governos de caráter permanente e transversal para as mulheres no caminho de políticas emancipatórias e na superação das vulnerabilidades, causas e consequências das desigualdades.

CAPÍTULO 2 - REGISTRO REFLETIDO DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Este capítulo apresenta uma descrição mais específica das políticas públicas e sociais da Escola em Tempo Integral (ETI) e da Habitação de Interesse Social e sua intersetorialidade/integração, implementadas no município de Governador Valadares, no período de 2009/2016. As descrições dessas políticas sociais foram efetivadas a partir das vivências e vozes potentes das mulheres entrevistadas.

Na perspectiva da gestão pública, apresentam-se e descrevem-se essas políticas sociais, considerando o que está escrito e estabelecido nas normativas e os resultados observados e registrados oficialmente pela gestão. Na sequência, a partir da implementação do modelo educacional da ETI e da política habitacional, refletem-se estes temas, a partir da exposição das percepções das mulheres entrevistadas, que as vivenciaram. Considera-se também importante observar que estas perspectivas podem ter convergências, mas também contrastes e que isso é justamente parte da riqueza da pesquisa, como uma análise crítica situada. Neste sentido, as descrições foram feitas sob os olhares da gestão pública, das lideranças de programas e movimentos habitacionais e das mulheres beneficiárias dessas políticas. Ainda neste capítulo, aprofunda-se a análise da integração/intersetorialidade das referidas políticas quando alcançam a população.

2.1 Descrição das políticas de Educação - Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil - creches e de Habitação Social

Iniciaremos a parte da descrição das políticas públicas e sociais com algumas considerações sobre a política pública educacional e social da Escola em Tempo Integral (ETI). Mais adiante, faremos especificações através de relatos da pesquisa de campo.

2.1.1 A política de Educação – Escola em Tempo Integral – ETI/Educação Infantil – creches

A escolha política do governo municipal de implementar uma Escola em Tempo Integral (ETI), com ênfase na educação integral, partiu de estudos, reflexões e vivências sobre o contexto socioeconômico e cultural do município, a fim de construir uma organização educacional que respondesse a uma realidade de fortes contrastes e desigualdades sociais (GOVERNADOR VALADARES, 2009).

Conforme o Caderno de Diretrizes Curriculares - CDC, o cenário de Governador Valadares mostrava que em metade dos bairros da cidade as pessoas “chefes de família tinham renda média de apenas 3,09 salários mínimos e em ¼ dos bairros, as pessoas “responsáveis tinham renda média de, no máximo, 2,22 salários mínimos” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 9). Em relação à “escolaridade, “12,5% dos domicílios eram chefiados por responsáveis analfabetos”, metade dos responsáveis pelos domicílios possuíam apenas o “ensino fundamental incompleto e, apenas 8% dos responsáveis possuíam curso superior (completo ou incompleto)” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 9).

Segundo o mesmo documento, a falta de perspectiva de emprego e trabalho e a consequente necessidade de lutar por melhores oportunidades de vida ocasionou no município o crescimento de uma “cultura da emigração, levando jovens valadarenses, em seu período mais produtivo” e, trabalhadoras e trabalhadores, a emigrarem para outros países, provocando a “fragmentação de seus laços sociais e familiares” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 8).

Diante destas diversas realidades, do processo migratório constante que causou uma fragilização da identidade local, do agravamento dos indicadores de violência infanto-juvenil, na adolescência e juventude, e do compromisso político e social com uma educação pública, gratuita e de mais qualidade, decidiu-se pela urgência de implantação da ETI em toda a rede municipal de educação, na cidade e no campo.

A ETI estruturou um currículo e uma matriz curricular atendendo aos alunos da rede municipal com uma formação integral, com respeito à criança, ao adolescente e ao jovem, não fragmentando os conteúdos e a sua formação, mas como um ser inteiro, pleno de seus direitos ao conhecimento e à vida, integrado à sua comunidade e ao mundo.

Conforme a diretriz do CDC priorizou-se nos projetos pedagógicos uma “convergência de eixos temáticos com as disciplinas e/ou conteúdos curriculares para a formação integral do aluno”, levando-se em consideração os ciclos do desenvolvimento humano (educação infantil, ciclo da infância, ciclo da pré-adolescência, ciclo da adolescência), como o “foco central para o qual convergem todas as ações educativas – a Formação Integral” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 3; 6). Construiu-se também uma política pública voltada especificamente para a Educação do Campo, com um projeto pedagógico com ênfase na realidade do campo, respeitando valores e a cultura, sua identidade local e o sentimento de pertencimento ao lugar de vivência.

Em novembro de 2009, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) aderiu ao Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (PME/MEC), garantindo mais recursos

financeiros e humanos, bem como para o desenvolvimento de oficinas. Desta forma, a ETI foi implantada em fevereiro de 2010, em todas as escolas da rede municipal de ensino, em locais e territórios de grande vulnerabilidade social.

Conforme orienta o CDC, as aulas dos conteúdos obrigatórios eram intercaladas com oficinas de artes (plásticas, visuais, cênicas, dança, música) e de esportes (judô, *tae kown do*, basquete, futebol, natação, ciclismo, atletismo, *handball*). Estas oficinas, além de oferecer aos estudantes alternância de conteúdos e de professoras/es, eram articuladas com os conteúdos do núcleo comum da matriz curricular e potencializavam a importância do estudo e da aprendizagem.

As oficinas tinham como objetivos contribuir para o bem estar dos estudantes, reduzindo a apatia, o estresse, a indisciplina e despertando o gosto pelo estudo. A escola foi pensada na sua plenitude e toda atividade fazia parte do seu currículo, a exemplo do momento do recreio e da alimentação dos estudantes. Não era uma escola integrada - modelo que oferece aulas em um turno e atividades extracurriculares no contraturno -. A sua proposta previa o tempo integral, mas com o diferencial de uma educação integral (GOVERNADOR VALADARES, 2009)

As diretrizes curriculares eram “orientadas por uma Estratégia Educacional, o desenvolvimento da identidade social e respeito à diversidade para o desenvolvimento sustentável” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 4). Eixos temáticos curriculares foram priorizados: “identidade e diversidade, sustentabilidade e protagonismo, comunicação e múltiplas linguagens”, os quais ampliavam as oportunidades de outros conteúdos e potencializavam a aprendizagem (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 3).

A Escola em Tempo Integral, em uma perspectiva de Educação Integral, conforme enfatizado acima, instituiu um modelo pedagógico considerado inovador e transformador.

Em 2009, com o lançamento da ETI, buscou-se preparar as condições necessárias para dar partida, a partir de 2010. Esta foi iniciada com estudos, reflexões e discussões da nova Estratégia educacional e dos conteúdos curriculares, com a preparação da comunidade escolar através de reuniões, seminários e planejamentos, também com a organização do novo tempo escolar e dos espaços físicos, através de reuniões na sede da Secretaria Municipal de Educação e nas escolas.

Desta forma, a ETI foi implementada em 2010 e universalizada em toda a Rede Municipal de Educação, no campo e na cidade, com permanência das crianças nas escolas por 10 horas (educação infantil/creches) e dos adolescentes por 8 horas (anos iniciais e finais do ensino fundamental). Esta nova matriz curricular possibilitou o tempo ampliado da permanência de crianças e adolescentes nas escolas, com oferta 4 e de 5 refeições diárias,

contribuindo com a segurança alimentar e também com a prevenção à violência e com proteção social, além de estimular uma melhor aprendizagem. Importante registrar a instituição da jornada de 40h para os profissionais da educação e para os servidoras/es administrativos e de serviços gerais de toda a rede de ensino municipal.

A Educação Infantil, com crianças nas creches e pré-escola, tornou-se prioridade no segundo mandato do governo municipal (2013/2016), coincidindo também, com a implementação do Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Destacam-se sete novas unidades educacionais municipais (CMEI) e ampliação de vagas em 15 creches conveniadas (0 a 3 anos de idade), somando 2.350 vagas. Destaca-se o cumprimento da legislação federal no atendimento de todas as crianças de 4 e 5 anos de idade (GOVERNADOR VALADARES, 2016).

A ETI, dada a dimensão da alimentação escolar de 4 e de 5 refeições, com mais de 95 mil refeições diárias, contribuiu com a compra direta dos produtos da Agricultura Familiar, beneficiando muitas famílias do campo, grande parte de mulheres agricultoras, organizadas em Associações e Cooperativas, no município e na região do Leste de Minas. Destaca-se, também, a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programas federais dos governos do PT, que garantiram grandes investimentos na Agricultura Familiar, promovendo uma rede de segurança alimentar campo e cidade, com alimentos saudáveis.

A ETI contou com importantes contribuições na sua concepção, implementação e análises sobre seu funcionamento na comunidade escolar e nas famílias. Na concepção pedagógica, considerando o desenvolvimento das competências socioemocionais e cognitivas, a educação teve a assessoria do Instituto Cultiva de Belo Horizonte². Em 2012, o Grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania – TEIA, acompanhou, monitorou e fez análise da ETI/GV³.

Conforme Souza (2015), a questão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes foi uma das motivações da implantação da ETI, dado que o município figurou entre as 10 cidades com maior vulnerabilidade, segundo dados de pesquisas de Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2009. Outro motivo foi a

² O Instituto Cultiva é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em 2002 com foco na educação para a cidadania, participação popular e gestão pública. A metodologia que orienta seu trabalho é freireana.

³ O Grupo TEIA é parte da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG e teve origem no Observatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. É um espaço de articulação entre várias ações de extensão, pesquisa e ensino no campo da educação integral e cidadania.

cidade aparecer em segundo lugar no “índice de homicídios infanto-juvenil, inclusive mortes com requintes de crueldade, estrangulamento e carbonização na faixa etária de 16 a 30 anos, relatório divulgado pelas Nações Unidas e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos”.

Diante desta situação, a “política de ampliação do tempo na escola vai associar projeto educacional com proteção das crianças e adolescentes” (SOUZA, 2015, p. 7). Segundo ROSA (2020), a ampliação do tempo escolar trouxe modificações nas “relações familiares, no trabalho e nos tempos sociais vividos na família” e, buscava-se adequar a escola à realidade urbana “das famílias e particularmente da mulher, mudança na própria concepção de educação escolar” (ROSA, 2020, p. 58; 97).

A partir de uma “pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação a um grupo de universidades públicas”, as “Escolas de Tempo Integral de Governador Valadares” e outras experiências em curso, foram identificadas e reconhecidas como “experiências de grande importância pedagógica e de significativa repercussão de resultados” (MOLL, LECLERC, 2013, p. 299). Registra-se também que a ETI recebeu prêmios do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM Brasil/ONU (Organização das Nações Unidas), conquistando o primeiro lugar em Minas Gerais e no Brasil, pelo seu modelo inovador e universalizado. O prêmio foi entregue pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Destaca-se também que a educação inclusiva através do Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva (CRAEDI), foi selecionado entre as três experiências de todo o Brasil.

A Escola em Tempo Integral (ETI) redimensionou o tempo escolar, mas de maneira singular, na dimensão do tempo para as famílias, especialmente para as mulheres, mães, chefas de famílias, avós, mães solo, trabalhadoras. Com a permanência das crianças e adolescentes mais tempo na escola, as mulheres empoderaram-se deste tempo e puderam pensar como melhor utilizá-lo nas prioridades de suas vidas. Nesta perspectiva de gênero, busca-se analisar nesta pesquisa em que medida a ETI contribuiu para a construção da autonomia das mulheres, no sentido de possibilitar a elas novas escolhas para seu presente e futuro.

Devido a enormes demandas do tempo integral, destacam-se outros fatores relevantes como as melhorias socioeconômicas em relação às famílias, de maioria mulheres e mães chefas de família, e à comunidade, como: a redução de gastos financeiros das famílias, a movimentação da economia nos bairros em razão das adequações, reformas e ampliações das escolas, a locação de novos espaços e anexos, as contratações de serviços de trabalhadores/as informais, a geração de empregos públicos com concurso e contratações de profissionais e servidoras/es da educação e o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família (PBF) (GOVERNADOR VALADARES, 2010). Um projeto educacional estruturante

com integração de várias políticas públicas e sociais.

Esta descrição da ETI mostra: a nova proposta educacional de tempo e formação integral, a garantia de uma política pública universal, inclusiva, de prevenção e proteção contra a violência infanto-juvenil, a ampliação da jornada escolar com permanência das crianças e adolescentes de 8 a 10h e os profissionais da Educação, maioria de 40h e os desafios desse novo tempo e espaços físicos, para a comunidade escolar, famílias, territórios locais, o impacto do novo tempo escolar na vida das mulheres, mães, avós, mães solo, chefas de família e/ou trabalhadoras e de como este tempo livre e disponível, viabilizou a construção de sua autonomia; a qualidade e quantidade das refeições (4 a 5 refeições), como um programa de segurança alimentar e de compra direta dos alimentos da Agricultura Familiar, entre outras.

2.1.2 A política de Habitação Social

A inserção do tema da política habitacional de interesse social para a presente pesquisa ocorreu em função: da dimensão da política municipal, na experiência que se descreve, com grande oferta de moradias para redução do *déficit* habitacional, da contribuição direta dos Núcleos dos-sem-casa, liderados pela Associação Habitacional Nova Terra (AHNT) sendo a maioria de seus membros, mulheres, da participação popular das mulheres como protagonistas nas escolhas das moradias, no atendimento prioritário às mulheres beneficiárias, na integração de outras políticas públicas e na dinamização da economia local e regional decorrente desta política municipal.

Conforme o Plano de Habitação de Interesse Social de Governador Valadares – PLHISGV, o diagnóstico sobre o *déficit* habitacional do Município foi construído utilizando: os dados da Fundação João Pinheiro, com base no Censo Demográfico de 2000, as informações da Prefeitura, a partir do cadastro de demandas apresentadas pela população, o levantamento feito pelos Núcleos dos-sem-casa e a associação AHNT e os estudos da Política Habitacional, realizados com recursos do Habitar Brasil – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Todas as “ações de produção de moradia previstas no Plano Plurianual do Ministério das Cidades utilizam como referência os dados da Fundação João Pinheiro, [...] adotado também no Plano de Habitação de Interesse Social de Governador Valadares” (GOVERNADOR VALADARES, 2008, p. 3).

Nesta direção, a realidade habitacional apresentada pelo PLHISGV e os dados levantados pelo IBGE convergiram para resultados comuns, ou seja, um “déficit de 7.482 domicílios em setores subnormais e assentamentos precários” com uma “estimativa do *déficit*

habitacional em 7.291 famílias” (GOVERNADOR VALADARES, 2008, p. 15, 16).

Conforme o documento “A Experiência da Política de Habitação de Governador Valadares”, a política municipal de habitação de interesse social foi implantada no ano de 2009 e institucionalizada pelo Sistema Municipal de Habitação, Conselho e Fundo Municipal de Habitação (GOVERNADOR VALADARES, 2009). Os critérios de escolhas eram definidos pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH), pela organização dos Núcleos Habitacionais liderados pela Associação Habitacional Nova Terra AHNT) e alinhados com a política nacional do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV, programa de habitação federal lançado pelo Governo Lula, foi instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, com os objetivos de: subsidiar a aquisição da casa ou apartamento próprio, para os segmentos populacionais com renda familiar de até 6 (seis) salários mínimos; priorizar famílias na faixa 01, com renda até 1,6 mil reais; facilitar as condições de acesso ao imóvel para as demais faixas de renda e promover um importante incentivo à economia nacional e municipal (BRASIL, 2009). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, o Brasil possuía um *déficit* habitacional estimado de 7,9 milhões de moradias, correspondentes a 21% da população brasileira.

O documento a “Experiência da Política de Habitação de Governador Valadares”, registra a reestruturação dos 46 núcleos habitacionais no município que “agregavam mais de 3.250 famílias” sem moradias adequadas e dignas (GOVERNADOR VALADARES, 2009). Estes núcleos “além da tarefa de cadastrar famílias sem-casa”, tinham como principal função ser instrumento de “ligação da população com as políticas públicas de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano, ao mesmo tempo em que ampliava a participação popular no debate de soluções próprias da cidade” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p. 3). O documento esclarece ainda que as políticas de habitação eram integradas com famílias que estavam inseridas em diversas políticas públicas como de educação, assistência social, saúde, defesa civil, infraestrutura, entre outras.

Os critérios de escolhas para a entrega das moradias eram definidos pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH), com a participação dos próprios núcleos, com maioria de seus membros, mulheres, alinhados com o PMCMV. O CMH tornou-se de caráter deliberativo a partir da Lei 5820/2008, em seu artigo 1. Nesta legislação estabeleceu-se seu papel de garantir a implementação do Plano Municipal de Habitação (com planos e programas para a produção de moradia); decidir sobre as prioridades da gestão dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e colaborar com os núcleos habitacionais participativos,

integrados e informados sobre a política de habitação.

O movimento social de moradia estava organizado em 46 (quarenta e seis) Núcleos dos-sem-casa, dentre os quais, 31 (trinta e um) eram coordenados por mulheres, representando 67% do total, estimando-se, portanto, uma maioria de mulheres beneficiárias, com titularidade feminina. Evidencia-se assim, a intensa participação social das mulheres na elaboração, acompanhamento e execução desta política social, estimulando o exercício da democracia e a construção da cidadania.

Com a inclusão de milhares de famílias na política habitacional, elas deixaram de viver mudando de moradias e de bairros e passaram a se fixar em sua casa própria, contribuindo para criar laços, diminuir violências e construir uma identidade social de território, com vizinhos, igrejas e comunidades.

A Política Municipal de Habitação era diretamente responsável pelo acompanhamento das famílias, prioritariamente, a partir da faixa de renda 01 (valor até R\$ 1.600,00). O PMCMV destinava recursos para a compra de terreno, infraestrutura urbana, construção de moradias e o Pós Morar.

O município correlacionava-se com o PMCMV, tanto pela identidade com o projeto federal, bem como através das contrapartidas: a aprovação e acompanhamento dos projetos, a aquisição de terrenos para residenciais, pela execução de parte da infraestrutura urbana, pela garantia de vagas nas escolas municipais mais próximas, pela inclusão das famílias na estratégia de saúde da família (ESF) nas unidades básicas de saúde, por novas linhas do transporte urbano alcançando as novas moradias e do acompanhamento dos núcleos habitacionais nas escolhas das famílias beneficiárias, entre outras. Conforme o documento *Experiência da Política Municipal* “as áreas definidas para produção de moradias populares são escolhidas em bairros que ofereçam equipamentos públicos” (PMGV, 2009, p. 9), bem como os conjuntos habitacionais eram localizados em “bairros urbanizados com escola, posto de saúde, transporte coletivo circulando até os empreendimentos” (PMGV, 2009, p. 9).

Nas demais faixas de renda do PMCMV, o município acompanhava os estudos, aprovava os projetos de acordo com as Leis Municipais do Uso do Solo e do Planejamento Urbano e fiscalizava a execução da produção de moradias. Em todas as faixas de renda, o município acompanhava a territorialização e a regionalização dos empreendimentos. Esta estratégia urbana de orientar os empreendimentos habitacionais para diversas regiões da cidade promoveu a valorização destes territórios, a dinamização da economia estimulando o crescimento do comércio de bairros e o fortalecimento de novas relações comunitárias.

Em relação à política habitacional, registra-se de modo positivo, que os Conjuntos Habitacionais foram construídos, em sua maioria, com prioridade em áreas urbanizadas, considerando bairros e territórios consolidados, com boa infraestrutura e bem centralizados.

As primeiras entregas de moradias ocorreram em 2010, nos residenciais denominados de Figueira do Rio Doce e Jardim Atalaia. No período de 2010 a 2016 foram entregues, acabadas ou em final de obras, 4.470 imóveis. Destas unidades habitacionais, 4.262 moradias correspondiam ao PMCMV, entre casas e apartamentos. E 208 moradias respondiam às demandas de famílias remanejadas de projetos de urbanização em áreas de risco.

Os conjuntos residenciais com obras concluídas ou em fase de construção a entregar foram: Residencial Atalaia (128 apartamentos/Bairro Atalaia), Residencial Figueira do Rio Doce (372 casas/Bairro Penha), Residencial Valadares (496 apartamentos/Bairro Jardim Pérola), Residenciais Vale do Sol 1 e 2 (208 apartamentos/Bairro Vale do Sol), Residencial Porto das Canoas (151 casas/Bairro Santos Dumont II), Residencial Vitória (654 casas/ região do Bairro Penha), Residencial Sertão do Rio Doce (189 casas/Bairro Jardim do Trevo), Residencial Sertão do Rio Doce 1 e 2 (576 apartamentos/Bairro Santa Paula), Residencial Zulmira Pereira (240 apartamentos/Bairro São Raimundo), Residencial Maria da Penha (240 apartamentos/Bairro São Raimundo), Residencial Princesa do Vale (208 apartamentos/Bairro São Raimundo), Residencial Professor Fernandão (96 apartamentos/Bairro Jardim Pérola), Residencial Dom Manoel (240 apartamentos/Bairro Santos Dumont II), Residencial Engenheiro Olímpio de Freitas (208 apartamentos/Bairro Santos Dumont II), Residencial Serra Lima (256 apartamentos/Bairro Santos Dumont II), Residencial José Amora Chaves (72 apartamentos/Bairro Altinópolis), 36 casas de famílias remanejadas de áreas de risco (30 casas/ Bairro Ipê/ Vila União), 04 casas/ Bairro Santa Paula, 02 casas/ Bairro Azteca (GOVERNADOR VALADARES, 2016).

Destaca-se nessa política municipal de habitação a relevância do atendimento prioritário às mulheres, com histórico de negação de direitos, a intensa organização do movimento social de moradia, com o protagonismo dos Núcleos dos-sem-casa, liderados pela Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), com a maioria de mulheres coordenadoras e de mulheres beneficiárias, a exitosa articulação com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), dos governos Lula e Dilma, com destaque para o grande volume de moradias, o critério da titularidade feminina como caminho de construção de autonomia, independência e empoderamento das mulheres e a intersetorialidade com várias políticas públicas e sociais.

De acordo com Campos (2019), no “reconhecimento e valorização de direitos das mulheres”, o PMCMV priorizou o atendimento de “mulheres e de suas famílias lhes

concedendo o benefício social enquanto titulares do imóvel financiado”. Sendo assim, o programa estimulou processos de “empoderamento das mulheres, dada sua condição, muitas vezes invisível social e politicamente, e que passa a ter outra materialidade ao ser objetivada nos documentos de propriedade da moradia”. Potencializa-se a compreensão da “autonomia das mulheres, sua relação com a cidadania e a atuação do Estado” (CAMPOS, 2019, p. 36, 37).

Neste mesmo sentido, Meylan (2019, p. 19), reforça que a “priorização da titularidade residencial feminina”, confere à mulher “visibilidade, melhores condições de vida caracterizada pela própria lei, como chefe de família”.

A descrição da política habitacional revela: o significado humano e social do direito à moradia adequada, a conquista da casa própria para a diversidade de mulheres, a contribuição do movimento de moradia na elaboração e implementação da política, sob a liderança de mulheres, a participação popular como principal critério de escolhas das famílias beneficiárias, definidas pelos Núcleos compostos pela maioria de mulheres, o alinhamento com o PMCMV, do governo federal com a entrega de 4270 unidades habitacionais, com preferência da titularidade para mulheres e os territórios/bairros com infraestrutura social e outros equipamentos públicos.

Estas duas políticas públicas e sociais descritas, de Educação – ETI/Educação Infantil – Creche e de Habitação Social, mesmo com projetos distintos, articularam-se e complementaram-se dado a oportunidade de pensar a participação feminina e feminista simultaneamente e também na intersetorialidade. As mulheres foram sujeitas e protagonistas da elaboração, gestão e beneficiárias destas políticas. O processo de participação social e política teve relevância em todas as fases das duas políticas, porém de modos diferenciados, como será abordado de modo detalhado, mais adiante.

2.2 Relatos potentes das vivências das mulheres entrevistadas sobre as políticas públicas e sociais de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e Habitação Social e a Intersetorialidade/integração e participação popular

A seguir, analisam-se as políticas sociais considerando as vivências das participantes entrevistadas, conforme os três grupos distintos, as gestoras, as lideranças da AHNT/coordenadoras de Núcleos e as beneficiárias. Destacam-se também a importância fundamental da participação popular na construções destas políticas.

2.2.1 Do grupo das gestoras de Educação sobre as políticas de Educação - ETI/Educação Infantil – creches

A ETI foi avaliada pelas sujeitas da pesquisa em múltiplas questões como: os motivos da sua universalização, a busca pela qualidade da educação considerando o projeto político pedagógico, a Estratégia educacional com as novas diretrizes curriculares, a dimensão do tempo escolar, a convergência de eixos temáticos com os conteúdos curriculares e a busca de uma melhor aprendizagem através de diversas oficinas (cultura, artes, esportes e outras) intercalando as disciplinas, a alimentação escolar, a infraestrutura dos prédios escolares; e, a relevância da ETI/Educação Infantil – creche, na perspectiva de gênero e a interface com outras políticas públicas, de maneira especial, a Habitação Social.

Uma das gestoras **entrevistadas** relatou toda a experiência desde o início da construção do modelo educacional, destacando a inovação da escola e os desafios a serem enfrentados. Como integrante da Secretaria Municipal de Educação (SMED), descreve:

“formamos grupos de estudos, grupos temáticos, seminários e criamos um constante contato com as pessoas, um canal para receber propostas e fizemos juntos na cidade. Essas discussões com grupos temáticos, profissionais de educação, a comunidade escolar e as famílias, aconteceram tanto na cidade quanto no campo”. (Gestora, entrevistada no. 1).

Com a decisão política de universalizar a ETI em toda a rede municipal, na cidade e no campo, na perspectiva de “promover a inclusão”, muitas dificuldades e desafios foram surgindo no processo. Nesta direção, sobre eles a gestora entrevistada observou que toda

“mudança, tudo que é novo traz um pouco de insegurança, de receio se vai dar certo ou não. Um passo muito grande que queríamos dar e que trazia também opiniões e pensamentos contrários. A medida que as discussões foram acontecendo, tanto na equipe da secretaria, quanto nos profissionais da educação, conseguimos elaborar a proposta para educação de tempo integral, vencendo gradativamente as resistências. Construir um projeto político-pedagógico para elevar a qualidade da educação com novas aprendizagens, dialogar e debater com a comunidade escolar sobre seus novos papéis educadores e a migração gradativa de sua jornada de trabalho para 40h e, reestruturar toda a rede física, eram os grandes desafios”. (Gestora, entrevistada no. 1)

Assim, na implantação da escola em tempo integral, segue a entrevistada, numa

“secretaria majoritariamente feminina, a participação e a contribuição das mulheres foi preponderante, tanto na proposta pedagógica e curricular do projeto político pedagógico, quanto no olhar para a necessidade e a realidade do município de Valadares e o seu desenvolvimento. Então toda essa construção foi implementada por maioria de mulheres que enfrentaram as discussões, os contras”. (Gestora, entrevistada no. 1).

Diante do relato da gestora entrevistada sobre as resistências vivenciadas no início da implementação da ETI, observaram-se questionamentos por parte da comunidade escolar e de parcela das famílias. Percebeu-se que as/os profissionais da educação tinham visão diferenciadas diante da nova proposta educacional a saber: as/os que consideravam uma ousadia inovadora e que participaram pro-ativamente durante todo o processo, outra/os receosa/os diante dos desafios do projeto pedagógico, da infraestrutura das escolas e das mudanças em suas vidas profissionais e familiares e, as/os que levantavam dúvidas sobre a viabilidade do processo educacional da ETI.

As manifestações de insatisfações nas escolas, receberam o apoio do sindicato das/os servidoras/es municipais, que assume a luta em defesa das professoras e professores da educação. Em relação à comunidade estudantil, as/os estudantes dos anos finais do ensino fundamental foram os que mais tiveram dificuldades de adaptação, justificados em parte pela necessidade de trabalho, a pedido muitas vezes, de suas próprias famílias.

As famílias buscaram compreender o novo projeto, o funcionamento do novo horário em suas rotinas, com um certo receio da segurança das/os filhas/os. Porém esta nova realidade educacional, despertou uma grande participação familiar, especificamente de mães, avós, pais e irmãos, todos que foram envolvidos no processo de construção da escola em tempo integral, gerenciada por mulheres e acolhida por maioria de mulheres.

Em relação à participação da cidade, a gestora entrevistada registrou apoio de parcela significativa da população em relação à nova proposta educacional. A entrevistada reflete ainda sobre o papel cultural que a sociedade impõe às mulheres, mães.

“quem tem que ir para escola discutir a educação dos filhos é a mãe, tanto pela ausência dos pais, bem como pela grande maioria de mulheres, chefas de família. Com muitos lares sem pais, as mulheres mais uma vez assumiram o protagonismo de estar discutindo, debatendo à maneira delas, uma proposta pedagógica, político pedagógica para a escola de tempo integral”. (Gestora, entrevistada no. 1).

A **entrevistada**, gestora no âmbito escolar, também relata a participação na elaboração e implementação da ETI no ensino fundamental, a qual

“contribuiu na organização de espaços, em reuniões para conscientizar os pais da importância e criando condições para que a ETI realmente acontecesse com êxito na nossa comunidade”. [...] “início foi difícil, porque o novo é sempre difícil”, mas depois tudo foi se ajeitando. Ver como as “nossas crianças e jovens estavam felizes com mais tempo na escola, com alimentação de qualidade e várias oportunidades de esporte e lazer, tornou suave e prazeroso”. (Gestora entrevistada no. 2).

A próxima **entrevistada** que exerceu tanto o papel de professora na ETI, quanto de gestora da rede municipal de ensino, relata que teve participação na “concepção e na implementação política, através de reuniões, fóruns e debates promovidos pela Secretaria Municipal de Educação”. Considera que a ETI foi um grande “avanço para a Educação e família das alunas e alunos assistidas/os. Em termos de “qualidade da educação, com maior tempo nas unidades escolares as/os estudantes puderam adquirir maior conhecimento” (Gestora entrevistada no. 7).

A gestora entrevistada ressaltou a importância da permanência e da aprendizagem da ETI, com a formação integral das crianças e adolescentes, considerando que

“a permanência de estudantes mais tempo na escola, seus filhos e filhas estavam bem guardados e protegidos, sobre a responsabilidade de pessoas que tinham capacidade para estar com eles; que desenvolviam com eles uma proposta pedagógica [...] que estes projetos podiam contribuir com a vida dessas crianças e adolescentes para eles se perceberem como um ser inteiro e não fragmentado como era o conteúdo da escola anterior”. [...]

“descobririam suas capacidades de desenvolverem habilidades antes desconhecidas, além da proteção a mais, que a escola oferecia para eles”. Mudar a concepção de um currículo que precisava ver crianças e adolescentes como pessoas inteiras e não fragmentadas, foi uma “conquista dessa identidade, dessa cidadania, desse ser criança e adolescente e o desenvolvimento da sua cognição e da sua sociabilidade”. (Gestora, entrevistada no. 1).

A **entrevistada** seguinte se aprofunda nos temas da estratégia educacional na elaboração e implementação da ETI. Relata que sua participação iniciou-se desde a “pesquisa, na elaboração do Projeto Institucional, em reuniões com equipe docentes e discentes, nas

Secretarias Municipal e Estadual e comunidade”. Na implementação, ela diz,

“participei na preparação, planejamento pedagógico, organização de nova matriz curricular, preparação toda equipe escolar, da comunidade, desde ao acolhimento às novas práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento integral dos estudantes, nas dimensões intelectuais, física, emocional e cultural (Gestora entrevistada no. 8).

Sobre a concepção e mesmo na implementação da ETI, a entrevistada traz uma compreensão das gestoras de que a escola de tempo integral era uma política voltada para as mulheres,

“além de todos os benefícios educacionais, de alimentação, de qualidade na educação. Que também proporcionava uma política voltada para as mulheres, mães, avós, de maneira prioritária para as famílias mais pobres, que tinham até dificuldades de educar seus filhos e, que seria então uma política também com viés feminino, com caráter de gênero”. (Gestora, entrevistada no. 1).

Observa ainda no processo, que uma “parte das gestoras esta questão não foi internalizada, diferente de outra parte que percebeu a perspectiva de gênero e se perguntava, como ia dar conta e se teriam condições de garantir esta importante questão, enquanto projeto de governo” (Gestora, entrevistada no. 1).

Esta reflexão acima, mostra compreensões diferenciadas na própria gestão sobre os novos desafios que a ETI pode responder, incluindo o cuidar e educar crianças e adolescentes e uma política para as mulheres, numa perspectiva feminista. Aponta-se assim a urgência de aprofundar o debate de gênero na Educação, contribuindo com o conjunto das políticas públicas no enfrentamento às desigualdades educacionais e de gênero.

A **entrevistada**, como gestora escolar, apresenta uma importante reflexão sobre a implementação da ETI e a ampliação da jornada escolar. Ela constata que esta ampliação implica, entre outras, mudanças em relação ao tempo e ao espaço. Que

“requer uma série de demandas didáticas, pedagógicas e estruturais. Entende-se que não basta uma extensão quantitativa, mas sim, qualitativa do tempo escolar. Pensando assim, para a implementação da ETI, várias ações foram desenvolvidas como: solicitação ao Poder Público a adequação do espaço físico na escola para assegurar aos estudantes um ensino de qualidade; reuniões constantes com professores e equipe pedagógica para avaliação, cobrando o

envolvimento de todos no processo; elaboração e desenvolvimento de Projeto Curricular que oferecesse oportunidades para aprendizagens significativas em diferentes situações e tempos e em contato com diferentes profissionais; ressignificação dos espaços internos e nos arredores da escola; alimentação adequada e balanceada de acordo com os parâmetros nutricionais no contexto da educação para a saúde; e, oportunizar para que o momento das refeições fossem também de confraternização e aprendizado” (Gestora entrevistada no. 6).

Em relação à avaliação da ETI a gestora escolar **entrevistada** considerou como uma experiência “ousada e desafiadora”. Com a ampliação do tempo na escola, “aumentou o rendimento”.

A gestora e pedagoga avalia que foi um tempo muito “desafiador, visto que ninguém tinha conhecimento do assunto. Mas que foi excelente para todos o incentivo à criação de novos métodos pedagógicos para assegurar melhores resultados de aprendizagem” (Gestora entrevistada no. 8).

Em seguida, a “preparação do plano de ação e de toda a equipe, considerando alunos, pais e comunidade” e, os desafios de como “preparar aulas mais dinâmicas e agradáveis e promover mais aprendizagem” (Gestora entrevistada no. 8).

A entrevistada destaca elementos fundamentais em relação à qualidade da educação como:

“promoção à formação pedagógica; em assegurar melhores resultados na alfabetização; a melhoria no desempenho cognitivo, emocional, social, intelectual e cultural dos alunos; a utilização de qualidade do tempo ocioso; o contato com atividades diversificadas de lazer, esporte e cultura; a melhoria nas relações familiares; o desenvolvimento da autonomia, liberdade e empoderamento” (Gestora entrevistada no. 8).

A **entrevistada** é uma gestora escolar, que avalia a ETI com um “tempo que vivenciamos uma educação de qualidade”, visto que esta “qualidade, na maioria das vezes, para se fazer eficaz ou de excelência depende muito dos profissionais que, ali, estão atuando” (Gestora entrevistada no. 5).

Quanto à qualidade, a **entrevistada** diz que “as crianças só ganharam mais oportunidade dentro da escola com a educação que abrangia vários aspectos como exercícios físicos, desenvolvimento para arte”, entre outras. (Gestora entrevistada no. 3).

Sobre a área educacional, a **entrevistada** revela que à medida que a proposta foi sendo vivenciada, foi-se percebendo o seu alcance e a transformação que o projeto da ETI estava

provocando nas mulheres, não só na parte daquelas que recebiam o serviço, mas também na parte do pessoal que o realizava na escola. Por exemplo:

“As auxiliares de serviço da escola perceberam o quanto era importante a função delas na escola, como merendeiras ou como aquelas que cuidavam da limpeza da escola, porque estendeu-se o período de permanência dessas crianças e adolescentes. Então elas foram percebendo que elas tinham um papel importante na educação. Porque até então elas eram uma parte isolada do processo que cuidavam da limpeza, da alimentação, mas não se percebiam como educadoras também dessas crianças e adolescentes, por exemplo, ao preparar a merenda como o cardápio balanceado. Elas tiveram treinamentos para saber porque que tinham que combinar um alimento com outro, receberam uma formação continuada e isso as empoderou. (Gestora, entrevistada no. 1).

Quanto aos acertos e benefícios do processo, a gestora **entrevistada** afirmou que foram muitos e destaca entre eles:

“profissionais preparados para essa nova proposta; que tinham dentro da carga horária tempos específicos para um trabalho direto com a criança, com estudos pedagógicos, alimentação e descanso; a notável redução da violência infanto-juvenil, já que Valadares comparecia nos indicadores sociais do país, como o segundo município mais violento, nesta faixa etária” (Gestora entrevistada, no. 3).

A gestora **entrevistada** sinaliza que este tempo maior, “garante uma melhor qualidade na aprendizagem”, principalmente através das “oficinas oferecidas (música, dança e outras) com as descobertas de vários talentos” (Gestora entrevistada no. 5).

Entre os acertos da ETI, a gestora **entrevistada** mencionou o “aumento no rendimento escolar, a facilidade na rotina de trabalho dos pais, no favorecimento às atividades extracurriculares e na orientação nutricional (Gestora entrevistada no. 6).

A gestora **entrevistada** traz uma nova reflexão para o conjunto da ETI. Mesmo que “em sua escola o índice de evasão seja quase zero”, chama atenção sobre a “dimensão do tempo nos anos finais, do 6º ao 9º ano, que precisam de mais estudos e avaliações de resultados, onde pode ocorrer indicadores mais elevados de evasão escolar”. Que este tempo escolar ampliado é fundamental para adolescentes em risco social, em áreas de maiores vulnerabilidades (Gestora entrevistada, no. 5).

Entre os desafios encontrados na implementação da ETI, a gestora **entrevistada** aponta a “permanência dos estudantes na escola, sobretudo os dos anos finais. Esta questão já teve

convergência com outras gestoras, que apontam algumas causas desta evasão, como as “situações de alunos maiores que desejam trabalhar e ganhar dinheiro e, que diante destas realidades, faz-se necessário um melhor estudo e correção” dos caminhos da ETI. “A escola passou a ser vista como a única responsável pela educação dos estudantes” (Gestora entrevistada no. 6).

A **entrevistada** fala também sobre a implementação da ETI para a gestão pública, afirmando que foi um “desafio inovador, pois muito se falava de mais tempo da criança na escola, mas nada assim tinha acontecido ainda” (Gestora entrevistada no. 7).

A entrevistada manifesta que a implementação da ETI para a gestão pública/Prefeitura foi também “desafiadora, mas de muito interesse da equipe”, que motivou muita “integração e participação” (Gestora entrevistada no. 8).

A gestora **entrevistada** destaca três dificuldades encontradas na implementação da ETI, como a “falta de estrutura dos prédios, a falta de conhecimento por parte dos educadores e também, familiares”. Quanto aos benefícios, relata que a ETI trouxe “segurança para os alunos, um maior tempo de aprendizagem saudável e a garantia de quatro a cinco refeições diárias” (Gestora entrevistada no. 7).

A **entrevistada** afirma que a ETI trouxe vários desafios, mas trouxe também “grandes benefícios para os pais e responsáveis das crianças”. E em relação ao papel da gestão pública municipal na implantação da ETI, relata que a prefeitura teve

“participação ativa e atuante, porque para montar os novos espaços foram necessários (sic) adquirir móveis, eletrodomésticos e material pedagógico, além de contratar novos profissionais que atuariam em funções que antes não eram necessárias, como por exemplo, professor de apoio” (Gestora entrevistada, no. 3).

Sobre as instalações físicas dos prédios escolares, todas as avaliações convergem no sentido de ser a maior dificuldade encontrada para implementação da ETI.

A gestora **entrevistada** avalia como positivo e fundamental avançar na “qualidade da educação”, mas apontou como grande dificuldade inicial as “instalações físicas”, pois “faltavam espaços adequados para realizar as atividades com o período estendido para 8h”. Chama atenção também para as dificuldades da gestão pública municipal. Considera que a implementação do projeto dependia da superação de muitos fatores como “verbas, espaços físicos e de convencer a turma do contra. Com ênfase, reafirma que o maior desafio foram os espaços físicos”. Depois “começou a chegar verbas e os espaços foram se adequando e tudo se tornou melhor (Gestora

entrevistada no. 2).

A **entrevistada** gestora da educação infantil, reflete sobre sua experiência na implantação da ETI, através do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Inicialmente o CMEI atendia crianças de 6 meses até 3 anos em Tempo Integral. A partir da ETI em 2010, foram incluídas as crianças de 4 e 5 anos, todas com jornada de 10 horas. A entrevistada relembra as lutas ocorridas no ano de 2010 com a implementação da ETI, na educação infantil/creche. Que sua

“participação foi organizar os espaços para atender as crianças, orientar a comunidade sobre o novo formato de atendimento, pois a demanda era muito grande e o prédio (sede) não contemplava espaços educativos suficientes para o atendimento. As buscas deram-se no sentido de procurar e analisar imóveis que pudessem ser transformados em ambientes educativos, em ‘escolas’, priorizando espaços que pudessem se adequar à proposta da ETI. Foram organizados vários anexos para garantir a permanência de 10h de atividades”. (Gestora entrevistada, no. 3).

A gestora reforça o “desafio gigante para resolver esta infraestrutura, dado que os imóveis locados não atendiam as necessidades, e então era necessário fazer reformas e adequações para atender as propostas da ETI”. Mas que, afirma, a “equipe da gestão, junto com a equipe pedagógica coordenaram estes anexos, tanto na organização, quanto na formação dos profissionais”. Refere-se uma “equipe sintonizada entre a sede e os anexos, atendendo o que exigia a nova modalidade implantada” (Gestora entrevistada, no. 3).

A **entrevistada**, referenda grande parte das reflexões ditas acima sobre a ETI, como as “discussões com a Secretaria Municipal de Educação (SMED); a articulação com as famílias nos esclarecimentos quanto as mudanças positivas e possíveis de serem alcançadas com a proposta e a luta por espaços físicos adequados”. Acrescenta que na ETI, todas as “escolas foram reformadas e ampliadas e muitas receberam novas mobílias” (Gestora entrevistada no. 4).

Que em termos de infraestrutura, a gestora **entrevistada** afirma que “ainda temos muito que melhorar, sendo que a maioria das escolas não foram construídas para vivenciar uma educação em tempo de integral, então em alguns aspectos, deixa muito a desejar” (Gestora entrevistada, no. 5).

A **entrevistada** refere-se aos vários desafios enfrentados, tanto para os estudantes, quanto para todos as/os servidoras/es, em todos os segmentos. Relata que a maior dificuldade e desafio, acima de tudo, foi a “infraestrutura para os estudantes e servidores, e depois adaptação

ao tempo, principalmente para os estudantes do 6º ao 9º ano” (Gestora entrevistada, no. 5).

A **entrevistada** reconhece que as instalações físicas foram se “adequando ao longo dos anos. Primeiro veio a ETI, depois a adequação dos espaços, gradativamente” (Gestora entrevistada no. 6).

Sobre as instalações físicas, a **entrevistada** avalia que este foi um “ponto não muito positivo, pois grande parte dos prédios escolares não estavam preparados para a implantação da ETI e não tinham espaço físico nem estrutura para as oficinas propostas”. (Gestora entrevistada, no. 7).

Conforme a **entrevistada**, as dificuldades de início deram-se pela “falta de uma estrutura física adequada para uma jornada ampliada, mas que com o tempo, foram se adequando com reformas e ampliações”. (Gestora entrevistada no. 8),

A alimentar escolar é considerada por todas as **gestoras entrevistadas** como excelente, tanto do ponto de vista da qualidade, quanto da quantidade, no sentido de um programa de fortalecimento da segurança alimentar.

A gestora refere-se a alimentação na ETI como um “projeto de segurança alimentar” que reduziu o índice de desnutrição e que,

“no tempo de permanência, a alimentação dessas crianças, além de ter quatro a cinco refeições, oferecia um cardápio balanceado que propiciava saúde e combatia o nível de desnutrição”. E isso realmente foi uma “conquista enorme, porque tivemos como resultado a redução do índice de desnutrição, atestado pela Secretaria Municipal de Saúde”. (Gestora, entrevistada no. 1).

Em relação à alimentação, a gestora entrevistada avalia como “excelente, pois as crianças puderam contar com as principais refeições com qualidade” (Gestora entrevistada, no 2.)

A gestora manifesta o “orgulho de ser gestora diante da qualidade da alimentação”. Eram servidas quatro refeições, sendo café da manhã, lanche intermediário, almoço e outro lanche intermediário. Eram frutas, legumes, carne, leite, iogurte, doces, tudo orientado por nutricionista do município (Gestora entrevistada no. 3).

A gestora reforça que a “qualidade da alimentação, a ampliação das refeições e a luta pela construção da qualidade da educação, são enormes avanços, desde as creches aos anos finais, do ensino fundamental” (Gestora entrevistada, no. 4).

Que a alimentação oferecida era “balanceada, supervisionada por nutricionistas, sendo bem aceita pelos estudantes” (Gestora entrevistada, no. 5).

A “excelente qualidade da alimentação com quatro a cinco refeições diárias, sendo no almoço, cardápio farto e variado” (Gestora entrevistada no. 6).

Com relação à alimentação escolar, define como de “boa qualidade, o que garantia uma tranquilidade para as famílias” (Gestora entrevistada no.7).

Em acordo com as gestoras anteriores, a entrevistada também reforça como ótima a qualidade da alimentação e registra como uma das marcas da gestão da ETI, dado que crianças e adolescentes tiveram oportunidade de ter até 5 (cinco) refeições diárias. (Gestora entrevistada no. 8).

2.2.2 Da gestora habitacional sobre a política de Habitação Social

A **gestora entrevistada** relata sobre a participação e contribuição do movimento/ Núcleos dos-sem-casa e da AHNT. Estas “organizações apresentaram as demandas às gestões do PT, períodos de 2001/2004 e, em seguida de 2009/2016, que tiveram boa vontade em fazer política de moradia”. Eu “não tenho vergonha e nem medo nenhum de afirmar, que estas gestões públicas já se depararam com as demandas”, dentre elas, a ocupação da área argolinha no Conjunto Sir” (Gestora entrevistada no. 1).

A gestora da política habitacional relembra sua “participação no Congresso Nacional da Moradia em Maceió”, onde teve um retrato nacional da realidade. Observou as

“diferentes realidades em relação a utilização da terra urbana. Cidades maiores com mais aptos e terrenos de dimensões menores para casas e, cidades médias e pequenas com mais casas e terrenos com áreas maiores”. Afirma que foi nesta “instância nacional que foram criadas as bases para a elaboração do Minha Casa, Minha Vida no Governo Lula” (Gestora entrevistada no. 1).

Neste tempo, Valadares vivia a experiência dos mutirões de auto gestão, no governo do PT, onde foram construídos os Bairros Conquista e Novo Horizonte e as doações de lotes no Bairro Santos Dumont 1, com recursos próprios do Município.

A entrevistada mostra seu conflito entre ser “militante social da moradia e o aprendizado de ser governo”. Como participante do movimento, chegou à ser presidenta da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), que coordenava os Núcleos do-sem-casa e, agora, está na gestão da política de habitação. Como ela veio de uma “ocupação na luta dos sem-casa, ela avalia que ser movimento e fazer a luta pela moradia, sendo oposição ao governo anterior, era mais fácil. Ela deixou a coordenação do núcleo e a AHNT, quando assumiu vir para o governo”

(Gestora entrevistada no. 1).

A entrevistada revela sua insatisfação sobre o futuro do movimento de moradia. “Tinha compreensão que era o grande momento do movimento da moradia ter seu crescimento, sua autonomia e avançar na sua organização”. Mas diferente desta realidade, viu que o movimento de moradia “ficou estagnado nos 8 anos dos nossos governos e que no atual, há a necessidade de um movimento forte e organizado” (Gestora entrevistada, no. 1).

Em Valadares, relata que a reestruturação e a nova elaboração da política de Habitação começou a ser implementada na gestão pública do PT, em 2009.

O programa de habitação foi se aprimorando. Quando tudo começou nos mutirões de auto gestão no período de 2002 a 2004, as “construções tinham apenas um quarto, uma cozinha e um banheiro e não atendiam famílias com cinco crianças. Era assim um problema, muitas famílias não participaram do programa municipal” (Gestora entrevistada, no. 1).

Com a implantação da política habitacional em parceria com o PMCMV nos governos municipais do PT (2009/2016), “as novas construções vieram com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma área de terreno de 160,00 m² (conforme lei municipal para habitação de interesse social) e com todas estas legislações, decretos e portarias com foco nas mulheres” (Gestora entrevistada no.1).

A entrevistada fala da execução dos dois primeiros empreendimentos que foram:

“o Residencial Atalaia e o Figueira do Rio Doce, em áreas próprias doadas pelo Município, construídas por empresas construção civil. Que o Residencial Atalaia foi o primeiro a ser entregue e era um compromisso do governo municipal com as servidoras e servidores municipais, de aptos (Gestora entrevistada no. 1).

Em seguida, foi empreendido o “Figueira do Rio Doce, de casas, de famílias muito numerosas”. Tinham mães com 10 ou mais filhos e filhas. Os lotes eram de 160,00 m². Nestes empreendimentos deparou-se com grandes obstáculos burocráticos em relação as exigências do Programa Nacional Minha Casa, Minha Vida, da Caixa Econômica Federal e dos critérios municipais a partir do atuante Conselho Municipal de Habitação. Relata que as

“famílias não tinham documentos, eram praticamente invisíveis. Surgiram dificuldades também com dados dos imóveis, valores, dentre outras. Houve uma verdadeira ação de cidadania e de inclusão social, com a ajuda da AHNT e pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), na documentação e nos cadastros sociais. Muitas famílias e famílias numerosas, perderam a moradia por não

conseguiram seus documentos a tempo” (Gestora entrevistada no. 1).

A entrevistada fez um destaque sobre o “Sistema Municipal de Habitação composto pelo Conselho Municipal e o Fundo Municipal, com legislações específicas”. No CMH, de “caráter deliberativo, em reuniões mensais eram tomadas as grandes decisões e a relação com o governo federal, superando desafios e ouvindo o governo com suas representações bem como a sociedade civil” (Gestora entrevistada no. 1).

Sobre a avaliação geral da política de habitação no período de 2009/2016, dos residenciais e as demais políticas públicas, afirmou “ser maior política de habitação da história do Município, com milhares de moradias entregues, um programa municipal e nacional com uma política social de cidadania e de visibilidade” (Gestora entrevistada no. 1).

A entrevistada relata que a realidade de Valadares aponta “características e perfis das famílias para morarem em casas: são famílias numerosas, que tem uma cultura de ter um jardim, um quintal com uma pequena horta, um espaço de lazer para crianças e adolescentes”. Menciona dificuldades de “convivência em condomínios, com síndicos”. Cita como exemplo o Residencial Valadares, “de apartamentos, que recebeu famílias com muitas crianças e que tiveram muitas dificuldades de adaptação” (Gestora entrevistada no. 1).

A gestora considera que a região do Ibituruna reúne as melhores políticas públicas complementares para a política de habitação a saber: os residenciais estão localizados praticamente no centro do Bairro São Raimundo, integrados com o comércio, serviços, escolas, creches, expansão da atenção básica/SUS e a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h. Com áreas de lazer (Parque Municipal e Revitalização da Lagoa do Ipê, segurança pública com batalhões da Polícia Militar e de Bombeiros, transporte público na porta, entre outras. É a Região com maior número de moradias populares do Minha Casa, Minha Vida, de apartamentos.

A segunda região denominada do bairro Penha reúne dois grandes residenciais de casas que são o Figueira do Rio Doce e o Vitória. Como são de casas, reúnem a maior concentração de pessoas, pois são de famílias mais numerosas. A gestora considera o Residencial Vitória o “melhor empreendimento entregue, tem até energia solar”. Nestes residenciais as famílias reivindicam a construção de uma escola, dado que as crianças estão estudando no Distrito Industrial, que de provisória, funciona até hoje. As famílias reivindicam também mais uma equipe de estratégia de saúde da família (ESF). Já o residencial Vitória reivindica praças e áreas de lazer. Quanto as demais políticas públicas, tem presença da segurança pública, transporte público, comércio e serviços bem estruturados.

A terceira região, do Santos Dumont 2, reúne residenciais de apartamentos e casas. São três grandes residenciais, sendo que um ainda não entregue, o Olímpio de Freitas com 240 unidades habitacionais. Os outros dois são, o residencial Serra Lima de apartamentos e o residencial de casas, denominado de Porto das Canoas. Levanta questionamentos sobre ser uma região de inundações tanto de um córrego quando transborda quanto das cheias e enchentes do Rio Doce. Reivindicam ainda mais uma estratégia de saúde da família (ESF). Os residenciais dispõem de transporte público, área de lazer e escola nas proximidades. Aponta também um futuro problema de vagas na escola quando for entregue o último residencial.

A quarta região descrita, dos Bairros Trevo e Santa Paula, tem residenciais de moradias e de apartamentos, denominados Sertão do Rio Doce, Sertão do Rio Doce 1 e 2. Junto com o Residencial Sertão do Rio Doce 2, foram construídas a creche e uma quadra poliesportiva coberta.

A entrevistada revela dificuldades sobre o local de moradia do Sertão do Rio Doce, de construção de casas, numa parte alta do bairro. Considera que trouxe problemas de mobilidade para “as pessoas idosas e as crianças” (Gestora entrevistada no.1).

Sobre os últimos residenciais da gestão atual, ela mostra os “conflitos e obstáculos existentes na escolha das famílias”. Que o programa municipal se “estruturou a partir do critério da participação e com as indicações feitas pelos Núcleos dos-sem-casa organizados e que agora acontece, por sorteios” (Gestora entrevistada no. 1).

Considera muito acertada e exitosa a parceria da política municipal e a federal, com o Programa MCMV.

“O programa Minha Casa Minha Vida é fantástico. Dilma acertou, acertou muito. Quando eu volto lá atrás, no Programa Municipal de Habitação (2002/2004), ele não conseguiu fazer o que o Minha Casa Minha Vida fez neste período de 2009/2016. Porque ele resgatou a dignidade da mulher, dela e de seus filhas/os que não tinham nem documentos. Eu me lembro do Figueira do Rio Doce. Quando a gente foi fazer o Figueira do Rio Doce, foi lá que mais se concentrou famílias numerosas. Lembro-me de uma situação de uma mãe que tinha dez crianças, sem certidão de nascimento e a mãe também sem identidade. Sem nenhum destes documentos, você não consegue entrar no programa. [...] E aí você começa a imaginar como vai ter uma casa própria pra você entrar pra dentro. Com dez crianças. [...] Então ela tomou coragem e foi correr atrás desses documentos” (Gestora entrevistada no. 1).

Então a política municipal com as legislações do programa Minha Casa, Minha Vida documentou filhos, divorciou mulheres, segue a entrevista.

“Haviam situações de mulheres casadas, em que o homem não estava e não vivia mais com ela. Foi comprar cigarro, sumiu, não voltou e a mulher nunca se divorciou. Desta forma ela teria dificuldade de conseguir a casa. Porque em qualquer tipo de financiamento que você buscar como o BNH, ou outros tipos de fundo de garantia que oferecem através da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, mulheres nessa situação não conseguiriam fazer um financiamento, elas teriam que se divorciar. Porque ela não tem a condição financeira. Ela não tem a condição, a sabedoria nem de procurar a defensoria pública. Então o MCMV, através da Presidenta Dilma, fez uma portaria que garantia a declaração de separação de fato. Com duas testemunhas a mulher se divorciava e a titularidade era dela” (Gestora entrevistada no. 1).

Estes relatos da gestão da habitação ressaltam: a dimensão da política habitacional com atendimento à milhares de famílias beneficiadas, de maioria mulheres, destacam a intensa participação do movimento social na definição dos critérios, nas escolhas das pessoas beneficiárias, na elaboração e implementação da política, o aperfeiçoamento pela gestão pública do Sistema Municipal de Habitação e o acerto da parceria com o PMCMV, considerando os resultados e a perspectiva de gênero, a partir dos impactos na vida das mulheres. Este tema final, será abordado, especificamente, no Capítulo 3.

2.2.3 Do grupo de gestoras da Educação - ETI/Educação Infantil - creche sobre a política de Habitação Social

As gestoras da educação foram convidadas e contribuir com a política de habitação, dado as ações em comum destas duas políticas em relação: as escolas que se tornaram os espaços públicos mais utilizados para encontros, reuniões e assembleias dos Núcleos organizados dos-sem-casa, a importância da interface com a habitação pelas necessidades de vagas nas escolas e o impacto das duas políticas na vida das mulheres.

A **primeira entrevistada**, gestora da Secretaria Municipal de Educação, manifesta suas avaliações sobre a política habitacional. A gestora afirma que esta política desenvolvida neste período foi extremamente importante porque “garantiu a participação efetiva das pessoas, através dos Núcleos que se organizaram para definir normas de prioridades de quem receberia casa própria, que os membros dos núcleos discutiam e deliberavam pela política habitacional”. E a sua avaliação desse período é que foi de uma grande participação popular e de uma conquista enorme para cada família que recebia a sua casa e que tinha um espaço dela” (Gestora entrevistada no. 1).

Em relação às dificuldades enfrentadas, aponta duas questões: uma que

“alguns talvez até pela própria necessidade de sair do aluguel queriam ter a sua casa sem participar dos núcleos. Dada a urgência que tinham, as vezes não compreendiam o processo importante que teria que ser desenvolvido, até para valorizar a conquista que viriam a ter. Então as reuniões eram sempre um desafio. A segunda era compreender que haviam pessoas mais necessitadas ainda, que precisavam esperar chegar a sua vez para dar a vez para outras pessoas, consideradas pelos critérios estabelecidos como de maior urgência da moradia, em razão da vulnerabilidade e de vários fatores que contribuía pra essa urgência” (Gestora entrevistada no. 1).

Sobre o papel da Prefeitura Municipal de Valadares que organizou e desenvolveu essa política de moradia, a gestora entrevistada, considera

“muito acertada, pois: contribuiu com o crescimento social, político e humano das pessoas beneficiadas; construiu um sentimento de coletividade de apoio uns aos outros; de reconhecimento das necessidades da outra pessoa e, a busca de uma participação que realmente respeitasse a vida de cada um” (Gestora entrevistada no. 1).

A **segunda entrevistada** como gestora escolar destaca que a política habitacional foi um “dos maiores programas já visto no nosso município. Trouxe dignidade a muitas famílias que almejavam em realizar o sonho da casa própria”. Descreve sua contribuição como gestora que

“disponibilizava espaços na escola para as reuniões que aconteciam entre os participantes dos núcleos. Sempre recepcionei os participantes do núcleo para que se sentissem acolhidos em nossos espaços e participei de algumas reuniões. Os núcleos eram a base onde as pessoas das comunidades buscavam informações e se reuniam para debates sobre vários temas” (Gestora entrevistada no. 2).

A **terceira entrevistada**, discorre sobre o papel dos núcleos/associação na construção e implementação da política habitacional, a gestora considera que se

“fez necessário, para garantir a transparência e a participação popular. O diálogo da gestão com os núcleos dos sem-casa/associação habitacional, acredito que foi através de dinâmica de reuniões e discussões semanais, no processo de seleção de famílias para cada

novo projeto” Gestora entrevistada no. 3).

A **quarta entrevistada** descreve sobre sua participação na implementação da Política Habitacional. Considera a política como “totalmente positiva e que mudou a vida de milhares de famílias e, conseqüentemente, a história do Município de Governador Valadares”. Que a “relevância do direito à habitação parte do princípio da dignidade da pessoa humana”. Nesse sentido, afirma que esse processo trouxe “reflexos diferenciados para a construção do espaço urbano, assim como para a eficácia da política de habitação como mecanismo e redução das desigualdades”. Por outro lado, os desafios foram inúmeros. Posso destacar o “enfrentamento às classes dominantes que tentam manter o controle do desenvolvimento urbano e as burocracias obrigatórias que seguem as recomendações das agências multilaterais, que mantêm formatos pouco maleáveis” (Gestora entrevistada no. 4).

Sobre a organização dos Núcleos dos-sem-casa, como gestora escolar, afirma,

“presenciei algumas reuniões, uma vez que a escola em que eu atuava, era sede para o Núcleo Habitacional. Trabalhando na escola onde aconteciam várias reuniões dos núcleos dos-sem-casa, pude acompanhar algumas e avaliar como positiva. Os Núcleos são a base dessa organização das famílias, de modo que, ao mesmo tempo em que o poder público construía as casas, os núcleos, em sua dinâmica de reuniões semanais, no processo de seleção de famílias para cada novo projeto, também construía lideranças firmando o espírito comunitário, essencial nesse processo” (Gestora entrevistada no. 4).

Em relação ao diálogo da gestão com os núcleos/AHNT, a entrevistada relata:

“estabelecemos boas relações, considerando que a escola é parte integrante da comunidade e nela está inserida, sempre nos preocupávamos em dar ao núcleo uma boa acolhida, oferecendo um ambiente aconchegante para que as reuniões acontecessem e transcorressem da forma mais tranquila possível” (Gestora entrevistada no. 4).

A **quinta entrevistada**, como professora e gestora escolar, relata que a participação na elaboração e implementação da Política Habitacional se deu através de “seminários, reuniões com participação coletiva, participação de pais e educadores nas quadras das escolas” (Gestora entrevistada no. 5).

Sobre o papel dos núcleos/associação na construção e implementação da política habitacional, a entrevistada considera importante “construir participando e aproximando

comunidades da realidade vivida por todos os envolvidos”. Aponta como “positivo o direito de escuta, a participação popular, o desejo almejado da comunidade ouvida, e a tomada de decisões a favor da necessidade colocada pela coletividade” (Gestora entrevistada no. 5).

A **sexta entrevistada** revela que durante o período de implantação da política habitacional quando atuava como gestora escolar, foi “organizado o núcleo dos-sem-casa no bairro Jardim do Trevo, local que as famílias faziam suas inscrições e participavam das reuniões que aconteciam semanalmente no prédio da escola”. Esse

“período ficou marcado por grandes avanços na política habitacional de Governador Valadares e principalmente nos bairros Jardim do Trevo e Santa Paula, porque ocorreu a entrega das primeiras casas para as famílias, criando assim, um novo bairro, Sertão do Rio Doce. Várias famílias puderam sair do aluguel e foram contempladas com a casa própria. Posteriormente foram entregues mais dois Residenciais, o Sertão do Rio Doce 1 e 2, uma creche e uma quadra poliesportiva” (Gestora entrevistada, no. 6).

Sobre os Núcleos dos sem-casa e associações, a entrevistada considera que tiveram um “papel importantíssimo na implantação da política habitacional”. Nesses “espaços as famílias se organizavam democraticamente, estabeleciam aos grupos prioritários, recebiam informações e eram orientadas sobre seus direitos” (Gestora entrevistada no. 6).

Durante este período, relata o diálogo da gestão com os núcleos dos sem-casa/AHNT foi através de “reuniões informativas sobre o andamento dos projetos”, mantendo um “diálogo com os coordenadores dos núcleos e associações” (Gestora entrevistada no. 6).

A gestora escolar entrevistada destaca como positivo a “organização das famílias em núcleos e associações e o grande número de famílias contempladas”. E aponta dificuldades como a “falta de estrutura de alguns bairros para acolher tão grande número de residências e pessoas de uma só vez” (Gestora entrevistada no. 6).

Sobre o apoio na organização dos núcleos dos-sem-casa, a pedagoga entrevistada avalia que escola era o

“maior vínculo de integração das famílias, com elas fazíamos contatos direto e indiretos, através de reuniões, debates, roda de conversas. Em reuniões com a comunidade, associações de bairro, Prefeitura, Secretaria da Educação, fazendo visitas, levantamento de dados, preenchendo fichas da demanda” (Gestora entrevistada no. 6).

A entrevistada considera que este “modelo de organização das pessoas sem casa própria e a excelente política habitacional, motivaram esta população de baixa renda com prioridades para setores de menor renda e em situações de vulnerabilidades social”. E que por isto, vem “gerando resultados expressivos, impactando diretamente o setor econômico do país, desemprego, combate à desigualdade social, maior empoderamento, além de contribuir para inclusão social, promoção à moradia e diminuir a violência” (Gestora entrevistada no. 6).

2.2.4 Gestoras da Educação – ETI/Educação Infantil - creche e Habitação Social e a Intersetorialidade/integração

O tema da integração das políticas públicas tem avançado nas estratégias de governos, especialmente nos governos democrático-populares e ou de perfil progressista, conforme já foi considerado anteriormente.

Neste estudo, avaliou-se a intersectorialidade das políticas de Educação e Habitação, considerando seus resultados na ponta. Percebeu-se uma melhor compreensão do funcionamento das duas políticas, uma comunicação mais próxima das suas ações, um avanço substantivo da participação na gestão das duas políticas, do movimento de moradia e dos territórios envolvidos e um permanente diálogo na busca de um melhor entendimento sobre como enfrentar os desafios e encontrar soluções conjuntas sobre estas estruturantes políticas sociais. Apresentamos, a seguir, algumas de suas descrições feitas nas entrevistas.

A **primeira entrevistada** enfatiza a “necessidade da habitação estar integrada com outras políticas públicas”. Relata que além da “casa própria, outras demandas foram consideradas importantes pela gestão pública e para a política educacional”. Que ao “construir os conjuntos habitacionais, casas em bairros novos na cidade, uma série de outros equipamentos públicos foram sendo agregados a essa política para que as pessoas tivessem uma vida em comunidade e serviços públicos próximos de sua casa” (Gestora entrevistada no. 1).

A integração das duas políticas de educação e habitação aconteceram para a população, reforça a entrevistada, justificando:

“porque ao ir para aquele bairro novo, onde as moradias estavam sendo construídas, havia imediatamente nas mulheres e nas mães, a preocupação da escola, se havia vagas, se a escola iria comportar tanta gente que estavam chegando. E a SMED atenta a esta reivindicação, buscou ampliar escolas ou, em algumas situações, a construção de novas escolas. Foi o que aconteceu com a escola municipal Otávio Soares, no Bairro Fraternidade. Então percebeu-se que a educação e moradia eram políticas estruturantes na vida das famílias. Vou ter

casa, mas o meu filho vai ter escola? Essas duas políticas eram fundamentais para as mães e mulheres” (Gestora entrevistada, no. 1).

A entrevistada conclui que “novas reivindicações surgiam para atender outras necessidades, como um Posto de Saúde ou mais uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) mais próximo”, entre outras. Que sempre as “políticas sociais eram prioridades, de maneira que estas políticas se sustentavam umas nas outras” (Gestora entrevistada no. 1).

A segunda entrevistada afirma que ambas políticas públicas contribuíram em várias áreas. A partir do momento que se tem uma “moradia digna, uma boa alimentação e uma escola de qualidade, as famílias ficam melhor estruturadas e proporcionam um leque de oportunidades”. Os efeitos e impactos das duas políticas referem-se à “melhoria na qualidade de vida e na elevação do poder aquisitivo. Isto porque, além de sair do aluguel e com os filhos na ETI e podendo trabalhar para aumentar a renda, as famílias tiveram oportunidades de serem mais felizes e melhor estruturadas” (Gestora entrevistada no. 2).

A terceira entrevistada reafirma a “importância para a política habitacional, de outras reivindicações de equipamentos públicos como o transporte público, escolas/creches, saúde da família, lazer, praças, segurança pública e outras”. Considera que dentre estas demandas, o que Prefeitura atendeu melhor, foi a “Escola e a Creche”. Relata também sobre os grandes desafios da “integração das duas políticas para a população”. Informa que no “território onde trabalho foram entregues os Conjuntos Habitacionais (Sertão do Rio Doce, Sertão do Rio Doce 1 e 2), onde as crianças foram para a ETI”. A entrevistada justifica que devido a “infraestrutura (dificuldades de mais ampliação dos espaços) da instituição, tornou-se difícil receber todas as crianças e adolescentes desses residenciais” (Gestora entrevistada no. 3).

A quarta entrevistada considera que para além da casa própria, outras políticas importantes devem complementar a política habitacional como, “escolas/creches, saúde/estratégias de saúde da família e praças”. Recordar-se que o “Poder Público atendeu parte destas reivindicações através das escolas/ creches, saúde/estratégias de saúde da família, áreas de lazer, praças e segurança pública (em parceria com o Estado)” (Gestora entrevistada no. 4).

A quinta entrevistada reafirma também a “necessidade de levar junto com a política habitacional do direito à casa própria, o transporte público, escolas/creches, saúde/ESF, áreas de lazer, praças, segurança pública”. Avalia que o “Poder Público atendeu a maioria destas reivindicações”. Considera que no “território, na população, aconteceu a integração entre a política habitacional e a escola em tempo integral” (Gestora entrevistada no. 5).

A **sexta entrevistada** também repete que a “política habitacional deve vir integrada com outras políticas públicas como o transporte público, escolas/creches, área de lazer, praças, segurança pública, entre outras. E confirma que estas políticas públicas foram entregues pelo Poder Público” (Gestora entrevistada no. 6).

Sobre a integração das políticas sociais de Habitação e ETI, a entrevistada avaliou também as duas políticas sob a “perspectiva de gênero”, acrescentando sua observação sobre “novas possibilidades de crescimento pessoal das mulheres”. Acredita que as “duas políticas atenderam diretamente as famílias, dando a mulher mais autonomia e segurança”. Que com essas políticas públicas as “mulheres foram as mais beneficiadas, pois aliviou grande parte do peso da sua insegurança”. Para as “mulheres, ter a garantia de um lugar para morar e a segurança de que os filhos estão na escola grande parte do dia, permitiu que buscassem novas possibilidades de crescimento pessoal e financeiro” (Gestora entrevistada no. 6).

A **sétima entrevistada** falou com entusiasmo das duas políticas públicas e sua integração, apontando também o “crescimento emocional, social e cognitivo dos envolvidos. Uma vez que as famílias tinham uma moradia, um endereço, tinham alegria, autoconfiança e adquiriram seu empoderamento”. A relação “escola e família avançou, promovendo o desenvolvimento dos alunos como um todo, preparando-os para a vida, adquirindo mais conhecimentos e desenvolvimento de diversas habilidades e mais inclusão social”. Um excelente trabalho, onde tive a “oportunidade de construir junto. Acredito muito no poder da ETI, que oportuniza maior aprendizagem, evolução, interação, inclusão, crescimento emocional, social e cognitivo” (Gestora entrevistada no. 7).

A **oitava entrevistada** traz uma vivência diferenciada na construção das políticas de Habitação Social e da ETI. Ela relata uma singular experiência, desde quando se tornou moradora no Bairro Novo Horizonte. Este residencial foi construído na gestão popular do PT (2001/2004), em regime de auto-gestão, em uma parceria de sucesso entre o Poder Público, as lideranças do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) e as famílias sem-casa. Neste território ela exerceu a função de professora da rede municipal de educação, com presença muito integrada e articulada nas comunidades. A partir do concurso, a professora conquistou a função efetiva no município, alcançando a gestão, na Secretaria Municipal de Educação (SMED). Esta impressionante história, traz uma síntese que une diversas políticas públicas, num processo internalizado de vida e que constitui a própria existência.

Este depoimento encontra-se na íntegra abaixo, porque traz consigo uma riqueza de detalhes e uma dimensão processual dessa história que poderia se perder se fosse reduzida e contada em fragmentos. Percebe-se neste relato, uma cumplicidade de mudança social na vida

destas mulheres e que pode revelar um programa máximo obtido com as políticas sociais. Mesmo que seja uma experiência individual e esta vivência não possa ser generalizada para o conjunto, mas ela ilumina vidas e sonhos coletivos. Apresenta-se como um caminho para compreender por onde se pode ir na Educação e outras políticas públicas e aponta horizontes que se devem alcançar e esperar.

“Em relação à política habitacional, eu posso dizer sobre a minha vivência como moradora e professora no bairro Novo Horizonte, beneficiária dessa política. Por volta de 2003-2005, o bairro foi se formando por pessoas beneficiadas que participavam dos grupos do orçamento participativo da habitação (OPH). A escolha da construção de uma creche e de seu nome ‘Raio de Luz’ e de uma horta comunitária foram feitas pelos moradores/as e tiveram a participação ativa de muitas mulheres.

Em outubro de 2008, a creche, construída em regime de colaboração entre prefeitura e governo do estado, foi inaugurada e recebeu crianças a partir de 6 meses de idade a 5 anos.

Em 2009, participei de um edital de contratação e me tornei professora de uma turma de crianças de 1 ano de idade. Auxiliei a equipe gestora na elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição, que conta um pouco dessa história de luta e conquista dos/as moradores/as de terem um espaço seguro para os/as filhos/as ficarem, visto que a maioria eram trabalhadores e trabalhadoras (da ASCANAVI, das empresas do Distrito Industrial, de limpeza pública, recolhedores dos resíduos sólidos nos caminhões, varredoras de rua, faxineiras, balconistas, dentre outras).

A horta comunitária também foi uma conquista dos/a moradores/as e tinha as mulheres como protagonistas de sua gestão. Além de cultivarem hortaliças para o próprio sustento da família e venda do excedente, as mulheres regavam a esperança de dias melhores. Ver as sementes florescerem parecia dar forças para outras brotações, para querer o melhor para os filhos, para continuar os estudos, para se tornarem técnicas de enfermagem, para superarem os desafios que a vida trazia a todas nós, cada uma em suas vidas singulares.

A creche visitava a horta, caminhava com as crianças, ia buscar mudas de alface para plantarem. Eu e outra professora, moradora da Vila União, sempre promovíamos essas andanças. Por conhecermos as pessoas que moravam ali, a conexão, o respeito e a liberdade eram maiores e rompiam com os temores de outros profissionais da escola, que achavam o bairro perigoso.

O posto de saúde (uma ESF) também chegou logo ao bairro e fazia um trabalho integrado à creche para medir e pesar as crianças para o

acompanhamento de sua saúde e para o programa social Bolsa Família, que pela vivência eu considero que foi um avanço na vida daquelas mulheres. O orgulho em poderem comprar uma mochila, calçado e roupa para os filhos.

Lembro também que no início do bairro, 2005-2006, a pastoral da criança fazia esse trabalho de medir e pesar as crianças e entregar a multimistura, pois eram muitos casos de crianças subnutridas naquele bairro, que numa placa do governo federal constava “bolsão de pobreza”. Ler aquela placa todo dia era como tomar um chute no estômago...um país rico, enorme, um dos maiores produtores de alimento do mundo... e ter espaços considerados assim, um bolsão de pobreza...

Mas essa herança histórica de desigualdades mostrava uma outra face, começava-se a olhar para essas pessoas “pobres” como sujeitos de direitos: à moradia, à educação, à saúde... De 2009, quando entrei como professora na creche, a 2015, o entorno do bairro Novo Horizonte crescia com loteamentos privados (Tiradentes e Caravelas) e com loteamentos populares dos programas do governo federal, como o Figueira e Vitória. Diante disso, em 2014, 109 crianças de 4 e 5 anos do bairro Vitória foram matriculadas no Cesei Raio de Luz, pois era a instituição mais próxima de sua moradia.

A chegada dessas crianças à essa instituição foi recebida com alegria pelas professoras (vou usar no feminino, pois 95% do quadro de profissionais da creche eram mulheres). Nessa época, as crianças só falavam da casa nova... e foi assim que surgiu um projeto para propiciar que as crianças expressassem essa vivência, integrando escola, família e comunidade. O projeto foi selecionado na categoria Pré-escola, como o melhor projeto de Educação Infantil da área de abrangência da 13ª Superintendência Regional de Ensino em 2015 para o Prêmio Professores do Brasil. (Segue anexo para sua leitura. Como não foi publicado acredito que não pode ser usado na íntegra, ainda mais porque tem fotos de crianças e não passou por um comitê de ética. Mas se julgar necessário, alguma parte dele eu posso transcrever como relato da minha vivência).

Como já disse antes, eu cheguei à educação do município bem no momento da implantação da escola em tempo integral, pois já estava na rede desde 2009 e em 2010 participei do concurso público como professora municipal auxiliar (nessa época ainda não havia concluído a graduação). Eu acompanhei o processo como profissional que acreditava no sonho... na utopia, na esperança de fazer a diferença. Participei de reuniões onde vi a secretária de educação Sames Assunção conclamar todos/as à esse projeto coletivo, que estava sendo implantado em todas as escolas da cidade e do campo, impulsionado pelo movimento das cidades educadoras, do Programa Mais educação, que buscava maior diálogo da escola com a cidade, com o bairro, com

seu território.

Eu, que estava estudando Pedagogia pela UFMG via Universidade Aberta do Brasil – UAB no Polo de GV, ficava entusiasmada ao ver a proposta se desenhando, se abrindo na frente dos meus olhos. Valorizar outros tempos e espaços de saberes, os saberes da comunidade, o tempo para planejamento das atividades na escola... para mim era uma experiência de muito aprendizado por estar integrando teoria e prática o tempo todo.

Contudo, os desafios vinham de todos os lados... talvez o pior deles seja dos/as profissionais mornos, com a chama já quase apagada, aqueles para quem a educação é só um passatempo, ou um meio mais “fácil” de fazer dinheiro. Eu nunca vi assim, e não me deixei render pelos discursos desmotivadores, reclamadores, que queriam frear o galope do sonho... que sentiam que não era possível, que era preciso muito mais para fazer acontecer.

Aliado a esse discurso, os outros desafios, sobretudo de infraestrutura, de espaços adequados para a permanência de crianças e adolescentes de 8h a 10 horas por dia nas escolas. Talvez esse tenha sido o desafio maior, ou o mais visível, equipar as escolas com o mínimo necessário para garantir a permanência desse público com atividades significativas. A proposta visava maior abertura à cidade, um diálogo intersetorial, aproveitar espaços fora da escola, na consideração que a cidade pode e deve ser educadora.

Muitos movimentos foram feitos nesse sentido, buscando pela formação em serviço, para que os profissionais compreendessem essa proposta. Em 2012 participei do curso TEIA, Territórios e Educação Integral – da UFMG, que buscava com que nós entendêssemos a necessidade de romper os muros da escola, de buscar parcerias para uma escola cada vez mais aberta.

De 2009, quando entrei na rede, até março de 2015, eu busquei atuar, no Cesei Raio de Luz, fazendo essa ponte escola-bairro, superando os desafios de espaço, de recursos esparsos, de discursos de quem enxerga o copo só meio vazio... fazendo o meu melhor para aquelas crianças e comunidade.

Vi o quanto as mulheres são fortes... ao abrir o portão da creche às 07h da manhã, a maioria era mulher, levando as crianças, quase sempre mais de uma, a pé ou de bicicleta, seguindo dali para o trabalho, sabendo que os filhos estavam seguros, que podiam ir trabalhar tranquilas. Eram elas a maioria nas reuniões, nas festas da escola... muitas Marias, no nome e na gana, no sonho e na força, como canta o mestre Bituca... como mulher e professora, ouvi muitas histórias, de luta, de dores, de sofrimento... mulheres que perderam filho, mulheres mães que criavam a família sozinhas, mulheres de homens presos, mulheres que sofriam violência doméstica...

Entre 2015 e 2016 tive uma percepção mais alargada da ETI, atuando na secretaria de educação e percorrendo diferentes escolas na cidade e no campo. Presenciei um momento de ampliação da Educação Infantil na cidade com a abertura de mais de 9 escolas para crianças de 0 a 5 anos, antecipando a meta do plano nacional de educação. Também vi de perto muitas obras de adequação de espaços físicos das escolas para o Ensino Fundamental.

Um dos destaques que faço é da alimentação escolar, com priorização da aquisição de produtos advindos da agricultura familiar, na qual muitas mulheres eram as que tocavam o negócio, como a fábrica de rosquinhas e doce de banana, o que promovia o associativismo e cooperativismo na região, valorizando a produção local e fazendo o recurso circular no próprio município.

Acredito que durante esse tempo, 2009 – 2016, as políticas da prefeitura de GV buscaram atuar de forma integrada, priorizando uma política para as minorias por meio de um projeto de redução de desigualdades e de expansão de direitos negados por muito tempo. Ver crianças nas escolas aos 5 anos contando nas rodas de conversas sobre a casa nova, fazendo desenhos sobre uma casa segura, que não chove dentro, contando que tem um quarto, que a mãe comprou uma cama faz o coração esperar de que é possível um mundo com condições dignas de vida para todos/as/es.”

Estes relatos acima descritos, demonstram a dimensão da intersectorialidade/integração das políticas sociais de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e de Habitação Social. Reforçam o empoderamento, autonomia, independência e autoconfiança das mulheres pelo conquista da casa própria com a titularidade; a política habitacional que integra outras políticas públicas de infraestrutura social, saúde, transporte, escolas, creches, praças, áreas de lazer; com os filhos na ETI, melhor oportunidade de trabalho e renda; mais qualidade de vida e novas possibilidades de crescimento e autonomia das mulheres.

2.2.5. Sobre a participação social na construção das políticas de Habitação Social e de Educação – ETI/Educação Infantil – creches

A participação social e popular, enquanto orientação política e marcas de um governo democrático-popular, destacou-se no desenho das duas políticas públicas e com diferentes atuações de atores e atrizes. A entrada da participação popular na construção destas políticas, distinguiram-se na forma, conteúdo e nos resultados.

Na política de Habitação Social, a construção do processo de participação popular originou-se do acúmulo de uma forte organização dos movimentos por moradia, em ocupações

urbanas, a partir da década de 1990 e início dos anos 2000. Mesmo que no início, estas ações fossem dispersas e desorganizadas em vários locais da cidade, o movimento foi-se unificando com o surgimento de novas lideranças, atores e atrizes.

No ano de 2000, com a eleição do primeiro governo democrático-popular do PT, com o compromisso social com a política pública de habitação, lideranças do movimento social, de maioria mulheres, organizaram-se nos Núcleos dos-sem-casa e na formação da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), em 2002. Esta luta social organizada demandou a necessidade de avançar na política pública de Habitação, dado ainda o alto índice do *déficit* habitacional e as inúmeras ocupações, grande parte em áreas inadequadas. Este forte movimento dos-sem-casa, teve participação decisiva no desenho da política, ou seja, na concepção, implementação, nos critérios de escolha e das pessoas beneficiárias, destacando-se a maioria de mulheres.

A Escola em Tempo Integral, desde sua concepção, implementação e consolidação, conviveu com uma resistência interna, principalmente de parcela significativa dos profissionais da Educação. Em contraposição ao projeto, justificativas como a rápida universalização, a inadequação de espaços físicos dos prédios escolares e a nova jornada de trabalho de 40h, entre outros. Este movimento nas escolas foi assumido pelo sindicato das/os servidoras/es públicos, culminando com uma greve no início do funcionamento da ETI, em 2010. Este movimento resistente também envolveu e despertou a atenção das famílias, principalmente das mulheres, mães, sobre o novo modelo da escola a ser implantado e os impactos em suas vidas.

Diferente da organização já existente do movimento de moradia, as famílias, especialmente as mulheres, mães, avós, chefas de família e trabalhadoras da ETI, não tinham uma força social organizada que pudesse defender ou mesmo resistir e contrapor-se à estas iniciativas sindicais e de parcela dos profissionais da educação. As mulheres, mães, com o passar do tempo, começaram a observar e perceber o significado do novo tempo escolar, para seus filhas/os e para suas vidas. O funcionamento da ETI trouxe qualidade na alimentação, novos processos de aprendizagem com os temas e oficinas de artes e esportes e no cuidado, proteção e segurança das crianças e adolescentes.

Mesmo diante destes desafios iniciais como: da ausência das lutas organizadas de mulheres ou de outras organizações sociais, a falta de uma visão educacional mais ampla com ênfase na formação integral, a necessidade da reconfiguração das instalações físicas e maiores investimentos públicos, a construção do novo modelo educacional e seus impactos foram intensamente debatidos dentro da comunidade escolar, nos territórios com as famílias, com forte presença das mulheres.

Nos últimos tempos, a partir das alterações estruturais da ETI como a redução da jornada das creches e dos anos iniciais e a extinção nos anos finais, pergunta-se: que lições esta experiência revela em relação ao silêncio ou às poucas manifestações isoladas das mulheres, ou mesmo, a ausência de uma luta organizada das mulheres e mães para sustentar a ETI em seu modelo original?

2.2.6 Do grupo das Lideranças Sociais: Associação Habitacional Nova Terra (AHNT)/ coordenadoras dos Núcleos dos-sem-casa

As participantes da AHNT e as coordenadoras de Núcleos foram convidadas a participarem desta pesquisa de campo, considerando a importância de seu papel na construção da política habitacional, já que estas lideranças protagonizaram a luta social apresentado as reivindicações por moradia ao poder público e, ao mesmo tempo, se manifestaram pelas necessidades da educação e das creches. As lideranças também vivenciaram a experiência da ETI, no contexto da sua implantação e na presença de suas filhas e filhos na escola.

O conjunto dos relatos destacados acima representa uma análise do grupo das gestoras da Educação sobre as políticas da Educação (ETI/Educação Infantil – Creche). No que segue, ressaltamos as observações do grupo de lideranças sobre a política habitacional.

2.2.6.1 Das Lideranças Sociais sobre a política de Habitação Social

A **primeira entrevistada** da AHNT reflete sobre a política habitacional e retrata grandes avanços no período de 2009/2016.

A entrevistada faz um destaque especial à “construção do Residencial Vitória, como um projeto que beirou a perfeição”.

“São seiscentas e cinquenta e seis unidades habitacionais de casas, inclusive com aquecedor solar, próprio para uma cidade quente como Valadares. Este residencial se adequa à “realidade de nossa cidade que são de pessoas que estão acostumadas a sentarem na porta das casas pra verem as crianças brincarem”. Então quando você coloca essas “famílias dentro de um apartamento, você dificulta a convivência”. [...] “nem estas famílias, nem os núcleos e as coordenadoras, foram preparados/as para organizarem essas pessoas a viver em apartamento” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

O movimento de moradia através da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT), foi uma das “ferramentas de organização que mostrou para o poder público, as demandas das pessoas sem moradia, bem como outras políticas públicas”. Reivindicava-se também do Executivo Municipal, que “antes de efetivar qualquer dos empreendimentos, precisava fazer estudos das demandas neste local” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada fala também sobre exigências de interconexão com outras políticas públicas, além da habitação e da educação, como a saúde, que aqui destacamos. A “saúde é outro gargalo”, [...] também para muitas mulheres e pessoas idosas”. Tem um critério da política de habitação que tem que ter “três por cento (3%) de cada empreendimento para as pessoas idosas”. Assim, quando você leva estas pessoas, “você está levando o hipertenso, o diabético, a saúde mental”. Então é necessária a “ampliação ou a implantação da saúde básica, da Estratégia de Saúde da Família (ESF)”. Como esta região vai ter uma grande concentração de pessoas, é preciso “levar também o lazer e os espaços de convivência” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

Sobre as construções dos residenciais constata-se uma maior concentração de moradias nas regiões do Ibituruna e do Penha. Conforme a entrevistada, a região do Ibituruna implementou melhor outras políticas, que chama de “ferramentas públicas”, como educação, saúde e lazer, pois já haviam contratos destes serviços públicos firmados. Mas que as “demandas de complementação das políticas públicas na região de Penha, existe até hoje” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada refere-se também sobre o atendimento de demandas na região do bairro Santos Dumont 2, pois houve “uma demanda e que não foi devidamente atendida na Educação”, [...] com ampliação de apenas três ou quatro salas na escola” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1)

De acordo com a entrevistada, esta região recebeu muitas moradias, sendo um residencial de casas e vários empreendimentos de apartamentos. Ela relata que “ainda tem duzentas e quarenta famílias para irem para esta região, projetando mais de seiscentas pessoas”. [...] que estas famílias vão demandar, principalmente, saúde e educação”. Diante desta situação, a entrevistada afirma que atualmente é preciso “uma gritante luta da associação e do movimento sem- casa junto ao Poder Público, para que se faça um estudo destas necessidades, e se levar a moradia, levar também as demais ferramentas públicas” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada conclui dizendo que neste período da gestão pública, junto com toda a “estrutura da política de habitação e da ETI”, teve ainda a “vinda do Instituto Federal e da

Universidade Federal, conquistas fundamentais para Valadares” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A **segunda entrevistada** da AHNT, começa relatando sobre sua participação no Conselho Municipal de Habitação (CMH), motivada pelo reconhecimento do governo municipal em relação ao movimento de moradia. “Ali fui observando as pessoas, o compromisso, conhecendo a habitação e a importância da política da habitação”. E a “minha realidade me fez enxergar a necessidade do outro, com mais clareza”. Sentia que eu “precisava de uma casa e, depois que eu conquistei a minha, eu continuei no trabalho visando a necessidade das outras pessoas” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada afirma que a “política habitacional de moradia em Valadares criou tantas raízes, que ela foi referência nacional”. Que hoje, “Valadares não consegue ficar mais sem essa política, pois ela já faz parte da cidade”. E que “naquela época tinha muito mais empreendimentos, tinha muito mais projetos, entregavam muito mais casas e apartamentos. As pessoas se acostumaram com isso, com um tempo de muitos residenciais”. Nos dias de hoje, muitas pessoas questionam que “a quantidade de construções está diminuindo, deixando um vácuo”. Neste sentido, a entrevistada avalia que “as prioridades mudaram, na gestão municipal e federal, pós 2017” (Roda de conversas 1, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada ressalta que os “critérios de escolhas das moradias que foram estabelecidos de maneira transparente e igual para todas as pessoas sem-casa. Assim, “fui beneficiada não porque eu fui coordenadora, mas porque todos os processos foram iguais para todo mundo”. A entrevistada afirma que “quem seguia as orientações à época da equipe da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e da nossa representação lá, que sempre foi nossa referência no movimento, teve mais acertos” (Roda de conversa, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada refere-se também sobre o papel do Conselho Municipal de Habitação, onde “a gente recebia as orientações de como trabalhar, de como fazer e de respeitar a política da moradia em Valadares”. Além disso, afirma que, como a “política de moradia foi implantada e enraizada, mesmo que hoje esteja um pouco mais frágil, ela tem uma história tão firme e forte, que ela não vai morrer, mas que vai precisar ser resgatada”. E a “importância que eu vejo nesse conjunto todo, foi a organização que naquela época tinha a Associação Habitacional, que veio de um movimento desorganizado e conseguiu se organizar e de quanto o governo municipal tinha comprometimento com a pasta da moradia” (Roda de conversas 1, liderança entrevistada no. 2).

A entrevistada destaca ainda que “política de habitação tinha um forte compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência” e que o “movimento de moradia também trouxe a importância da mulher com deficiência e das necessidades desses grupos familiares. Que o governo municipal prestou muita atenção e cuidado com estas pessoas especiais”. E que nos empreendimentos executados à época, “as casas e apartamentos eram adaptadas para dar às pessoas mais independência, acessibilidade, movimento e criar também os seus lares” [...] “hoje tem gente lembrando da diferença, diante de situações recentes de residenciais, onde cadeirantes tiveram que recusar o apartamento, porque não era acessível” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 2).

A **terceira entrevistada**, coordenadora de Núcleo, recorda que antes da implantação da política habitacional deste período, houve uma “reorganização dos núcleos existentes, acréscimo de novos e o fortalecimento da AHNT”. Esta reestruturação e expansão de novos núcleos organizados, “ampliou muito o número de famílias participantes, priorizando as mulheres, chefas de famílias” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 3). Assim foi apresentada ao Governo estas demandas com o consequente aumento do *déficit* de famílias sem-casa.

Estes Núcleos formados

“de maioria mulheres, tinham uma grande importância no acompanhamento e escolhas das famílias e mulheres beneficiárias, pois conheciam de perto suas necessidades, buscavam informações e vivenciavam a solidariedade com quem mais precisava da moradia” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 3).

A entrevistada afirma que foi o “Governo Municipal que mais fez pela moradia em Valadares”. Que o Governo Municipal, “bem mais próximo das famílias em situação de vulnerabilidade, teve presença forte e carinhosa junto a estas famílias na valorização da participação dos núcleos, nas escolhas das famílias mais pobres, nas entregas de milhares de moradia e no cuidado com pós-morar” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 3).

A entrevistada conclui apontando um enorme obstáculo na escolha das famílias pelos núcleos, que foi a “mudança ocorrida por uma Portaria Federal que redefiniu as indicações/escolhas das famílias beneficiárias por sorteio, diminuindo o papel dos núcleos e excluindo o critério da participação popular” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 3).

A **quarta entrevistada**, liderança da AHNT, tem uma avaliação “extremamente positiva sobre a política habitacional, pelos critérios válidos, respeitados e executados, sendo que o primeiro critério para escolha era a participação social” (Liderança entrevistada, no. 4).

Sobre o papel que os núcleos/associação desempenharam na construção e implementação da política habitacional, a entrevistada aponta que foram de “apresentar as demandas e as necessidades das famílias sem-casa ao projeto político do Governo Municipal e as escolhas das famílias, sobre os critérios definidos”. Ela afirma os aspectos positivos como a “o sonho e a esperança de conquistar uma moradia, sair do aluguel e ter sua própria referência”. Em relação às dificuldades encontradas, fala sobre a “resistência das famílias de sair dos seus lugares, bairros, amizades e convivências e mudar para outros espaços, territórios”. E lembra de como foi “difícil a adaptação no pós-morar, no novo local da moradia, principalmente nos apartamentos” (Liderança entrevistada, no. 4).

A **quinta entrevistada**, liderança do Núcleo das Pessoas com Deficiência, afirma: “desconheço um Município que teve tanta moradia como em Valadares”. Por aqui as “portas se abriram, as oportunidades dos sonhos cresceram e as chances de acesso a outras políticas garantiram mais direitos sociais” (Liderança entrevistada, no. 5).

A entrevistada destaca o papel que os núcleos e a AHNT desempenharam na construção e implementação da política habitacional. O movimento foi fundamental na “construção da luta coletiva, pois o grito ficou mais alto, forte e assim estabeleceu-se a necessidade da política de habitação” (Liderança entrevistada, no. 5).

Em relação ao diálogo com a Prefeitura, relata que o “movimento tinha participação, voz e voto no Conselho Municipal da Habitação”, onde os “entraves eram discutidos e resolvidos”. Que além de “garantir o acesso à moradia, as coordenadoras/es lutavam por saúde, creches, participação política e em busca de outras políticas. E finaliza destacando que “houve politização durante todo o processo” (Liderança entrevistada, no. 5).

Adiante, passamos a descrever as observações das lideranças quanto à Educação, sobre a escola em tempo integral, incluindo as creches e a educação infantil.

2.2.6.2 Das Lideranças Sociais sobre a Educação – ETI/Educação Infantil – creches

A **primeira entrevistada**, liderança da AHNT, inicia relatando a importância das creches na vida das mães e a “diferença na vida de outras mães quando a escola de tempo integral foi implantada. As creches, os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI), as professoras deram muito valor a oportunidade para cada criança, que outras não tiveram”. “A

minha experiência é exatamente por não ter tido creche e a falta que fez em minha vida e de meus filhos, que ficavam sempre em risco, porque eu morava em situação de vulnerabilidade social e criminal” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada relata emocionada a situação de muitas crianças que “antes ficavam literalmente em bocas de fumo o dia inteiro e muitas mães também com dependência química”. Boa parte dessas crianças “não tiveram infância ou tiveram uma infância conturbada, onde as mães trabalhavam preocupadas”. Muitas mães chegaram a “deixar o emprego e foram fazer outros serviços autônomos”. Algumas podem ter se “envolvido com a criminalidade, a prostituição, porque não tinham lugar pra deixar seus filhos, muitas vezes ficando sozinhos em casa.” (Roda de conversa 1, lideranças entrevistadas, no. 1).

A entrevistada afirma que viu “transformação de muitas famílias através da escola em tempo integral, principalmente com as creches. Com a ETI, elas tiveram uma outra visão, tiveram uma infância na cidade e foram mudando. Porque os “primeiros anos de vida da criança, ela não tem proteção e a mãe trabalhava apavorada”. Eu falo por mim que teve dias de “eu surtar no meu serviço sem saber como estavam meus filhos, uma situação muito forte em minha vida, pela necessidade de ter creche. Eu observava outras mães ocupando seu tempo com cursos, podendo trabalhar” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada comenta sobre a “alimentação diferenciada da ETI”. Relata sobre as dificuldades de comida que crianças passavam, por que “as mães não tinham condições financeiras de oferecer uma alimentação adequada e que a escola se tornou, muitas vezes, o lugar da sua alimentação. Que estas “mães perdiam sua autoestima e tinham dificuldades de até se manter no emprego”. Cita exemplos de “crianças e parentes que não conheciam o que que era iogurte e estas crianças comentavam assim, hoje eu tomei Danoninho”. E conclui dizendo: “eu já perdi meu emprego por não ter onde deixar meus filhos, mas felizmente não cai na criminalidade. Esta é minha realidade, fui forte” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no.1).

Com as

“creches, mesmo não tendo vivido esta experiência, eu observei a realidade sendo mudada para muitas famílias e mães, pois as crianças pequenas precisam de um cuidado especial, de uma verdadeira infância, de desenho, de cores e de colorir, ver lugares bonito, de tranquilidade, de assistir um desenho, contar uma historinha. Que esta vivência do encontro com a sua infância, vai mudar toda a história de um ser humano e de um adulto” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada no. 1).

A entrevistada traz uma reflexão sobre as formas de participação social das duas políticas, marcando as diferenças entre os modelos de participação popular na construção do projeto e implementação da ETI e da política de habitação, na base. Destaca que o movimento de moradia já tinha “núcleos organizados e estruturados que defendiam e lutavam por esta política pública e que se fortaleceram bem antes deste período dos governos do PT”. A entrevistada observou a diferença em relação à ETI, que “não tinha um movimento de mães organizado de forma coletiva, como força social” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

A entrevistada conclui dizendo que, nos dias de hoje, a “ETI quase não existe mais, principalmente nos anos finais”. Para ela, estes retrocessos podem justificar-se pela “falta de compromisso do atual governo, pela ausência de luta organizada das mulheres, mães por estes direitos, especificamente na redução horário de funcionamento das creches e da educação infantil”, entre outros. E lamenta, a “ETI em seu modelo original, não durou uma década, não chegou a ser uma geração” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 1).

Esta reflexão manifestada pela liderança entrevistada, reflete o contexto atual de desmontes das políticas públicas e sociais, a nível federal e municipal. A ETI, conforme já denunciado, reduziu toda a jornada escolar, desde a educação infantil até os anos iniciais, bem como extinguiu o modelo de escola em tempo integral, nos anos finais, do ensino fundamental. Percebe-se assim, um descompromisso social com a educação, com as crianças e adolescentes, famílias e o município, como um todo; um alinhamento de projeto local e nacional de cortes de investimentos sociais e os prejuízos pela descontinuidade destas políticas estruturantes nas interrupções de governos.

A **segunda entrevistada**, liderança de Núcleo e militante dos direitos das crianças e adolescentes, constata que quando a gestão 2009/2016 assumiu a Prefeitura de Valadares,

“nós éramos a segunda cidade mais violenta do país. Porque nós perdíamos os nossos meninos na rua. Não tinham com quem deixar e cuidar. Uma demanda enorme do Conselho Tutelar. E a ETI trouxe as crianças mais tempo na escola e as mães puderam trabalhar com mais segurança” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada chama atenção para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas políticas de educação. Que o ECA garante às crianças, adolescentes e jovens, o direito a creche, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Que a creche precisa ser garantida na idade de zero aos três anos, porque a partir dos quatro anos, a

pré-escola já é obrigatória” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada reforça a importância das “creches de zero a três anos para as mulheres, especialmente para as mães que trabalham, em muitos serviços, como autônomas”. [...] São mulheres trabalhadoras, “vendendo as coisas nos sinais de trânsito, que têm uma barraquinha de pastel, que vendem CD, com carrinhos de frutas, lavando carros na porta da Prefeitura”. Diante desta realidade, a entrevistada questiona como ficam as crianças, as mães e como o Conselho Tutelar resolve situações de mães levando seus filhos para estes locais de trabalho. Então, a entrevistada afirma que é “fundamental esta política de educação, mas ressalva que faltam muitas creches, para atender as crianças, mães e garantir este pleno direito” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 2).

A entrevistada faz “críticas aos dias atuais, com o término da jornada ampliada para os anos finais com o conseqüente aumento das tarefas dos Conselhos Tutelares”. Afirma que desta forma, o “Conselho Tutelar já não vai dar conta de ser dois, [...] vai ter que passar a ser três, quatro. Sem a ETI, as mães que trabalham voltaram a deixar seus filhos sozinhos dentro de casa” e pergunta:

“meninos e meninas adolescentes de onze, doze, treze anos, para onde vão? Vão para a rua? E o que nós vamos ter no futuro? Nós vamos ter o aviõzinho, daqui a pouco o vapor, amanhã pequenos traficantes, que no final acabam morrendo aos quinze, dezesseis, dezessete anos”
(Roda de conversa 1, liderança entrevistada no. 2).

Conclui-se, assim, que a ETI é uma política pública de prevenção e proteção social e acompanhamento das famílias destes adolescentes e jovens.

A **terceira entrevistada**, coordenadora de Núcleo, destaca a “qualidade da educação na melhoria da aprendizagem, principalmente pelas aulas de arte, oficinas e esportes que potencializou muitos talentos”. Sobre os espaços físicos diz que houve “criação de novas escolas, como a do Distrito Industrial e teve reformas e ampliação da Escola Municipal”. Elogiou muito a “qualidade da alimentação, com 4 (quatro) refeições diárias que ajudou as crianças no seu desenvolvimento e também das famílias” (Liderança entrevistada, no. 3).

Em relação à integração das políticas de Habitação e Educação – ETI - creches, a entrevistada relatou que quando os

“empreendimentos ainda estavam em construção e mesmo antes de serem entregues, haviam reivindicações dos núcleos e compromisso do governo municipal em levar junto outras necessidades, como vagas nas

escolas e creches por perto, postos de saúde com estratégia de saúde da família, transporte e outras políticas públicas. A escola/creche aparecia como primeira reivindicação, depois a saúde, muito importante para as mulheres” (Liderança entrevistada, no. 3).

A **quarta entrevistada**, liderança da AHNT, refere-se à ETI como “um dos melhores projetos que conheceu aqui em Valadares”, pois criou condições para “as mães terem paz para trabalhar e estudar, com seus filhos protegidos e sem risco social, sem gastar recursos e bem alimentados”. [...] “um projeto grandioso de gente que ama crianças e as mulheres” (Liderança entrevistada, no. 4).

Para a entrevistada a ETI

“ofereceu qualidade na educação, que fez e faz uma grande diferença na evolução das crianças, [...] que foi um projeto de alto investimento, [...] que precisou criar uma grande infraestrutura de alugueis, mas que ao longo do tempo, teve adequação de reformas e ampliações das escolas e creches, [...] que ofereceu uma excelente alimentação, de produtos que vieram da compra direta da Agricultura Familiar” (Liderança entrevistada, no. 4).

A entrevistada afirmou que a

“ETI aprimorou a Habitação”. Ela justifica dizendo que como o “projeto da habitação chegou primeiro e a ETI depois, com uma nova proposta, as famílias da habitação precisavam de escolas em seus novos bairros”. Assim, esta “integração das duas políticas em tempos bem próximos, promoveram qualidade às duas políticas”. E acrescenta que o “papel dos núcleos foram fundamentais para organizar a luta pela moradia e pela educação” (Liderança entrevistada, no. 4).

A entrevistada trouxe outras reflexões sobre a política de habitação que é “focada em algumas regiões e a ETI que abrange todos os territórios locais, mais universal”. Concluiu dizendo que a “gestão pensou em toda a população, mas começou pelos mais pequenos, das/os excluídas/os e das/os invisíveis” (Liderança entrevistada, no. 4).

A **quinta entrevistada**, liderança da AHNT e coordenadora do núcleo das pessoas com deficiência, avalia que a ETI ofereceu “condições de uma educação de qualidade, com fortes momentos de convivência e socialização dos estudantes”. Considera como “crítica as dificuldades com os espaços físicos, pois prejudicaram a oferta de vagas em várias áreas/bairros com a chegada da política de habitação”. Elogia a “qualidade da alimentação, considerando que ajudou muitas famílias que tinham crianças com desnutrição e insegurança alimentar e que

colaborou como uma rede de apoio dentro da escola e suas famílias” (Liderança entrevistada, no. 5).

Sobre a participação dos núcleos/AHNT na construção e implementação da ETI, avalia que se “deu no momento do acesso das crianças na escola, vindos dos novos residenciais construídos nos bairros” (Liderança entrevistada, no. 5).

A **sexta entrevistada**, liderança da AHNT, inicia sua fala relatando as mudanças que ocorreram em sua vida. Que teve “oportunidade de estudar, de fazer o concurso da Prefeitura, de ser hoje servidora da Educação, trabalhando como Auxiliar de Serviços Públicos (ASP)”. E anuncia que já está se “preparando para fazer uma Faculdade” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 6).

A entrevistada “considera que o mais importante da escola em tempo integral são as creches, até mais que os anos iniciais”. E justifica dizendo que nesta fase, “as crianças precisam se alimentar bem para poderem se desenvolverem melhor” (Roda de conversas 1, liderança entrevistada, no. 6).

Sob outro olhar, a entrevistada relata fatos ocorridos com adolescentes dentro das escolas. “Nós acompanhamos adolescentes de dez, onze, doze, treze, quatorze anos, que eram envolvidos pelo tráfico nos bairros. E agora, “na escola que eu trabalho, eles já estão formando grupos dentro das salas de aula, provocando confusões e brigas. [...] saio de dentro da cozinha e venho ajudar a separar as brigas” (Roda de conversa 1, liderança, entrevistada, no. 6).

A entrevistada apresenta uma proposta para atrair os adolescentes e tentar evitar a evasão na escola, aproveitando melhor as “aulas de informática que poderiam ajudar no interesse destas crianças e adolescentes, mas atualmente, a sala de informática vive fechada” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada, no. 6).

No próximo item, acompanharemos relatos das falas do terceiro grupo, o das mulheres beneficiárias das políticas de habitação e de educação, referindo também a integração das duas políticas.

2.2.7 Grupo das Beneficiárias das políticas de Habitação Social e Educação/ETI - creches e a Intersectorialidade/integração

As beneficiárias das políticas de habitação e da ETI responderam de maneira intensa e participativa nos encontros das rodas de conversas. Foram inúmeros Residenciais, com presença de mulheres, mães, chefas de famílias, mães solo e trabalhadoras, de maioria, dos setores informais. Retratam o significado de saírem do aluguel e terem o título da casa, como

liberdade e independência. E que as crianças na escola estão bem cuidadas, protegidas, alimentadas e com uma educação de qualidade. Mostram as necessidades de outras políticas públicas e questionam o retrocesso atual da ETI.

Organiza-se a descrição apresentando primeiramente as observações das beneficiárias da política habitacional e, depois, das lideranças e das gestoras.

2.2.7.1 Das Beneficiárias sobre a política de Habitação Social

As mulheres entrevistadas moradoras dos Residenciais Sertão do Rio Doce, Porto das Canoas e Serra Lima, manifestaram posições comuns e de maneira positiva sobre: os critérios de incluir famílias numerosas em moradias de casas, a oportunidade de sair do aluguel caro e dos despejos ameaçadores, o pagamento de prestações subsidiadas e acessíveis do programa, em função da renda. Manifestaram discordância com moradoras/es que desistem da moradia e ou, colocam à venda estes imóveis para terceiros, enquanto ainda existem muitas famílias que o programa não alcançou. E por fim, consideram importante continuar lutando por moradia, para mais pessoas necessitadas.

As entrevistadas demonstraram preocupação sobre a localidade de dois residenciais, um pelas moradias numa área considerada muito alta e outros, em áreas de alagamentos, nos tempos chuvosos. O tema das cheias do Rio Doce, bem como as chuvas intensas nesta região dos residenciais, tem provocado o transbordamento de um córrego que cortam os bairros e que, por isto, tem causado muitos transtornos à comunidade. As famílias reclamam das perdas de bens, trincas nas residências, prejuízos nas moradias como piso, pintura e retorno do esgoto sanitário, e a saúde, dentre outras.

As entrevistadas discordam sobre as mudanças nos critérios de escolha das pessoas beneficiárias. Lembram que durante a gestão 2009/2016 estes critérios eram definidos pelos núcleos organizados e AHNT e hoje são por sorteio. Elas questionam também o porquê da demora na entrega dos residenciais da região do Bairro Santos Dumont 2, pela atual administração municipal.

A **entrevistada** beneficiária do Residencial Serra Lima afirma a importância de ter conseguido sua moradia, porque “pagava aluguel com salário mínimo e estava muito difícil. O aluguel era muito caro e a prestação da nossa habitação é mais em conta. Para mim isto se chama dignidade” (Roda de conversa 3, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** liderança comunitária do Bairro Santos Dumont 2, reforça a importância da casa própria enquanto uma identidade. “Sem endereço, você não tem a sua identidade, as

“pessoas não te reconhecem e você não tem sentimento de pertencimento na comunidade” (Roda de conversa 3, liderança entrevistada).

Para a **entrevistada** beneficiária do Residencial Porto das Canoas, o

“sonho da casa própria é um direito, uma questão de respeito, representa dignidade, liberdade, segurança, para gente ficar com os filhos, no dia a dia. Você não precisa ficar preocupada de pagar aluguel, viver sendo cobrada e ficar mudando de local e de casa. É lógico que você paga uma prestação de acordo com sua renda, mas você não se sente humilhada, vigiada, porque é sua moradia” (Roda de conversa 3, entrevistada beneficiária).

As demais **entrevistadas**, moradoras do Residencial Porto das Canoas, reafirmam que este é um dos “empreendimentos melhor de se morar por aqui. O bairro é plano e a gente não tem que subir morro. A escola e a unidade de saúde são perto da gente. Não tem preocupação de buscar as crianças na correria e a gente tem mais confiança” (Roda de conversas 3, entrevistada beneficiária).

As **entrevistadas** moradoras do Residencial Figueira do Rio Doce, trazem na memória ser este um dos primeiros residencial a ser entregue à população sem-casa. Destacam muito a importância da titularidade da casa própria, como oportunidade de mudanças em suas vidas. Dentre as falas significativas e fortes, o depoimento de uma entrevistada marcou a roda de conversa. Ela relatou sobre sua história de violência doméstica, sofrida durante muitos anos, sem alternativa de sair da situação por falta de sustentação financeira e por causa dos filhos. Ela relatou que

“depois de conquistar minha casa própria, eu consegui sair da violência que eu vivia. Tenho cortes com pontos na cabeça e um braço quebrado por causa do meu companheiro, pai de minhas crianças. Quando conquistei a casa, trouxe meus filhos e nunca mais quis encontrar com ele, nem eu e nem meus filhos” (Roda de conversa 2, entrevistada beneficiária).

Em relação à política de habitação, as **entrevistadas** do Residencial Figueira do Rio Doce, relatam a “felicidade e o significado de ter seu direito à moradia e poderem sair do aluguel”. Da importância da casa em situações de [...] “avó criando seus netos, a pedido do Conselho Tutelar, de mães com crianças especiais e de pessoas com deficiência” (Roda de conversa 2, entrevistas beneficiárias).

As entrevistadas apresentaram novos serviços importantes que reivindicam para as famílias do residencial como: “uma casa lotérica; um banco, um supermercado e um Posto de Saúde/Estratégia de Saúde da Família. Reclamam ainda da distância da escola e da ausência de espaços de lazer” (Roda de conversa 2, entrevistas beneficiárias).

As **entrevistadas** moradoras do Residencial Professor Fernandão fazem parte de uma inovação na política habitacional. Elas foram escolhidas pelo núcleo sindical dos-sem-casa, sob a coordenação do sindicato das/os servidoras/es públicos. Foi uma primeira experiência de categoria de trabalhadoras e trabalhadores do serviço público. Várias entrevistadas foram aprovadas no concurso público de 2010 e conquistaram seu apartamento. Então hoje, temos “emprego e moradia” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

Uma das servidoras entrevistada relata sua felicidade de ter sido aprovada no concurso público da Prefeitura Municipal em 2010 e em seguida, ter realizado seu sonho de um apartamento.

“Porque eu sou de uma família muito grande. Eu tenho trinta e quatro irmãos, quinze por parte de pai e mãe e o restante por parte de pai. [...] Minha mãe sempre trabalhou e meu pai também para poder dar conta dessa filharada toda. Por isto é que me sinto vitoriosa e mais livre, de ter alcançado meu trabalho e minha moradia” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** beneficiária moradora do Residencial Valadares tem uma história de vida, de lutas e conquistas muito fortes. Ela viveu muitos anos em situação de rua e enfrentando a dependência química. Relata que fez um tratamento no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), com apoio da equipe da Assistência Social do Município e que ficou curada. Ela contou que “hoje eu já tenho uma moradia por dez anos, tenho trabalho e tenho renda. E a minha filha, que é especial, tem uma aposentadoria. [...] e complemento ainda minha renda com vendas nas ruas” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

Sobre a ETI, a entrevistada sente-se segura com sua filha na escola. [...] “eu arrumei uma pessoa para busca-la na escola às três horas da tarde e eu trabalho mais tranquila. Mas faz um alerta sobre o estudo das crianças especiais “que precisam de mais cuidado, atenção e amor, pois elas tem mais dificuldade de aprender” (Roda de conversa 4, beneficiária).

A beneficiária entrevistada manifesta

“eu me sinto feliz de ter obtido meu apto no Residencial Valadares, por eu pagava aluguel. Uma sofrência, pois morava em área alagada e as

enchentes sempre chegavam na minha casa. Hoje já quitei meu apartamento e agora vou ter direito à minha escritura” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** servidora do Residencial Professor Fernandão, fala que “sou mãe solo, morei dezenove anos pagando aluguel e sempre labutei sozinha. A minha casa própria foi um sonho realizado e agradeço imensamente a Deus e ao PT” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada e beneficiária** do Residencial Professor Fernandão, relata a importância da habitação em sua vida: “Eu vim de uma família muito humilde. Fui abandonada pela minha mãe biológica com um mês e dezoito dias de nascida. [...] Fui criada pela minha avó, que só ganhava o salário e a gente pagava aluguel. Na família tinha

“um tio que usava drogas e bebida, que agredia minha tia e ainda tomava seu dinheiro”. [...] “a gente passava muitas necessidades. Na minha situação, era para eu não ter nada, sem perspectiva de vida” Mas, [...] a conquista de ter uma casa própria é algo assim extraordinário e, [...] como que governo do PT beneficiou muito as pessoas de baixa renda” (Roda de conversas 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** e beneficiária do Residencial Professor Fernandão, relata:

“sou mãe chefe de família e criei praticamente sozinha meus filhos, com muita luta. A minha casa, que é um apartamento, foi uma conquista muito grande. Um sonho realmente realizado, porque eu nunca tive um lugar que fosse meu. Eu paguei aluguel durante um tempo e também morei de favor. Agora tenho meu cantinho para cuidar de meus filhos e tenho a casa em meu nome. Me deu muita segurança, tranquilidade e paz” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

Sobre a política de habitação, as **entrevistadas** do Residencial São Raimundo 2 falam sobre a oportunidade das pessoas serem mais felizes, principalmente as mulheres”. De ter uma “casa própria, um lugarzinho só seu, que são só delas”, pois “pagar aluguel a gente sofre muito [...] parece que “o dinheiro voa e a gente tá pagando uma coisa que não é nossa”. Pra gente ter uma casa própria é preciso “batalhar muito, com persistência”.

A **entrevistada** moradora do Residencial São Raimundo 2, inicia falando:

“eu sou mãe chefe de família. Minha casa e a escola integral melhorou demais minha vida, garantindo proteção para meus filhos e me ajudou

no trabalho de doméstica. A titularidade da minha casa significa tudo, minha segurança, paz e aconchego para meus filhos” (Roda de conversa 7, entrevistada beneficiária).

As **entrevistadas** do Residencial Vitória declararam que a política de habitação foi “a melhor política em favor das mulheres e, [...] com nossas casas podemos criar raízes”.

Uma das **entrevistadas** deste residencial manifesta que “morava de favor com minha mãe. Com a titularidade, que representa tudo, tive mais liberdade de ser dona da casa, segurança, tranquilidade, paz e felicidade” (Roda de conversa 8, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** afirmou que

“nós ficamos livres do aluguel. Saímos daquela situação de a cada trinta dias, a gente ficar preocupada em ter aquele dinheiro para pagar o aluguel. Foi um jeito mais fácil pra gente adquirir a moradia da gente. A nossa prestação é bem em conta e menos tempo para pagar, são 10 anos” (Roda de conversa 8, entrevistada beneficiária).

Todas as demais beneficiárias presentes repetiram que ter “casa própria garante mais segurança, proteção da família, a independência de ter a casa em seus nomes, de evitar a violência doméstica e ter dignidade”.

Junto com a importância da casa própria para todas, as participantes da roda de conversas avançaram refletindo sobre as demandas coletivas da comunidade. A principal reivindicação foi sobre a saúde, o atendimento no Posto de Saúde, na Estratégia de Saúde da Família e na demora dos exames e das especialidades.

A **entrevistada** informou que o

“nosso Posto de Saúde nunca teve um pediatra. Precisei de um oftalmologista que saiu dois anos depois. Teve um tempo que o posto de saúde ficou sem médico, atende mais de três bairros com apenas 7 fichas. Se a gente quiser conseguir uma ficha tem que levantar de madrugada. Desse lado de cá nós estamos ficando esquecidos, principalmente na área de saúde” [...] E como luta da comunidade para mudar esta situação, reforça a proposta de que “nós temos que fazer um abaixo assinado” (Roda de conversa 8, entrevistada beneficiária).

A seguir destacam-se observações das mulheres beneficiárias sobre a política da Educação.

2.2.7.2 Das Beneficiárias sobre a política de Educação - ETI/Educação Infantil – creches

As **entrevistadas** do Residencial Sertão do Rio Doce, trouxeram reivindicações antigas para serem atendidas como: uma creche específica na parte alta do residencial, melhorias no atendimento da saúde com expansão da estratégia de saúde da família e melhorias no transporte e na segurança, serviços que, segundo elas, precarizam nos últimos anos.

As **mulheres entrevistadas** de vários Residenciais como o Sertão do Rio Doce, Porto das Canoas, Serra Lima, demonstraram insatisfação quanto à redução da jornada escolar das creches, que comprometeu “não somente as mulheres quem já tem trabalho/emprego, mas impedindo, em muitas situações, de conseguir trabalho/emprego”.

As **mulheres entrevistadas** do Residencial Porto das Canoas, consideram que a ETI, além de “contribuir com elas para ter acesso ao mercado de trabalho, também gerou muitos empregos na própria escola, que precisou de funcionários. Uma entrevistada revelou: “eu sou funcionária da escola”.

Nesta mesma direção, uma **entrevistada** descreveu assim:

“eu trabalho numa escola estadual. Para mim aquela escola é como se fosse minha casa e minha participação lá é sempre efetiva. Mesmo sendo designada, eu desempenho o melhor no meu trabalho. Tenho filhos na ETI que me permitem trabalhar e ter este emprego na Educação” (Roda de conversa 3, entrevistada beneficiária).

E concluiu dizendo que estas políticas têm a “maior preocupação com os mais fragilizados e necessitados, mulheres, mães chefes de família e pobres”.

A roda de conversas avançou na discussão sobre importância da participação social e política.

“Como mulher a gente tem que lutar por nossos direitos. A gente que é mulher negra, tem que ter mais força de lutar contra os opressores deste sistema. Nós mulheres precisamos ter essa coragem, ter essa disposição para lutarmos juntas, para conseguirmos os nossos ideais” Roda de conversa 3, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** do Residencial Professor Fernandão reflete sobre as famílias que estão em insegurança alimentar e reforça que sem uma “alimentação decente as pessoas não tem força para trabalhar no dia seguinte”. Então as “ações políticas tem que ser facilitadas para pessoas de menor renda. Destaca ainda que a ETI é uma política voltada também para os “mais

necessitados e no combate à fome”, principalmente das “crianças e adolescentes”. Posso “sair para trabalhar porque as crianças na escola estão bem alimentadas, uma alimentação balanceada, perfeita”. (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** mostra um outro olhar sobre a ETI. Avalia que os “estudantes não precisam ficar o dia todo na escola, fora de casa”. Que a “família pode auxiliar na educação”. Na minha situação, como “sou funcionária pública e trabalho somente seis horas por dia, eu não aceitava deixar minha filha lá até cinco horas da tarde”. Mas “observando o cenário geral da população, você vê que a maioria das crianças realmente necessitam e as mães podem trabalhar com segurança” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A mesma **entrevistada** afirma que a ETI trouxe amplos benefícios para as crianças e famílias, principalmente para as mulheres, mães e avós. Que a escola oferece melhorias na qualidade da educação e cita os exemplos de seu neto e de sua filha:

“ele vai pra escola, não gosta de faltar, tá mandando bem em matemática, é estudioso e não pega nem no celular. Como minha filha é professora e seu filho frequenta a ETI, ela estuda, trabalha e ainda cuida da casa, com a segurança e confiança que o menino está amparado e bem cuidado” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

Conclui dizendo que este modelo integral “tirou crianças das ruas, do celular, melhorou o aprendizado e ainda está ajudando na situação financeira dos pais”.

A seguir observaremos as análises das mulheres sobre a integração nas políticas de Educação e Habitação.

2.2.7.3 Das Beneficiárias sobre as políticas de Educação – ETI/Educação Infantil – creches e Habitação Social e a Intersetorialidade/integração

A maioria das **entrevistadas** do Residencial São Raimundo 2, afirmaram que em suas opiniões as políticas de moradia e a escola integral são para “atender principalmente a mulher”. Que a ETI contribuiu para “deixar nossos filhos na escola para a gente arrumar uma renda”. Reforçam ainda sobre a “qualidade de ensino, da boa alimentação, do cuidado e segurança das crianças”.

A **entrevistada** moradora do Residencial São Raimundo 2, diz:

“eu sou mãe chefe de família. Minha casa e a escola de tempo integral melhorou demais minha vida, garantindo proteção para meus filhos e me ajudou no trabalho de doméstica. A titularidade da minha casa significa tudo, minha segurança, paz e aconchego para meus filhos” (Roda de conversa 7, entrevistada beneficiária).

As **entrevistadas** moradoras do Residencial Porto das Canoas, que se identificaram como mães solo, falaram sobre o significado destas duas políticas em suas vidas, de ter uma casa própria e ter crianças e adolescentes na ETI. “A casa própria me deu estabilidade, de conquistar e ter a casa em meu nome, ter crédito, ser bem reconhecida. Porque a gente “confia em deixar o filho na escola, sabendo que ele está bem cuidado, alimentado, não estando nas ruas correndo risco e aprendendo mais na escola”. Temos “mais força e coragem para enfrentar o dia a dia”. Eu “consigo trabalhar e meus filhos estão na escola”. Consegui “sair do aluguel e a nossa casa aqui, é nosso cantinho, nosso lar e aconchego” (Roda de conversa 3, entrevistadas beneficiárias).

As **entrevistadas** refletem sobre o sentido de “ser mulher” e como o “engajamento e empoderamento” trouxeram mais “segurança, liberdade, mais confiança e a partir daí a nossa força. Isto nos motiva a lutar mais, ir em busca, ter tempo para trabalhar com os filhos na creche e na escola de tempo integral” (Roda de conversa 3, entrevistadas beneficiárias).

A **entrevistada** beneficiária e moradora do Residencial Figueira do Rio Doce relata sua experiência como mãe de um filho especial e da importância da educação inclusiva na ETI. Que com a ajuda de

“um monitor, mesmo sendo deficiente visual, ele teve aula de informática e hoje, ele comanda o computador. E o tempo que ele fica na escola, eu trabalho, faço faxina e outras tarefas. A minha casa mudou minha vida, me fez crescer, me sentir livre e dona da minha casa” (Roda de conversa 2, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** moradora do Residencial Professor Fernandão, iniciou sua fala afirmando que

“quando a gente junta a casa própria com a escola de tempo integral, as conquistas são muito grandes e gratificantes. Estas duas políticas transmitiram para mim muita segurança e tranquilidade para poder trabalhar, sabendo que nosso filho está na escola sendo bem educado, [...] e não pelas ruas, correndo risco. [...] Melhorou também minha situação financeira, porque com o salário que a gente ganha é muito difícil trabalhar e poder pagar alguém para cuidar das crianças. Assim

a ETI me ajudou a economizar e a investir mais em casa. É uma realização” (Roda de conversa 4, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** moradora do Residencial São Raimundo 2 iniciou sua fala sobre sua longa participação nos núcleos e na importância desta organização para a conquista da sua casa própria, pois pagava um valor de aluguel de quinhentos reais (R\$500,00). Afirmou que as mães solo podem lutar e conseguir também estes direitos. “Hoje eu tenho a titularidade, sou dona da casa, [...] me senti mais poderosa, [...] dona do meu nariz e respondo por mim. Tive assim mais liberdade, mais autonomia e independência”. E também, “mais segurança e proteção para minha família” (Roda de conversa 7, entrevistada beneficiária).

A entrevistada relata como a creche ajudou em sua vida. [...] por que eu podia dar uma faxina e limpar uma casa pra ajudar na minha renda”. Aproveita para mostrar as diferenças entre a ETI da gestão 2009/2016 e a situação atual. Relata que antes, “as creches tinham um tempo de permanência até às cinco horas da tarde (das 7 às 17h) e, que hoje, funcionam até às três horas (15h)”. Acrescenta também que as demais” séries eram até quatro horas da tarde (16h)”. Então, faz coro então com outras mulheres de outros residenciais sobre a “reivindicação do retorno do horário das creches até 17h”. A **entrevistada** avalia ainda que piorou “a qualidade da educação bem como a alimentação, que era melhor e mais balanceada” (Roda de conversa 7, entrevistada beneficiária).

Sobre os benefícios da escola de tempo integral, a entrevistada ressalta a

“oportunidade que me deu de trabalhar. Sou mãe solo, tenho três crianças, sendo duas com necessidades especiais. Tenho uma menina e dois meninos que são autistas. São terapias diversas. O menino tem seis anos, tem autismo severo. Ele é uma criança super inteligente. Gosta de ir pra escola, de se alimentar, brincar e divertir, mas sozinho, no canto dele, [...] ele tem suas seletividades. O outro menino que tem autismo tem um ano e onze meses, e a menina tem quatro anos” (Roda de conversas 7, entrevistada beneficiária).

Esta **entrevistada** traz o tema da inclusão e os desafios das escolas. Que “seu filho sofreu preconceitos [...] “que agora ele está estudando em outra escola [...] mas que também não se adaptou e nem teve apoio de monitor” (Roda de conversa 7, entrevistada beneficiária).

A **entrevistada** seguinte é liderança, ex-coordenadora de núcleo/AHNT e trabalha na educação. Inicia sua reflexão comparando os dois tempos de governos. Relata que seu “filho entrou na creche em 2015, quando a permanência era de 7h até 17h, e que hoje, funciona até 15h”. Que a “alimentação que chegava na gestão 2009/2016 [...] tinha mais qualidade e

quantidade, pois ofereciam de “quatro a cinco refeições onde as crianças tomavam iogurtes”.
Que a

“qualidade da educação era bem melhor”. [...] “Meu filho que frequentava a creche naquela época, desenvolveu demais”. [...] “era uma criança muito fechada, que não tinha relacionamento com ninguém e muito dependente de mim. [...] hoje ele virou uma criança pra frente, curiosa, independente e é superinteligente” (Roda de conversa 1, liderança, entrevistada).

A **entrevistada** destaca ainda que a “confiança na escola me ajudou muito na sua autonomia, pois [...] como eu era cabeleireira e trabalhava em casa, muitas vezes eu precisava parar meu serviço, para cuidar dele”. E conclui dizendo que a “ETI mudou meu filho, já que o atendimento das crianças era muito humanizado, muito lindo. Cuidado que não acontece hoje”.

A entrevistada falou também da importância da habitação e da educação na vida das pessoas e, especificamente das mulheres. “Eu já fui contemplada com minha moradia e a minha vida hoje, eu vou falar a verdade pra vocês, eu paro e pergunto: gente sou eu mesma que estou aqui? Será que eu mereço tudo isso que está acontecendo? Penso e respondo, mas eu devo merecer”. Sou “dona do meu apartamento, já paguei a metade e falta ainda cinco anos pra terminar de pagar e meu filho estuda pertinho da minha casa”.

A **entrevistada** relata que

“desde quando eu peguei a chave do meu apartamento, parece que ela veio tão abençoada, que só coisas tem acontecido. [...] eu passei num concurso público como excedente, estou trabalhando na cozinha de uma escola em tempo integral, hoje, meio integral. E quando você vive bem, você atrai coisas boas. Então, de lá pra cá minha vida só tem melhorado, gente. “Da cozinha escolar, voltei a estudar e agora estou pensando em fazer faculdade”. [...] “Hoje meu filho tem nove anos, é fruto desta educação de tempo integral. É uma criança totalmente independente. Ele não precisa de mim para quase nada, a não ser pra fazer sua comida. A gente mora num condomínio fechado, com portaria vinte e quatro horas, que garante mais segurança. Demorei muito pra chegar a construir uma família. Tanto que eu demorei pra casar, ter um filho. Eu tive o meu filho tendo a consciência do que é ser mãe. [...] e que sou mãe para o resto da vida” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada).

Por fim ela diz, “aceitei o desafio de ser coordenadora de núcleo, mesmo depois de ter conquistado meu lugar”. Hoje, “continuo na luta, porque tem muitas famílias e mulheres ainda sem-casa” (Roda de conversa 1, liderança entrevistada”.

As **entrevistadas** da roda de conversas do Sertão do Rio Doce 1 e 2, relatam a construção das políticas de ETI e de Habitação e o significado da integração.

Uma das mulheres, **entrevistada beneficiária**, como mãe e chefe de família, inicia sua fala afirmando que

“nosso residencial é um dos melhores que já foram entregues e nós conquistamos a nossa moradia, de maneira sensacional. Eu morava de favor com minha mãe, mas já tínhamos problemas na convivência em função dos filhos. Tivemos um obstáculo que foi a Caixa, que custou a liberar as moradias. Eu sou dona, o contrato está em meu nome. Temos uma grande vantagem, a creche veio junto com a moradia, ao lado” (Roda de conversa 6, entrevistadas, beneficiárias).

Em relação à ETI/creche, a **entrevistada** fez um comparativo entre os períodos dos governos do PT e os dias de hoje. Questiona a “redução do horário do atendimento na creche. [...] que antes meu filho chegava em casa com a barriga cheia e limpo. [...] hoje as creches não dão banho nas crianças”. E justifica suas dificuldades em trabalhar com este horário: “como eu vendia salgados nas ruas, dava tempo de fazer minha mercadoria e vender meu salgado. [...] hoje o tempo ficou mais curto e mudei de trabalho, sou diarista” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

A **entrevistada**, mãe de três filhos e chefe de família, fala sobre a importância da “moradia para sua família e registra que é titular da casa. Que a escola deu condições para seu trabalho enquanto minha filha estudava, eu trabalhava” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Sobre as duas políticas, observa que devido à quantidade de famílias chegando, a escola de tempo integral “veio para acrescentar autonomia para a vida, qualidade de vida e tempo para conseguir mais renda” (Roda de conversas 6, entrevistada, beneficiária).

A **entrevistada**, mãe de quatro filhos, é chefe de família e trabalha como faxineira, mas atualmente está desempregada. Sobre a política habitacional, relata que o “contrato da casa está em seu nome e que deu muita segurança”. Que a moradia também garantiu proteção pois “morava em área de risco, um brejo que enchia minha casa de água e que meus filhos sofriam com as cheias”. Esta política “ajudou uma quantidade de pessoas que saíram do aluguel e de enchentes” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Em relação à ETI, a entrevistada avalia que foi “muito boa para nossos filhos aprenderem mais e bom para nós mulheres podermos trabalhar, estudar, fazer curso e ter mais força”. (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

A próxima **entrevistada** é mãe, chefe de família, trabalha no Município como interprete de libras e tem a titularidade do apartamento. Ela refere-se à importância dos núcleos como “motivadores da participação das pessoas na conquista da casa própria, para ter informações sobre a política de habitação e de como se preparar para a futura moradia” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária),

Para a **entrevistada**, ter sua casa própria “representou segurança, autonomia, independência e liberdade de fazer minhas escolhas, já que morava com minhas irmãs”. A entrevistada chama a atenção sobre as dificuldades de quem mora no andar térreo dos residenciais, devido a uma “situação inadequada de construção”. [...] explica que o “piso interno do apartamento se nivela com o piso da área externa e que, em momentos de chuvas intensas, as moradias são alagadas” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Sobre a ETI/creche, a entrevistada revela que não teve filhos na escola, mas considera “necessária devido a possibilidade dos pais, principalmente as mães poderem trabalhar”. Avalia que as “instalações físicas precisam ser melhoradas”, mas considera “positivo a garantia que as crianças tenham boa alimentação e interação” (Roda de conversas 6, entrevistada, beneficiária).

A **entrevistada** traz uma reflexão sobre os anos finais da ETI. Mostra as “dificuldades de adaptação de adolescentes e a falta de flexibilidade da escola para tratar esta questão”. A ETI, “junto com a oportunidade das mulheres e mães poderem trabalhar e utilizar o tempo como quiserem, ajuda para fazerem curso profissionalizante e o empoderamento feminino” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Por fim, sobre a integração das políticas, a entrevistada reflete que “estrategicamente as construções das moradias são feitas perto de uma escola existente, e se precisar, faz reformas, ampliações ou constrói-se uma nova escola” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Destaca-se em sua entrevista o sentido de que os efeitos das duas políticas são “gratificantes, pois temos mais dignidade. Talvez não teríamos essas conquistas, se não fossem a luta das mulheres” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

As mulheres beneficiárias apresentaram-se e estavam atentas ao significado dessas políticas em suas vidas. São solidárias às famílias que continuam sem-casa e se expressam insatisfeitas com os rumos da ETI, nos tempos atuais.

CAPÍTULO 3 - IMPACTOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA VIDA DAS MULHERES

Neste texto do Capítulo terceiro da dissertação, propõe-se analisar os reais impactos, na vida das mulheres beneficiárias, efetivados a partir da implementação das políticas públicas e sociais de Educação/ETI e de Habitação Social, considerando especialmente a força da intersectorialidade/integração, na ponta.

Destaca-se que as próprias políticas de Educação – ETI e Habitação Social já relacionam-se e integram-se com outras políticas públicas e sociais como a infraestrutura, saneamento, saúde, assistência social, geração de trabalho e renda, transporte público, cultura, meio ambiente, entre outras. Neste sentido então, a intersectorialidade é uma ferramenta inovadora e eficiente de gestão pública, tanto pela integração das ações dessas políticas intersectoriais quanto na articulação entre as demais políticas públicas e as experiências de sua implantação na vida cotidiana das mulheres e dos seus resultados sociais.

A novidade da intersectorialidade/integração como diretriz em tais políticas perpassa as avaliações das beneficiárias e análises na pesquisa.

Desta forma, no percurso dos estudos e na reflexão sobre os dados que se apresentaram na pesquisa, foram construídos parâmetros de análise, a fim de ampliar e precisar a compreensão das referências pesquisadas e para melhor interpretação dos dados. Neste sentido, tomando como base as experiências e percepções das participantes da pesquisa, escolheram-se os critérios que permitissem melhor definição e objetividade, em relação aos seguintes parâmetros:

1. Autonomia, independência;
2. Participação social/política, empoderamento;
3. Mobilidade social, transformações de vida.

Em relação aos dados da pesquisa de campo, as análises deste capítulo serão realizadas e aprofundadas a partir das percepções e vivências dos grupos distintos, já mencionados, e na seguinte ordem de prioridade: beneficiárias, lideranças (AHNT/coordenadoras de Núcleos) e gestoras públicas. Esta escolha de prioridades dos grupos, justifica-se pela importância das mulheres beneficiárias quanto aos resultados das políticas em suas vidas. pelo do olhar das lideranças que estiveram na linha de frente da participação popular e na construção do processo das políticas e, de como as gestoras públicas, que implementaram as políticas de Habitação e Educação - ETI, perceberam as possíveis mudanças na vida das mulheres beneficiárias.

Sobre os dados coletados, conforme dito anteriormente, a pesquisa de campo foi realizada no final do ano de 2022 e início de 2023, após os efeitos da crise sanitária da pandemia

e com as consequências de desmontes das políticas públicas e de programas sociais anteriores por parte dos governos federal e municipal. Assim, são tempos e realidades diferentes entre a montagem das duas políticas de Habitação e de Educação no período 2009/2016 por um lado, e por outro lado, os atuais retrocessos educacionais, sociais, econômicos, políticos, culturais.

Neste sentido, tornou-se necessária uma atenção especial na análise destes resultados, que observasse estas novas realidades ou situações e os seus impactos na vida das mulheres. Observou-se que, ao mesmo tempo que ocorreu este distanciamento entre a implementação das políticas e a realização da pesquisa de campo, permitiu-se também analisar os desafios destas políticas, numa perspectiva de longo prazo.

Conforme os parâmetros definidos acima e as prioridades estabelecidas para os grupos de pesquisa mencionados organizam-se, a seguir, os principais eixos da análise desenvolvidos no texto.

3. 1 Autonomia, independência

O tema da autonomia é central na análise dos resultados efetivos sobre os impactos, na vida das mulheres, da integração das políticas públicas intersetoriais de Habitação e ETI. A revisão da literatura sobre as quais se refletiu e as vivências registradas na pesquisa, apontam como se deu o funcionamento das questões afirmativas e de gênero.

Os critérios norteadores da autonomia e independência apresentam concepções diferenciadas, mas que na concretude das políticas mostram certa proximidade. Dentre as dimensões do conceito de autonomia definidos pela literatura em relação às mulheres, destacam-se as que reforçam as possibilidades concretas que permitem às mesmas o poder de comandar e conduzir a própria vida, de viver com mais liberdade e de tomar decisões no cotidiano conforme seus desejos, escolhas e regras.

Nesse sentido, conforme Farah (2004), torna-se fundamental criar “condições de autonomia para as mulheres, de forma que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas, envolvendo, portanto, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas: no espaço doméstico, no trabalho, etc” (FARAH, 2004, p. 59).

Nesta mesma direção, conforme apontam Moreno e Viúdes (2012, p. 23),

Nos termos de Simone de Beauvoir, a autonomia é a capacidade de nomear o seu próprio horizonte de vida. Ao aplicar este conceito para as mulheres, podemos defini-lo como o poder que elas têm para determinar e regular a sua própria vida, [...] e condições para pôr em prática suas decisões.

Na compreensão das mulheres como participantes da pesquisa neste estudo, os conceitos de autonomia e liberdade estão vinculados e próximos. Isto porque nas suas vivências, elas consideram a autonomia como ligada ao tempo e ao espaço de fazerem escolhas, seja em relação a trabalho, emprego e geração de renda, seja em relação a outras atividades como fazer cursos, voltar a estudar, expressar sua fé, conviver bem na família e na comunidade. E ainda, para uma parcela das mulheres, especificamente as chefas de família e mães solo, os conceitos de autonomia e liberdade foram estendidos no sentido da *independência*, em relação a ter a casa própria, ter liberdade de ação, como trabalhar enquanto as filhas e filhos estudam, administrar financeiramente o próprio dinheiro e tomar decisões sobre o seu projeto de vida.

Em relação à experiência da ETI/Educação Infantil - creches numa perspectiva de gênero, as mulheres beneficiárias - mães, avós, chefas de família, mães solo, pretas e trabalhadoras - perceberam a construção da sua autonomia e independência, sobretudo a partir do impacto que a ampliação da jornada escolar teve em seu cotidiano e em suas vidas, especialmente no empoderamento do seu próprio tempo.

Destaca-se, também, que a expansão da educação infantil, através das creches e da pré-escola e com a segurança estatal em relação as/os filhas/os foram fatores relevantes que promoveram mudanças significativas na vida das mulheres em relação à utilização do seu tempo livre, em diversas frentes: nas rotinas do cotidiano familiar e nas oportunidades de novas escolhas em relação à sua própria casa/lar, na busca de alternativas de emprego, trabalho e renda, na escolarização e profissionalização, nas atividades religiosas, nos espaços culturais e de lazer e na participação social/política. O tema específico da participação comunitária e as lutas por ampliação de direitos, cidadania e igualdade, será abordado no próximo item.

Em relação à Habitação Social, um resultado social da política habitacional municipal, articulada com o PMCMV, foi a construção de formas concretas de viabilizar e sustentar a autonomia e independência das mulheres. Buscou-se compreender a importância, para as mulheres, dos seguintes elementos: a conquista do direito à casa própria com a titularidade dos contratos e escrituras em seu nome, a oportunidade de sair do aluguel e dos despejos ameaçadores e de remanejar estes recursos para outras necessidades pessoais ou da família, a liberdade para criar as condições de prevenção ou de sair das diversas formas de violências, especificamente a violência doméstica, de sentir segurança e proteção social junto com a família e ter participação na vida social e comunitária.

Registra-se também a potente participação popular das mulheres no movimento social de moradia – através da AHNT/coordenadoras de Núcleos – onde atuaram no importante processo de construção dos critérios de escolhas das pessoas que seriam beneficiárias, bem

como na elaboração e implementação da política habitacional no Município. Este tema será abordado e aprofundado no próximo item.

Quanto às ações *integradas* destas políticas da Habitação Social e da ETI/Educação Infantil - creches, elas contribuíram efetivamente para viabilizar e sustentar a autonomia e independência das mulheres beneficiárias. Como os temas indicados na intersetorialidade/integração são muitos e abrangentes, escolheu-se neste estudo aprofundar as análises em relação às políticas e ações públicas que representaram os maiores impactos na vida das mulheres. Os elementos que favoreceram autonomia, empoderamento e mobilidade social envolvem a expansão de vagas na educação infantil, especificamente nas creches de zero a três anos, com a consequente segurança das mulheres no emprego e na geração de trabalho e renda e o aumento da renda familiar, considerando as/os filhas/os bem alimentados com 04 a 05 refeições diárias, bem como as oportunidades de estudos e qualificação profissional para si mesmas.

Tanto as lideranças sociais quanto as beneficiárias expressaram que “as políticas de moradia e a escola integral são para atender principalmente as mulheres” (Beneficiária, roda de conversa n. 7). E que as duas políticas integradas têm a “maior preocupação com os mais fragilizados e necessitados, especificamente as mulheres, mães, chefas de família, pretas e pobres” (Beneficiária servidora, roda de conversa n. 4).

Quando entrevistadas nas rodas de conversas, as lideranças que também são beneficiárias manifestaram quais impactos e mudanças ocorreram em suas vidas a partir das políticas de habitação social e a escola de tempo integral, considerando os parâmetros de autonomia, independência, empoderamento e mobilidade. Como síntese, os seus relatos referem-se, sobre cada política e/ou na intersetorialidade/integração, sobretudo na importância da moradia com titularidade e especificamente sobre a ETI, referem-se à dimensão de utilização e empoderamento de seu próprio tempo livre, como condição da construção da autonomia e de outros impactos correlacionados em suas vidas.

Nesse sentido, essas mulheres expressaram com ênfase:

“ter uma casa própria com a titularidade significa tudo: a segurança que eu sou dona, proprietária; de deixar uma herança para os filhos; de ter força para vencer e seguir. Ser dona da minha casa foi a melhor conquista da minha vida”.

[...]

“da escola em tempo integral as mães tiveram tempo para o trabalho

e segurança que as crianças e adolescentes estavam bem cuidados na escola; que tiveram oportunidades para estudar e fazer cursos; e, como as crianças ficam mais tempo na escola, elas se alimentam bem e até tomam banho, o que ajuda bem a diminuir as despesas da casa” (Beneficiária, roda de conversa, 2).

As mulheres beneficiárias das rodas de conversas 3 e 5 manifestaram-se sobre o significado da casa própria, tanto no sentido de viabilizar a autonomia e independência quanto da realização de um sonho, com

“mais autonomia, independência, segurança e proteção da família em relação à casa própria; de não precisar ficar mudando sempre, em função do aluguel; [...] de sair do aluguel, de pagar uma prestação pequena e conquistar algo próprio; de utilizar estes recursos do aluguel para outros cuidados da família e também nas melhorias da casa como reformas e ampliações; de que a casa própria traz dignidade, um sonho realizado e felicidade; ninguém me manda, tenho independência” (Beneficiárias participantes, rodas de conversas 3 e 5).

Essas beneficiárias completaram destacando como utilizar seu tempo e viabilizar sua autonomia, diante da ampliação da jornada escolar da ETI.

“Porque a mãe pode trabalhar e a escola trouxe segurança; com as crianças se alimentando muito bem e com várias refeições, a escola ajudou no aumento da renda familiar e tirou um peso dos ombros da mulher; que a mulher teve tempo e tranquilidade para fazer um curso; teve tempo mais livre para se cuidar e de fazer o que ela quiser”.

[...]

“A escola em tempo integral além das mães poderem trabalhar, também gerou empregos na própria escola, que precisou de mais funcionários. Eu sou servidora de uma escola, que é estadual. Para mim aquela escola é a minha casa. Tenho filhos na ETI que me permitem trabalhar e ter este emprego na Educação” (Beneficiária, rodas de conversas 3 e 5).

A respeito da integração destas políticas como algo que promoveu empoderamento e sustentou a criação da autonomia, independência, cabe destacar ainda as diversas afirmações enfáticas das mulheres beneficiárias:

“Com minha casa própria tive mais liberdade junto com minha família, independência e estou aprendendo a lidar melhor com as dificuldades

da vida. Me sinto valorizada, mãe dos meus filhos e mais responsável. A escola em tempo integral me ajudou a ter tempo para trabalhar, estudar, no aumento da minha renda em função das crianças bem alimentadas na escola, que me economizava em casa. Aprendi a lutar pelos meus direitos”.

[...]

“Para mim a casa própria representa a condição de poder dar moradia para minha família e ter independência financeira. Lá em casa eu mando em todo mundo, filhos e marido. Falei, tá falado. Sou dona da casa, o título está em meu nome. Me sinto empoderada, a casa me deu esta condição”.

[...]

“Para mim a casa própria significou segurança, liberdade financeira de não pagar mais aluguel, dignidade. Eu sou dona do meu contrato. A ETI ajudou muito na segurança para os pais trabalharem. Eu estudo e trabalho. Mas a creche é importante também para o aumento da renda familiar, os cuidados emocionais e afetivos das crianças. A escola de tempo integral veio para acrescentar autonomia na vida, qualidade de vida e tempo para conseguir mais renda” (Beneficiária, roda de conversa 6).

“Eu tenho a titularidade. Me senti mais poderosa, amei ser a dona da casa e do meu nariz. Eu respondo por mim. Tive mais liberdade, mais autonomia e independência, porque as mães solas também podem conseguir lutar e vencer. Pude também deixar meu filho na escola para arrumar uma renda” (Beneficiária, roda de conversa 7).

No relato a seguir, a beneficiária entrevistada, afirma a força da integração das duas políticas e os resultados concretos em sua vida.

A **entrevistada** mãe e estudante trabalha como monitora na própria creche, ao lado do Residencial. É titular do apartamento e o contrato está em seu nome. “Para mim a casa própria significou segurança, liberdade financeira de não pagar mais aluguel e, dignidade” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Sobre a ETI - creche, a **entrevistada** fala sobre os seus benefícios em relação “à segurança para os pais trabalharem [...] eu estudo e trabalho, [...] o aumento da renda familiar e dos cuidados emocionais e afetivos das crianças” (Roda de conversa 6, entrevistada, beneficiária).

Além da importância da casa própria como condição de autonomia e independência, as beneficiárias mencionaram autoestima e encorajamento, no sentido de romper com as formas de dependência, opressão e de violências, especificamente a violência doméstica. A casa

própria com a titularidade garantiu segurança física, emocional e proteção social delas e das famílias. Elas consideram que a

“casa própria com o documento em seu nome, foi a melhor política em favor das mulheres. Que tiveram mais liberdade, dignidade, segurança e independência, principalmente para evitar a violência doméstica, ter paz e tranquilidade” (Beneficiária, roda de conversa 8).

O tema da violência doméstica apareceu nos depoimentos, nas rodas de conversas, em suas várias dimensões. Registraram-se formas de violência desde agressões verbais, espancamentos físicos e até ameaças de morte. Estas experiências vivenciadas pelas mulheres revelam a frequência da visão e práticas conservadoras, patriarcal e machista de parcela da sociedade, em que os homens consideram-se como proprietários das mulheres e querem ter o controle e domínio de suas vidas. De fato, a dinâmica da desigualdade de gênero, conforme Raquel Rolnik (2011) é associada a ideias reacionárias, de que o homem tem domínio e poder sobre a vida e o corpo da mulher, permitindo assim a continuidade e sustentação da violência doméstica, chegando muitas vezes, ao feminicídio. Neste sentido, a prática da desigualdade de gênero apresenta-se em múltiplas dimensões da vida humana. (ROLNIK, 2011).

Nos últimos anos, a dinâmica da violência chamou atenção, principalmente pelos grupos sociais mais impactados, como as mulheres pretas, as comunidades LGBTQIA+, os povos originários e a população do campo. Em relação às mulheres pretas, percebeu-se o crescimento da violência letal, conforme dados do Atlas da Violência – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2021). Especificamente sobre a violência doméstica, as análises dos “últimos onze anos indica que os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019” (IPEA, 2021, p. 41). Estes dados não registram a situação da violência doméstica frente à crise sanitária da pandemia e em relação aos retrocessos ocorridos e hegemonizados por um programa de governo de extrema direita (2018/2022), com uma visão expressa na prática da violência. Ações deste governo podem ter agravado o cenário de violência doméstica, dado que facilitou o armamento da população, naturalizou comportamentos e atitudes violentas e, reforçou no poder, uma visão machista e autoritária.

Em uma das rodas de conversas (no. 2), registrou-se um depoimento impactante, quando a entrevistada revelou sua experiência de vida diante das agressivas violências físicas e emocionais, sofridas por muitos anos, sem condições de sair da situação, por não ter garantia de sustentação financeira e por causa dos filhos. Ela relatou que as marcas da violência física ficaram em seu corpo.

O depoimento a seguir realça a força, a autoestima e a coragem das mulheres para a superação da violência, da dependência, dos abusos, diante da conquista da casa, do trabalho e do empoderamento pessoal.

“Eu sou uma mulher que sempre fui muito independente, demorei pra me casar, porque eu nunca quis depender de homem. O que eu gosto de ver é que a casa própria, deu um empoderamento tão grande para as mulheres que, no meu caso, mesmo casada, eu sou empoderada. Eu faço o que eu quero, lógico que dentro do limite do respeito”.

[...]

“Mas existem outras mulheres que eram totalmente dependentes de homens, que abaixavam a cabeça sofrendo abusos e violências, porque não sabiam como que iam pagar um aluguel, uma água, uma luz, comer, cuidar dos filhos. Hoje não mais. Se tiverem que sair de casa, eles é que vão ser colocados pra fora. E se ficarem, somente a partir do momento que elas sejam respeitadas”.

[...]

“No residencial onde moro, o que a gente mais vê são as mulheres botando eles para correr. As mulheres batem no peito e dizem, isso aqui é meu, fui eu que conquistei, eu que batalhei. Tem um exemplo que a mulher botou o homem para fora e, hoje ela arruma cabelo no apartamento mesmo, faz unha, se precisar da faxina ela vai, mas ela sabe que a casa é dela e dos filhos”.

[...]

“A casa própria representa para mim, independência. É um bem maior, onde a mulher toca a sua própria vida, se livra da violência doméstica e com o dinheiro do aluguel, investe na família, em si própria e nos filhos. Sair do aluguel e da violência foi uma libertação” (Liderança participante).

Diante destes relatos, afirma-se que as políticas públicas com perspectivas de gênero têm impactos efetivos na vida das mulheres e que, muitas vezes, ultrapassam o objetivo inicial da casa própria. Isso também reforça que não são só as políticas típicas de enfrentamento à violência (delegacia, casa da mulher) que efetivamente impactam na redução da violência. Mas reflete-se também, que a dimensão da intersetorialidade da Habitação e ETI, podem apresentar-se como alternativas no combate à violência e, como uma lição aprendida, a partir das experiências das participantes da pesquisa.

Com a casa própria e a titularidade, com as crianças seguras na escola em tempo integral, com o tempo para trabalhar e garantir seu auto sustento e das famílias, elas atestam que tiveram condições concretas de sair desta situação e construir um novo projeto de vida. Há explícita menção às políticas públicas:

“Então isso é hiper, gigantescamente importante para as mulheres hoje. Hoje elas estão nos residenciais, fazem seu trabalho, sustentam suas famílias e tem essa independência. Graças à sua luta e aos governos do PT” (Liderança participante).

A conquista do direito social à casa própria associada à sua titularidade, revelou-se como o maior valor e reconhecimento social para as mulheres beneficiárias, no sentido de sua visibilidade, identidade, empoderamento, autonomia, independência. Nos depoimentos coletados, destacou-se a importância fundamental de sair do aluguel, muitas vezes, de valores exorbitantes, das cobranças e das ameaças constantes de despejos, de morar de favor, sem liberdade e sem privacidade, de morar em áreas inadequadas e insalubres, sujeitas a inundações, quedas de barreiras, deslizamentos nas encostas e partes altas, de poder utilizar estes recursos pagos de aluguéis, em outros cuidados pessoais e da própria família, de pagarem uma prestação subsidiada pelo PMCMV, condizente com sua renda, num imóvel de sua propriedade e de ter um patrimônio com escritura definitiva, em dez anos.

Conforme foi dito, considerou-se também relevante analisar os relatos das lideranças sociais, a partir dos seus olhares e vivências e do seu lugar, também como mulheres beneficiárias. As lideranças da Associação Habitacional Nova Terra(AHNT)/coordenadoras de Núcleos e convidadas manifestaram-se sobre o significado humano e social das políticas públicas e os impactos em suas vidas, a partir dos parâmetros de empoderamento, autonomia e independência.

A seguir, destacam-se os relatos das lideranças sociais, que também são mulheres beneficiárias, mas num papel de coordenação dos processos em curso, que expressaram suas posições dirigidas a cada política em particular, e/ou em relação às duas políticas públicas, na sua intersectorialidade/integração.

As lideranças registraram que a casa própria com sua titularidade, torna-se motivo do seu empoderamento pessoal e social e que,

“a maioria das mulheres que são donas de suas casas, com direito à titularidade, contrato, escritura, elas podem fazer o que quiserem, como proprietárias. Na sua casa, suas regras, seus valores, sua vida.

Tem mais liberdade e autonomia na criação dos filhos e tem o seu lar sem depender do marido. Quando não se paga aluguel, tem como investir no bem estar da família e você paga o seu financiamento em pequenas prestações, no que é seu, com dignidade”

[...]

“As mulheres beneficiadas com a casa própria tem mais liberdade em todos os sentidos, sem submissão, fazem o que querem, tem cantinho próprio. Tem mais autonomia, tem proteção social e maior segurança da família. Maior empoderamento feminino, com as perspectivas de lutar por novos objetivos, ser livre, eu posso, sou capaz”

[...]

“Com a casa própria as mulheres têm mais liberdade, autonomia e independência econômica. As mulheres passaram a assumir sua própria vida com mais responsabilidade, enfrentando violências, suprindo necessidades e melhorando a renda. A casa com o documento em nome da mulher, representou porto seguro e uma referência de identidade, sem precisar de mudar várias vezes, prejudicando os móveis e nem de pagar aluguel. Com o sonho da casa própria realizado, as mulheres têm sustentabilidade com o trabalho, novas profissões e outros sonhos” (Lideranças participantes, roda de conversas I).

Os relatos das lideranças sociais trazem ainda o tema da inclusão das pessoas com deficiência nos projetos habitacionais como fator que possibilitou também autonomia, acessibilidade e mobilidade dessas pessoas.

“O movimento de moradia reconheceu a importância da mulher com deficiência e das necessidades desse grupo familiar e os conjuntos habitacionais foram construídos com acessibilidade” (Liderança participante).

Assim, fica evidente que para as mulheres é fundamental, forte e necessário ter moradia adequada e digna, espaço de construção do lar, um lugar de liberdade, de privacidade, de novas possibilidades de trabalho e educação de seus filhos, bem como de reconhecimento. As participantes vão na direção do que afirma Farah (2004): “as mulheres continuam a desempenhar um papel central em relação às questões que afetam a esfera da reprodução, devendo ser reconhecida a ‘centralidade’ de sua participação [...] na implantação das políticas públicas, como [...] a garantia de acesso a títulos de propriedade da habitação” (FARAH, 2004, p. 58).

Pelos relatos apresentados, percebeu-se entre a população alcançada pelas políticas uma grande presença de mulheres inseridas no mundo do trabalho e nas diversas formas de emprego, trabalho e renda. Observou-se, ainda, que as mulheres beneficiárias, maioria mães chefas de família, mães solo, pobres e pretas, sentiram-se mais autônomas, independentes e confiantes em sua nova vida, em função das condições da posse de sua casa e com o valor dado à utilização do seu próprio tempo, especificamente para o trabalho.

Sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a partir das políticas descritas, apareceram várias modalidades de trabalho profissional, tanto de perfis de empregos públicos, quanto de trabalhos privados. Os empregos públicos, considerados mais qualificados, apresentaram-se por maioria na educação, com mulheres concursadas, nas ocupações de auxiliares de serviços públicos (ASP), monitoras, professoras e gestoras públicas. Estes empregos de servidoras e servidores públicos, estabelecem-se por regimes estatutários e planos de carreira, com garantias de direitos sociais e reconhecimento público.

Por sua vez, os empregos privados seguem as novas configurações do mercado de trabalho para as mulheres. A geração de empregos, trabalhos e renda mostrou-se, em grande parte, marcada pela informalidade, seja na prestação de serviços a particulares seja como autônomas. Percebeu-se pelos relatos das mulheres beneficiárias, que a maioria destes trabalhos informais são feitos por mulheres e com poucas garantias de direitos trabalhistas.

Em relação à prestação de serviços, verificou-se entre as beneficiárias, a predominância do emprego doméstico, com poucas ocupações com carteira assinada e, na maioria, por diaristas. Os empregos domésticos caracterizaram-se por trabalhos com alguns direitos sociais, de longa permanência, de baixos salários e distantes, muitas vezes, de seu lugar de moradia. Eles podem ser considerados, conforme Moreno e Viúdes (2012, p. 25), como uma “atividade precária e de baixa valorização social, marcado pelas desigualdades de gênero e de raça, ocupado por mulheres negras, com alta taxa de informalização e de maior pobreza”.

Sobre os trabalhos autônomos que geram renda, os relatos mostraram que algumas mulheres utilizam seu tempo para se organizar, prover o seu próprio sustento e de suas famílias. Iniciativas como a do artesanato, de serviços como de salões de beleza, da produção e comercialização de alimentos, dentre outras, apontaram na perspectiva de uma autonomia econômica e solidária. Conforme Moreno e Viúdes (2012, p. 24) “as políticas voltadas para a autonomia econômica das mulheres [...] devem procurar a redução do tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados”.

Essas experiências de emprego, trabalho e renda relatadas pelas mulheres beneficiárias, mostraram o significado do apoio dessas políticas públicas em suas atividades, mesmo que

ainda persistam para as mulheres a dupla ou até tripla jornada de trabalho e de função, considerando o trabalho reprodutivo na esfera privada e o produtivo na esfera pública, ou seja, dentro e fora de casa. No trabalho produtivo, têm-se a responsabilidade de manutenção, divisão ou complementação financeira da família e, no reprodutivo, têm-se os trabalhos domésticos e de cuidados com a casa, a educação das filhas e filhos, de pessoas idosas e com deficiência, entre outros. No contexto atual em relação à desigualdade de gêneros, a divisão sexual do trabalho tem se aprofundado diante de novas realidades, dado que as mulheres hoje exercem estes dois papéis do trabalho, ou seja, na esfera doméstica e no mercado de trabalho.

Neste percurso das análises, algumas situações diferenciadas apareceram, em relação às mulheres beneficiárias. Mesmo que as políticas tenham criado condições de autonomia, independência, liberdade e tenham gerado novas situações de vida, algumas mulheres revelaram dificuldades em sair dos lugares de dependência e opressão. Elas se mantiveram nestes lugares com uma atitude passiva diante da vida, conformadas apenas com o conquistado e sem disposição para novas lutas e novos sonhos. Algumas justificaram a dificuldade de conseguir trabalho diante do alto índice de desemprego, a sua baixa escolaridade, os problemas de saúde e cuidados com pessoas idosas ou com deficiência e os preconceitos contra mulheres pobres e pretas. Percebeu-se também uma afirmação do papel tradicional feminino, de serem apenas donas de casa e do lar, muitas vezes ainda submissas às violências, como únicas responsáveis pelo trabalho doméstico/ reprodutivo e pela educação das filhas e filhos.

Na relação entre a educação e a família, com as crianças e adolescentes na ETI, as mães afirmaram que tiveram participação no acompanhamento do novo modelo de escola. De um lado, acompanharam para compreender como seria este tempo ampliado, como as crianças iriam se adaptar e o que fariam neste novo horário, como seriam os cuidados com a alimentação, e o banho, como seria a aprendizagem e o desenvolvimento escolar e se poderiam ter segurança na proteção social de seus filhos e filhas. Por outro lado, acompanharam para compreender como seriam as mudanças na rotina da família, os novos horários para levar e buscar na escola, as possibilidades de poder trabalhar em uma jornada ampliada, para melhorar o salário, o tempo para estudar e o cumprimento de outras tarefas. Percebe-se, assim, que o funcionamento da ETI provocou mudanças no cotidiano da vida das crianças, das mães e das famílias, tanto no trabalho doméstico, quanto na esfera pública, fora de casa.

As mulheres participantes da pesquisa demonstraram confiança e crença na importância da educação, tanto para seu próprio crescimento e desenvolvimento humano, quanto para suas crianças e adolescentes. Elas avaliam a escola em tempo integral como uma experiência muito positiva em vários aspectos, tais como: a necessidade das crianças ficarem mais tempo na escola

para melhor aprendizagem, a socialização dos estudantes e com menos risco social, a alimentação saudável para seus filhos e filhas, contribuindo com a redução da desnutrição infanto-juvenil e aumento da renda familiar, a utilização do seu próprio tempo com disponibilidade para o emprego, trabalho e renda fora de casa, também para iniciar ou completar os estudos e fazer cursos profissionalizantes e de qualificação assim como a valorização, a autoestima e a sua dignidade.

Sobre a Escola em Tempo integral (ETI), percebeu-se como as mulheres consideram fundamental a educação segura dos filhos e a tranquilidade para as mães saírem para o trabalho. Reforçam que a nova dimensão do tempo, tanto escolar quanto para elas, contribuiu muito com sua autonomia e abriu possibilidades de mais emprego e melhor trabalho. Elas fizeram referências aos diversos perfis de empregos e às iniciativas de geração de trabalho e renda e registraram a necessidade de criação de mais vagas em creches, para atendimento às crianças de até três anos e a inserção das mães no mundo do trabalho.

“Na escola formou-se novos valores de convivência e socialização das crianças e adolescentes, dando mais segurança para as famílias, principalmente as mães chefes de família que tiveram oportunidade de trabalhar, com seus filhos seguros. [...] porque as crianças entravam na escola/creche às 07h da manhã e saíam às 17h. Crianças mais desenvolvidas, mais humanizadas, com 04 (quatro) refeições de qualidade, crianças menos tempo nas ruas e mais protegidas da violência”. (Lideranças participantes, roda de conversa1).

A ETI contribuiu para a segurança alimentar das crianças e adolescentes e no apoio às famílias, principalmente na redução da desnutrição infanto-juvenil.

“Que a escola oferecia muitas refeições e que a alimentação tinha qualidade e era balanceada. Que ajudou muitas famílias em situação de extrema pobreza, pois haviam crianças com desnutrição e insegurança alimentar. E que a escola mobilizou e organizou uma rede de apoio dentro da escola e com suas famílias” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Nos debates entre lideranças da AHNT/coordenadoras de Núcleos, relembrou-se a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de sua aplicação, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes e de suas famílias. Elas destacaram a necessidade do seu cumprimento legal e das ações das políticas públicas, especificamente das creches, tanto pela

educação infantil e cuidados com as crianças, quanto pelas condições das mulheres no mercado de trabalho e renda.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente garante às nossas crianças a creche, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A creche é direito, está garantida na lei para crianças na idade de zero até três anos, porque a partir dos quatros anos, a pré-escola, já é obrigatória. E se vê ainda poucas creches para esse público de zero a três anos” (Liderança participante, roda de conversa 1).

“[...] na nossa base as nossas mulheres assim, a maioria delas são [trabalhadoras] autônomas. Então elas não vão ter onde deixar seus filhos, sem aquela garantia dos quatro ou de seis meses. [...] quando não se tem aquilo que a lei já estabelece, se torna complicado. [...] as mães que precisam voltar a trabalhar, pergunta: como vai ser?” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Observou-se sobre a frequência das crianças às creches e seu impacto para a vida das mulheres que trabalham nas ruas como ambulantes, camelôs e vendedoras.

“Temos exemplos de mães que trabalham muito em vários serviços nas ruas para tirar seu sustento. Elas trabalham fazendo vendas nos sinais de trânsito, lavando carros na porta da Prefeitura e de bancos. Elas trabalham também vendendo em suas barraquinhas de pastel, CD, frutas” (Liderança participante, roda de conversa 1).

As lideranças refletiram sobre as posições contraditórias de parcela da sociedade distante de uma visão humana do seu papel social, bem como do Estado e de governos. Os relatos indicam a compreensão de que estas instituições devem ser responsabilizadas pela implementação de políticas que assegurem os direitos estabelecidos constitucionalmente, prioritariamente as creches, para mulheres em situação de pobreza e de suas necessidades.

“Como não tem vagas suficientes nas creches, você se depara com essa mãe levando o seu filho para seu local de trabalho. [...] aí nós temos uma sociedade hipócrita. Que se eu levar a minha filha e meu filho de três, seis, nove meses para o Conselho Tutelar, está tudo lindo e maravilhoso. Mas se eu levar ele para ficar junto comigo no trabalho, é considerado um absurdo. É preciso compreender que esta mulher mãe pode não ter tido quem auxiliasse no crescimento de sua vida e na sua estabilidade” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Reforça-se, então, a importância da ETI/Educação Infantil-creches para que as mulheres neste tempo livre possam ter melhores condições de um emprego na esfera pública, para além do trabalho doméstico e dos cuidados, em casa. Nos relatos foram reveladas as dificuldades das mulheres conseguirem empregos registrados de carteira assinada e que, por este motivo, buscaram alternativas de trabalho autônomo, de geração de renda. Destacam-se ainda o tempo disponível para fazerem cursos de qualificação e a oferta de outras políticas públicas integradas/intersectoriais. E “da importância para as mulheres fazerem cursos como de costura (crochê, bordados), cabelereiras, manicures, de serem pequenas empreendedoras de doces, boleiras” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Na evolução das discussões, lideranças reconheceram que houve expansão das creches no período dos governos do PT (2009/2016) e que elas tiveram oportunidade de participação em outros programas sociais.

“Que a escola integral e as vagas nas creches ajudaram muito no trabalho das mulheres e no aumento da renda da família, já que as crianças estavam bem alimentadas na escola, durante o dia inteiro. Que as mulheres tiveram mais tempo para o lazer, cuidados pessoais e direito de participarem de outros programas sociais” (Liderança participante, roda de conversa 1). [...]

“Que grande parte dos grupos familiares, são de mulheres e que as conquistas sociais significaram vitória e realização. [...] Que possibilitou que elas buscassem mais recursos financeiros para sua auto sustentação com aumento da renda, trabalhando como autônomas (diaristas, cabelereiras) ou com carteira assinada. Na busca de qualidade de vida e do auto cuidado, participavam de atividades nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, nos espaços de lazer e em cursos de capacitação” (Liderança participante).

Evidenciaram-se nos relatos, que as lideranças reconheceram os compromissos firmados da gestão, com a agregação de outros equipamentos públicos nas comunidades e próximos dos Residenciais, ou seja,

“Enquanto os empreendimentos ainda estavam em construção e mesmo antes de serem entregues, haviam reivindicações dos Núcleos e compromisso do governo municipal de atender e levar outros serviços públicos, como vagas nas escolas e creches por perto, postos de saúde com estratégia de saúde da família e transporte. Como a habitação e educação trabalhavam sempre juntas, a escola/creche sempre aparecia como a primeira reivindicação, depois a saúde, também muito importante para as mulheres” (Liderança participante, roda de

conversa 1).

Destaca-se a participação da liderança da AHNT, que expressa com ênfase que a ETI:

“é um dos melhores projetos que conheceu aqui em GV. Mães com paz para trabalhar e estudar, filhos protegidos e sem risco social, sem gastar recursos e bem alimentados. Projeto grandioso de gente que ama crianças e as mulheres”.

[...]

“Criou condições para as mulheres terem mais autonomia e autoconfiança. Com mais oportunidade para elas trabalharem, fazerem cursos técnicos e ajudarem na renda familiar. E aproveitarem o tempo mais livre para se cuidarem, olharem para si mesmas, para o lazer e terem mais qualidade de vida”.

[...]

“Na vida das mulheres beneficiárias e nas comunidades, as duas políticas se integraram com perfeição e com troca de experiências. Mães com casa, com filhos na ETI, podendo trabalhar e fazer escolhas, tem perspectivas e novos sonhos” (Liderança participante, roda de conversa 1).

As lideranças perceberam que o significado do valor da educação como projeto de crescimento humano e de qualificação para as mulheres foi constatado pelas novas escolhas feitas, utilizando com sabedoria seu próprio tempo para retornar aos estudos, por exemplo, nos cursos supletivos e profissionalizantes.

“[...] muitas mulheres voltaram a estudar e outras a completar seus estudos através do Sistema Estadual de Supletivo (SESU), no Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC), na Educação para Jovens e Adultos (EJA), em Valadares” (Liderança participante).

Dentre os cursos profissionalizantes mencionados, a liderança participante destaca como exemplo, “o curso de mulheres pedreiras, que até consertaram o CRAS São Raimundo”. Já em outra roda de conversa (no. 2) uma mulher beneficiária afirmou: “eu voltei a estudar, estou fazendo um curso de artesanato” (Beneficiária, roda de conversa 2).

A Educação Infantil - creches, teve uma forte expansão e maior abrangência no segundo governo da gestão (2013/2016). Conforme dados da revista Balanço de Governo (2009/2016), a Educação Infantil ofertou 2350 vagas para crianças de 0 a 5 anos, em 15 creches conveniadas

e sete novas unidades educacionais municipais. Destaca-se o cumprimento da legislação, no atendimento total às crianças de 4 e 5 anos de idade, na pré-escola. A ação pública de abrir e ofertar vagas na educação infantil e nas creches, ocorreu pelas necessidades de atender o compromisso social do direito às crianças de chegarem mais cedo na escola, dada a grande falta de vagas, de viabilizar que as mulheres tivessem mais tempo livre para acesso ao mercado de trabalho e outras atividades, de garantir cumprimento legal e das possibilidades de investimentos federais, do Governo Dilma Rousseff. Neste sentido, destacou-se o Programa Brasil Carinhoso, do governo federal, que destinou novos recursos para creches, a partir da ampliação dos valores por criança, para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa - Família (PBF), para o Município.

Os relatos acima indicam que a implementação da ETI/ Educação infantil teve impactos muito positivos na vida das mulheres e de suas famílias. A importância e necessidade da educação infantil e das creches presentes nos relatos das mulheres beneficiárias, encontram-se também nas análises de estudiosas feministas. De acordo com Godinho (2007, p. 55-56; 60), a preocupação com a ampliação da política de creches e de outros equipamentos públicos e sociais que

Interferem no trabalho doméstico, possibilitam, de um lado, reduzir a desigualdade por intermédio da ampliação do acesso a serviços e direitos e por outro, estender a responsabilização pública pelo bem estar dos indivíduos, o que em geral significa trabalho das mulheres, [...] e as responsabilidades atribuídas às mulheres, pela reprodução cotidiana. A legitimidade de políticas de educação infantil, e de cuidado infantil, é dada quase que de forma exclusiva pela ótica dos direitos da criança, muitas vezes desconsiderando sua relação direta com os direitos e necessidades das mulheres.

A educação, através da ETI/Educação infantil - creches, é política pública que diz respeito diretamente à presença das mulheres no mercado de trabalho e nas perspectivas de crescimento profissional, além de serem fundamentais para a “existência de tempo livre, essencial para a construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política” (GODINHO, 2007, p. 60).

As mulheres beneficiárias e as lideranças dialogaram muito nas rodas de conversas sobre a importância da Educação Infantil, destacando o papel das creches para suas vidas e a das crianças. Elas demonstraram enorme insatisfação e inconformismo com os desmontes estruturais da ETI, especificamente na educação infantil e nas creches, em função da redução da jornada escolar e da qualidade da alimentação, que trazem consequências para as crianças e para o seu próprio tempo, no emprego e trabalho. Neste sentido, a creche apresenta-se como um direito das mulheres, das crianças e adolescentes, ou seja, a creche é constitucionalmente

um direito de dupla titularidade. Para as mulheres, significa também, o “reconhecimento de seu direito ao trabalho e à autonomia econômica” (MARQUES; MORENO, 2012, p. 31).

A política de creches é, portanto, “emblemática da integração da perspectiva feminista e da igualdade de gênero nas políticas públicas” (FARAH; MARCONDES, 2021, p. 2). Compreende-se assim, que a ETI/Educação Infantil - creches são políticas públicas feministas, no sentido da construção da igualdade de gênero.

Uma parcela significativa das mulheres beneficiárias que participaram da pesquisa, demonstrou compreender a importância da educação para si próprias e para toda sua família. Com conhecimento, podiam alçar voos maiores em sua vida, tanto de crescimento humano e profissional, quanto de reconhecimento social. Dentre suas diversas escolhas, elas tiveram oportunidades de iniciar sua escolarização, fazer cursos de qualificação profissional, voltar aos estudos para conclusão do ensino fundamental e médio e conquistar o sonho de uma faculdade, universidade.

Por final, as reflexões das gestoras sobre as políticas e sua intersetorialidade/integração trazem à tona novas dimensões relacionadas a autonomia e independência. São relatos individuais, considerando suas percepções sobre os impactos dessas políticas na vida das mulheres beneficiárias, a partir de diversos lugares da gestão pública, como na gerência da Habitação, nas direções e vice direções das escolas, como pedagogas e professoras e, na gestão da Secretaria de Educação.

Através desta reflexão, compreende-se que políticas integradas colaboram na construção da autonomia e independência.

“O direito à casa própria e ao trabalho garantiam uma parte da independência econômica, que já foi um salto enorme, dado que a mulher distribuía o seu orçamento familiar em outras necessidades e outras demandas. [...] Elas tiveram autonomia de estar administrando melhor o orçamento e definindo outras prioridades, como acrescentar melhorias à própria casa recebida” (Gestora entrevistada 1).

Percebe-se nestes relatos o reconhecimento da importância das conquistas sociais para as mulheres e os resultados em relação à sua autonomia, independência e liberdade e os impactos positivos em suas vidas, dado que,

“Muitas mulheres chefes de famílias, ou até mesmo que viviam em relacionamentos abusivos, puderam se refazer, tiveram o direito de escolher viver com dignidade, com mais segurança, qualidade de vida, proteção para seus filhos e familiares. A ETI foi fundamental para as

mulheres beneficiárias em relação: à oportunidade das mães poderem trabalhar com tranquilidade; iniciar seus estudos ou voltar à estudar para ter um conhecimento mais ampliado; no aumento da renda familiar e na utilização do tempo para lazer e outras escolhas” (Gestora entrevistada 2).

Nos relatos a seguir, destacam-se os significados dos direitos sociais e de políticas públicas para as populações vulneráveis, de maneira específica as mulheres, conforme o olhar das gestoras.

“A casa, sobretudo para uma população excluída de uma série de direitos sociais, é o lugar privilegiado para a realização da família e isso significa uma forma de proteção social num contexto de adversidades, representando a materialização dos esforços de melhoria de vida; é uma garantia numa vida cheia de incertezas”.

[...]

“O reconhecimento por parte do Poder Público ao formular Leis ou Políticas Públicas que garantam o direito à moradia adequada e digna às mulheres, não apenas para suas atividades cotidianas, mas sobretudo para a promoção de sua autonomia, na elevação da autoestima, efetivação de outros direitos e na construção da igualdade”.

[...]

“A titularidade da casa às mulheres garante mais liberdade e autonomia, pois nos casos de rompimento do casamento ou união estável, o imóvel será transferido à mulher, independente do regime de bens aplicável. Assim, a mulher não se sente obrigada a permanecer numa relação abusiva” (Gestora entrevistada 4).

Este relato destaca a força, a autonomia e liberdade e novas possibilidades de crescimento para as mulheres, como um processo permanente e em construção.

“Com mais liberdade, a maioria das mulheres que são arrimo de famílias e com a segurança de uma casa própria puderam buscar novos objetivos em suas vidas. Sem a preocupação de garantir o dinheiro para o pagamento do aluguel, criou-se uma autonomia e uma tranquilidade nas famílias”.

[...]

“[...] Estas duas políticas que atenderam diretamente as famílias, deram à mulher mais autonomia e segurança. Com essas políticas

públicas as mulheres foram as mais beneficiadas, pois aliviou grande parte do peso da insegurança. Para as mulheres ter a garantia de um lugar para morar e a segurança de que os filhos estão na escola grande parte do dia, permitiu que buscassem novas possibilidades de crescimento pessoal e financeiro” (Gestora entrevistada 5).

Nas reflexões a seguir, percebe-se o olhar das gestoras considerando a importância da casa própria e do trabalho, da relação entre escola e família, de outros equipamentos públicos agregados. As gestoras apontam que estas políticas promovem a independência, a identidade social, o direito à cidade e o empoderamento feminino.

“ao adquirir acesso a lugares com condições de habitabilidade, promove-se a liberdade. Sai da situação de rua ou lugares inadequados para se viver, garantindo condições de ir e vir. Que uma moradia dotada de instalações básicas como: água, esgoto, luz, iluminação pública, coleta de lixo, praças, saúde e lazer favorece a autonomia e a independência econômica, visto que promove mais condições de trabalho. Uma casa própria em condições habitáveis, com endereço, cria autoconfiança, proporciona segurança, conseqüentemente maior empoderamento para as mulheres” (Gestora entrevistada 6).

“Que o principal valor e benefício da casa própria para as mulheres se expressa na palavra independência. Com a implantação do PMCMV nos governos municipais do PT, [...] todas as legislações, decretos e portarias foram com foco nas mulheres. Que em Valadares se formos buscar em todos os Residenciais, podemos dizer, sem afirmar, que noventa por cento da titularidade das unidades habitacionais são das mulheres e mulheres chefes de família. Agora que o programa PMCMV passa por um aprimoramento, é fundamental manter essa titularidade, como uma condição para as mulheres” (Gestora entrevistada 8).

Por final, percebe-se em todos os relatos das gestoras entrevistadas, o profundo significado social da moradia, da ETI/Educação Infantil - creches e do trabalho para as mulheres beneficiárias.

O direito social à casa própria, com a segurança e garantia da titularidade do contrato e escritura definitiva, prioritariamente em nome das mulheres beneficiárias, criou condições efetivas de autonomia, independência, libertação e proteção social, seja nas decisões que dizem respeito ao cotidiano das famílias, seja no reconhecimento de uma nova identidade social.

O direito social à Educação, através da Escola em Tempo Integral (ETI), incluindo a Educação Infantil, as creches conveniadas ou os CEMEI's públicos, proporcionou uma nova dimensão e empoderamento do tempo para as mulheres e um novo tempo escolar para crianças e adolescentes. Em relação às mulheres, mães, avós, chefes de famílias, mães solo,

trabalhadoras, este tempo livre possibilitou oportunidades de inserção no mercado de trabalho, desenvolvimento profissional, cuidados pessoais e coletivos, atividades religiosas, cultura e lazer, entre outras.

O empoderamento do tempo livre pelas mulheres, primordialmente viabilizou a construção de autonomia, para escolhas de uma vida com mais dignidade no presente e de novos horizontes no futuro.

A integração das políticas públicas de Habitação Social e de Educação (ETI/Educação Infantil-creches), ampliou as condições de novas conquistas sociais, mostrando resultados positivos e relevantes na vida das mulheres. Na maioria das experiências vivenciadas e narradas, as percepções e interpretações apresentaram resultados concretos no exercício da autonomia em decisões sobre suas vidas e em ações no cotidiano.

Com a segurança da casa própria e a garantia da titularidade, com suas crianças e adolescentes na escola em tempo integral e um novo rearranjo familiar em relação ao uso do tempo, criaram-se as condições reais de sustentação da autonomia, independência e liberdade.

Neste sentido, as mulheres puderam fazer novas escolhas em suas vidas, como oportunidades para o mercado de trabalho e geração de renda, qualificação profissional, estudos, participação social/política e mobilidade social. A implementação destas políticas públicas e os critérios de análise confirmam, assim, os enormes benefícios que impactaram a vida de milhares de mulheres por mais direitos e cidadania.

Na perspectiva de gênero, a novidade da integração/intersetorialidade das políticas, apontou a viabilidade da construção da autonomia, independência das mulheres, num horizonte de lutas e de realizações de sonhos, dado que “a luta por autonomia das mulheres tem um vínculo estreito com a luta por igualdade e, [...] a conquista de autonomia só será possível com transformações que alcancem todas as mulheres (MORENO; VIÚDES, 2012, p. 23). Diante de uma parcela da sociedade de perfil autoritário, patriarcal, sexista e desigual, as lutas por igualdade de gênero e as transformações destas estruturas dominantes que ainda persistem, são uma construção de longo prazo. Mas que devem ser vivenciadas no horizonte das lutas das mulheres, no papel do Estado e governos em oferecer políticas públicas e num modelo de sociedade mais democrática e socialista.

3.2 Participação social/política, empoderamento

A participação social/política como eixo estruturante de políticas públicas é um modelo experimentado e com resultados bem sucedidos nas diversas esferas de governos,

especialmente em gestões de perfis progressistas.

No município de Governador Valadares, a escolha política que promoveu a participação popular na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, ganhou amplitude na gestões públicas municipais do PT de 2001/2004 e de 2009/2016. Este modelo de democracia participativa buscou contribuir para o aumento da efetividade, eficácia e abrangência das ações públicas, a inclusão de novas propostas vindas dos orçamentos participativos, a proposição e formulação de projetos e de políticas públicas através de conselhos municipais temáticos e na participação das organizações e movimentos sociais, especificamente do movimento de moradia.

Considerando o recorte em análise da pesquisa, proposto no período de 2009/2016 e na intersectorialidade/integração das políticas de Habitação Social e da Escola em Tempo Integral/Educação Infantil - creches, a partir dos parâmetros de participação social/política e empoderamento, busca-se compreender os diversos espaços de poder construídos, decisórios destas políticas e na comunidade, e avaliar como se deram os processos participativos. Considera-se, especialmente, a participação das mulheres organizadas na construção destas políticas públicas, a motivação para novas lutas individuais e/ou coletivas, considerando a implementação de outros equipamentos públicos. Também se pretende compreender se o poder de participação social às mulheres neste período, despertou o desenvolvimento da consciência crítica e da participação cidadã, se estas políticas propiciaram o empoderamento feminino e feminista e se promoveram novos posicionamentos sobre as mulheres em diversos setores da sociedade, nas lutas por novos direitos, pela igualdade de gênero, com potencial emancipatório.

Em relação ao processo da participação popular nos diversos espaços decisórios de poder, considerando as políticas públicas e seus impactos em análise, percebeu-se um conjunto de iniciativas, seja de movimentos organizados e/ou de ações governamentais. Do ponto de vista dos movimentos sociais, registram-se os seguintes: a AHNT/Núcleos na participação da construção da política habitacional, os movimentos de bairros (associação de moradores e outros) na construção do Orçamento Participativo (OP) e o sindicato das/os servidoras/es públicos, na participação crítica à implantação da escola em tempo integral.

Com relação às ações do governo municipal, o estímulo à participação social/política destacou-se em função de dois elementos principais: a parceria com a AHNT/Núcleos, na participação efetiva dos Conselhos Municipais, especificamente os Conselhos Municipais de Habitação e de Educação e pela implementação do OP municipal nos territórios, prioritariamente o OP temático da Educação, de crianças e adolescentes em toda a rede municipal de ensino.

Sobre a política habitacional, considerou-se um grande acerto político e de avanço da gestão, a parceria com o movimento dos-sem-casa, principalmente pelo acúmulo de sua organização e capacidade de proposição e acompanhamento das políticas. Neste sentido, as lideranças da AHNT/Coordenadoras de Núcleos demandaram a necessidade desta política ao governo municipal, como solução para o alto *déficit* de moradias.

A participação organizada das mulheres na AHNT/coordenadoras de Núcleos, teve importante contribuição nos programas, na escolha das pessoas beneficiárias, na elaboração, implementação, fiscalização e nas entregas dos Residenciais. No espaço institucional deliberativo do Conselho Municipal de Habitação, contou-se com a organização popular na definição e nos rumos da política habitacional municipal em parceria com o PMCMV, federal. Sendo assim, tal construção coletiva e participativa possibilitou que milhares de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza tivessem acesso ao direito à moradia, com prioridade para as mulheres.

Em relação à Escola em Tempo Integral, a participação da comunidade escolar e das famílias nos territórios aconteceram em todo o processo, desde a concepção até a implementação, em toda a rede municipal, cidade e campo. Registra-se também a contribuição crítica do sindicato das/os servidoras/es públicos, principalmente na defesa dos profissionais da educação, uma parcela resistente ao projeto, que culminou com uma greve, em 2010. Mesmo não tendo uma organização social de base das mulheres e das mães, a ETI construiu Conselhos com a participação da comunidade escolar, teve destacada participação no Orçamento Participativo (OP) e, de forma integrada, colaborou na construção da política habitacional, no apoio aos Núcleos e na expansão das escolas.

O orçamento participativo (OP) teve uma forte construção social na primeira gestão, dos anos de 2009/2012. A participação social/política do OP foi impulsionada pelo governo municipal, com ampla presença popular, em diversas plenárias de OP nos territórios da cidade e do campo.

Neste contexto de definição e implementação do OP municipal, escolheu-se avaliar a Educação, como prioridade temática. O OP da Educação chamou muita atenção pela intensa participação da comunidade escolar, sob a coordenação das mulheres gestoras. O denominado OP criança e adolescente apresentou um conjunto de propostas em relação às melhorias nas escolas, obras, equipamentos, projetos culturais, dentre outras.

Nestes processos participativos, observou-se a liderança das mulheres na busca de novos espaços de poder, seja no seu empoderamento pessoal, nas lutas coletivas e/ou na representação institucional. Nesta direção, encontrou-se mulheres envolvidas e engajadas em lutas pelo seu

empoderamento pessoal, a partir da conquista da casa própria e do tempo livre para seus projetos de vida. E, também, mulheres participativas nas lutas coletivas, principalmente por mais moradias e creches onde estas políticas não haviam tido alcance.

No sentido de uma consciência cidadã abrangente, a liderança das mulheres prosseguiu nas reivindicações por novos equipamentos públicos e sociais, nos territórios. As mulheres apontaram ainda que a participação cidadã deveria evoluir na politização popular, em relação às entregas das políticas públicas e que se tornava fundamental avançar nas conquistas por representação institucional.

Para dar seguimento a essas análises, considerou-se relevante registrar o relato das lideranças da AHNT/Núcleos, que também são mulheres beneficiárias, em função dos seus diferentes níveis de participação política e de construção dos espaços de poder, acima descritos.

Conforme os relatos adiante, as lideranças beneficiárias posicionaram-se sobre o processo de construção da AHNT, a participação popular dos Núcleos na construção da política habitacional, seu empoderamento pessoal e a importância da consciência coletiva por novas lutas, a saber.

A liderança da Associação Habitacional Nova Terra (AHNT) trouxe em sua fala, uma parte da história da construção do movimento de moradia, indicando a origem nas demandas das pessoas sem-casa e na estratégia das ocupações de áreas públicas e privadas.

“Eu particularmente passei a fazer parte dessa movimentação de ocupações, em virtude da violência doméstica que eu sofria. Sofri com ela dez anos. A gente fica refém porque quem mantém a casa é o companheiro, quem paga o aluguel, quem paga água, então a gente fica refém. A dificuldade de emprego na época era muito grande. Há uns trinta, trinta e cinco anos atrás, vamos colocar assim. Então se hoje é difícil pra mulher, naquela época era muito mais. Então senti a necessidade de ter essa moradia pra ter onde ficar com meus filhos. Pra ter essa segurança do teto. Então o caminho foram as ocupações e a gente partiu para elas.

[...]

Em seguida, foram feitas Assembleias dos Núcleos, um processo muito bem organizado na época pela gestão do governo do PT (2001/2004). Que dessa organização, veio também o surgimento da AHNT. [...] Passamos a nos reunir mensalmente até que criou-se o Estatuto, o Regimento e a Executiva. Assim a AHNT passou a organizar e acompanhar os núcleos”

[...]

“Esse era o processo. Nós os Núcleos, dentro desse processo organizacional fazíamos as indicações das pessoas que seriam beneficiadas pela moradia. Tinha-se um número de unidades habitacionais, tanto de lotes ou de casas/aptos já prontos, como foi o caso do PMGMV, mas quem fazia as escolhas eram os próprios Núcleos. E qual que era o objetivo dos Núcleos em fazer parte desse processo? Que a partir do critério da participação, além das indicações, as pessoas pudessem se conhecer, que tivessem convivência mensalmente, facilitando quando elas fossem realocadas e assentadas. Bem diferente da atualidade que as pessoas não se conhecem, e estão morando principalmente em apartamentos” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Uma liderança entrevistada por vídeo chamada, fez um registro histórico bem relevante de “que a AHNT só teve mulheres Presidentas”. Ela considera que as mulheres adquiriram um maior empoderamento feminino, “pela participação nos Núcleos e pela consciência da necessidade de continuar lutando em defesa das pessoas que ainda estão na fila de espera e não tiveram realizado o sonho da casa própria” (Liderança entrevistada).

Os relatos das lideranças entrevistadas a seguir, afirmam a força da mulher, a intensa participação nas lutas organizadas pela moradia e suas novas conquistas de autonomia e empoderamento. Apontam ainda, a necessidade de envolverem mais mulheres em novas frentes de lutas, para saírem destes lugares de preconceitos, discriminações e opressões, e ocuparem novos espaços sociais e políticos, na busca pela igualdade de direitos.

“Sou da AHNT. Hoje, conquistei minha autonomia de decidir sobre minha vida, dos meus filhos, do meu trabalho, da minha participação no movimento de moradia e de mulheres, da minha igreja. Hoje as pessoas acham que eu sou feminista, mas eu não sou tão feminista assim” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Esta reflexão da liderança participante revela posicionamentos entre sua visão e a percepção de pessoas, seja do movimento de moradia ou da comunidade. Mulheres líderes podem ser valorizadas positivamente ou de maneira preconceituosa, com discriminações e/ou estereótipos. Esta fala pode refletir duas ou mais compreensões deste processo de luta.

“Eu já me sinto empoderada, mas quero ver mais mulheres no poder. Que sejam participantes de movimentos, que é bom para todas e para nossa comunidade. Que somente com lutas que vamos conseguir nossos direitos e ainda precisamos de muitas conquistas. E temos que trabalhar muito para isso. Precisamos sair de dentro de casa, sair da TV e do nosso mundinho e sair para o mundo mesmo. Dar nosso grito.

Eu sou mulher, tenho poder, eu posso, eu quero, eu faço” (Beneficiária, roda de conversa 3).

“A força da mulher, sua autonomia e empoderamento na sociedade, de poder ser e fazer o que quiserem. [...] as mulheres que estão tirando carteira de motorista de ônibus, uma profissão ainda considerada de perfil masculino. [...] as mulheres estão lutando e enfrentando o machismo e os preconceitos, e, se lutar, a mulher pode tudo” (Liderança participante).

As mulheres participantes demonstraram insatisfações quanto às perdas que tiveram de estímulo à organização e participação popular da AHNT/Núcleos, com as alterações ocorridas nos critérios de escolhas das pessoas beneficiárias, que atualmente é feita por sorteio.

“Que nos núcleos, de maioria mulheres, tinham muita importância o acompanhamento e escolhas das famílias e mulheres beneficiárias, pois conheciam de perto suas necessidades, buscavam informações e vivenciavam espírito de solidariedade sobre os que mais precisavam da moradia” (Liderança participante).

Para a mulher beneficiária, ter a casa própria com titularidade significou “mudança de vida, autoestima, empoderamento, cabeça erguida e de olhar para o alto” (Beneficiária participante 2). E ainda, como dizem, “a gente com empoderamento e o engajamento de ser mulher, nos trouxe mais segurança, liberdade, confiança e, a partir daí a nossa força. Isto nos motiva a lutar, ir em busca, ter tempo para trabalhar com os filhos na creche e na escola em tempo integral” (Beneficiária, roda de conversa 3).

Com as duas políticas públicas integradas, as mulheres afirmam se sentir mais empoderadas, mais “donas de si”. Consideram fundamental continuarem em luta, seja pelo direito à moradia para quem os programas ainda não alcançaram, seja por outras reivindicações como de creches, estratégias de saúde da família, transporte, emprego, trabalho e renda, participação comunitária, entre outras. Neste sentido reforçam a solidariedade com as “mulheres e famílias sem-casa e continuam na luta por moradia para todas” (Liderança participante, roda de conversa 4).

Para as mulheres beneficiárias, os efeitos das políticas integradas são “gratificantes, pois temos mais dignidade. Talvez não teríamos essas conquistas, se não fossem a luta das mulheres (Beneficiária participante 1).

Em relação ao direito à cidade e na agregação de outras políticas públicas, “os Núcleos lutavam por outras reivindicações, principalmente creches para crianças, cuidados dos bairros

com a limpeza, melhoras na saúde, realizavam palestras, encontros, por exemplo, sobre a prevenção de doenças” (Liderança participante).

A liderança participante reforça o empoderamento e a politização do processo na formação de uma consciência cidadã. Assim, as

“Mulheres estão mais empoderadas, com mais autoestima, com falas fortes de como eu posso, sou capaz de caminhar e buscar minhas conquistas. Me conhecendo melhor, buscar coletivamente meus direitos e fazer minhas escolhas. Que além de garantir o acesso à moradia, as coordenadoras de Núcleos lutavam por saúde, creches, participação política e, em busca de outras políticas públicas. E aponta que houve politização do processo” (Liderança participante).

Dentre as questões fundamentais sobre a participação cidadã das mulheres beneficiárias, surgiu a relevância das mulheres pretas e suas enormes barreiras socioeconômicas e culturais. Perceberam-se mulheres oprimidas, com vergonha e dificuldades de assumir sua própria negritude. Neste tema, aprofundou-se a fundamental necessidade de lutar pela superação de preconceitos, invisibilidade e opressões, com a compreensão de que mulheres participativas, autônomas e livres, conseguem se reconhecer pretas, como um valor humano, com dignidade e altivez por sua cor e raça. Então, elas dizem, “a gente que é mulher e negra, temos que ter mais força de lutar contra os opressores deste sistema. A gente tem que lutar por nossos direitos, por isto, precisamos ter coragem e ambição de lutar juntas para conseguir os nossos ideais” (Beneficiária, roda de conversa 3).

As lideranças beneficiárias presentes na roda de conversa 1 avançaram na discussão sobre os espaços de poder e a presença da representação institucional. Uma liderança expressou seu descontentamento com a pouca presença das mulheres em mais espaços de poder e cita como exemplo a ausência de uma representação institucional na Câmara Municipal.

“Mesmo com tudo isto, as nossas mulheres não cresceram na participação política. Como que eu vou explicar isso? Como é que eu vou verbalizar isto? Foram muitas conquistas num curto espaço de tempo, mas que as mulheres ainda continuam nos mesmos lugares. Por exemplo, em relação ao Legislativo.

Atualmente a Câmara de Vereadores de GV, ela continua com uma vereadora, correção, duas[...]. Tem uma vereadora do PT, que podemos contar com ela. Mas se as mulheres realmente tivessem aproveitado, teriam ascensão e nós teríamos pelo menos três representações. Nos primórdios que não tinha creche, não tinha a Escola em Tempo Integral, não tinha política de moradia, a Câmara de

Vereadores manteve-se com três vereadoras. E com todas essas conquistas que tivemos, o que é pior para mim que é de onde eu falo e, que não ascendemos politicamente.

[...] Aí nós falamos do empoderamento. Será mesmo que com todas essas políticas houve mesmo o empoderamento? Ou nós estamos cada dia mesmo no retrocesso? Porque eu ainda continuo sendo chamada de louca. Porque as mulheres quando elas se empoderam, quando elas tomam posse da vida delas, quando elas tomam decisões, quando elas tem coragem, elas não podem ser consideradas loucas. Enquanto mulheres que tomam decisões, que tomam posses de sua vida, que tem coragem, continuarem sendo chamadas loucas, eu vou continuar avaliando que nós não estamos promovendo ascensão e crescimento nos espaços de poder.

Porque a política de moradia cresceu muito, em poucos anos, em nível municipal e de país. Ficou mais fácil para o Município, o Executivo tornar real a habitação, porque o movimento facilitou a demanda. Então essas conquistas foram a nível de país. E mesmo assim nós não conseguimos fazer essa representação política, crescer nos espaços de poder” (Liderança participante, roda de conversa 1).

O relato acima, da liderança entrevistada, chama atenção para barreiras encontradas na ascensão política das mulheres na representação institucional, mesmo com o sucesso da política de moradia. Este alerta propicia refletir sobre como avançar nas lutas feministas, dentro dos diversos espaços de participação e de poder, seja no próprio movimento social e/ou nas políticas sociais, especificamente a política habitacional. Processos formativos, políticas de mulheres articuladas com outras políticas como de educação, saúde, igualdade racial, direitos humanos, emprego, podem contribuir com uma consciência política mais abrangente, de modo que as mulheres possam se perceber representadas pelas próprias mulheres.

Nesta mesma direção, a liderança participante mostra os retrocessos da participação das mulheres nos Conselhos Tutelares.

“Vocês querem ver um órgão aqui dentro de Valadares que ele praticamente pertencia as mulheres, o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar de Governador Valadares era um órgão que ele praticamente pertencia as mulheres. Hoje não. Hoje nós temos lá uma quantidade de homens e a cada eleição estão aparecendo mais homens (Liderança participante, roda de conversa 1).

As lideranças participantes da AHNT continuaram o debate sobre a evolução e transformação das mulheres, a partir da integração das políticas de Habitação Social e de Educação Integral/Educação Infantil - creche. As falas seguintes apresentaram novos

posicionamentos, dentre eles, acrescentam a importância da politização das políticas públicas.

“[...] Agora a gente precisa fazer um trabalho de conscientização. Porque a gente tem que lembrar o seguinte, a base de todo mundo ela é diferente. Ninguém tem uma base igual a outra. Então a minha base talvez ela foi estimulada num certo ponto e ela parou. E aí, quando eu me tornei mulher e, tive essa oportunidade, ela se estimulou de novo, e aí eu tenho como estimular outras mulheres. Olhem agora para nós que estamos todos reunidos aqui. Isso é conscientização. Agora nós temos que lembrar daquelas que não tiveram base, formação. Então não adianta querer dessa mulher uma evolução, se ela não teve base, se ela não teve uma oportunidade” (Liderança participante, roda de conversa 1).

“É diferente uma conscientização, quando ela se conscientiza politicamente, socialmente, e não simplesmente por causa do benefício que ela teve”. Nós que tivemos toda essa conscientização política, agora temos que buscar conscientizar as outras, falar com elas. Olha, olha aqui a oportunidade, vamos fazer, vamos pensar nessa mulher como nossa representante, ela tem propostas que precisamos conhecer. Agora falar que não houve mudança, eu não concordo, eu acho que houve sim, e que essas duas políticas unidas realmente fez, faz e fará a diferença ainda na vida de muitas pessoas” (Liderança participante, roda de conversa 1).

Ainda sobre o tema da participação e representação política, a liderança manifestou-se, por um lado, descrente do modo de fazer política, em relação às “práticas de corrupção e do jeitinho brasileiro”, mas por outro lado, toma posição pela construção das mudanças destes comportamentos pessoais e das estruturas políticas.

“Eu falei pro pessoal que nós temos que mudar esta concepção e sua forma de pensar. Nós temos que lutar por direitos, nós temos que buscar, temos que ser participativas. Enquanto a gente for negligente e não participar de um orçamento participativo, de buscar os projetos e as propostas dos candidatos, nós vamos ter sempre uma política distante.

Por quê? Porque nós precisamos de pessoas que realmente tem empatia, pensam no movimento social. Nós somos coordenadoras, então temos que pensar nas famílias. É uma coisa maravilhosa quando você vê uma pessoa beneficiada até chorar. Nós precisamos de pessoas transparentes, políticos que estejam lá na frente realmente pensando no povo, não pensar no povo somente a cada quatro anos. Eu já tive muitas decepções com vereadores, mas nós precisamos mudar a nossa forma de pensar, nossa forma política, a nossa estrutura de conselheiro tutelar.

Pensar no amanhã para os filhos e netos. Deixar um País e um Brasil melhor para eles. Então nós temos que preocupar com essa política, essa forma de pensar e parar de pensar que eu vou votar num candidato porque é meu amigo e não na sua proposta. Quais as propostas das candidaturas para ajudar na educação, saúde, moradia, nas pessoas em situação de rua?” (Liderança participante, roda de conversa1).

Como contribuição para as análises deste processo, compreendeu-se também ser relevante apresentar os relatos das gestoras públicas, seus olhares e percepções sobre o empoderamento feminino e as mudanças na vida das mulheres beneficiárias, a seguir.

“Penso que a aquisição das moradias populares já trouxe para as mulheres o empoderamento. Tinham voz, discutiam, tinham o poder de decidir coletivamente junto com seus pares os melhores encaminhamentos e as melhores decisões. Esse empoderamento se solidificou e aumentou a partir do momento que elas tiveram um documento em suas mãos, a titularidade. Uma conquista da sua participação, do seu fazer político junto com as demais pessoas dos núcleos de moradia. Então elas realmente foram empoderadas e perceberam que são capazes, que podem fazer e que dão conta de conquistar o que é melhor para suas vidas, suas famílias e a comunidade” (Gestora entrevistada 1).

“Eu falo com absoluta certeza que houve uma mudança profunda na vida dessas mulheres e falo do feminino, porque realmente todo tempo que discutimos escola de tempo integral e que acompanhamos a política habitacional, a presença forte era das mulheres. E elas sempre reivindicavam, às vezes não tinham nem paciência para esperar um pouco a gente ter fôlego de atender determinada demanda, para dar início ao atendimento de outras. Elas se empoderaram tanto que perceberam ser capazes de grandes coisas, de não ser uma dona de casa no limite do que a vida lhe permitia. Elas foram além, buscaram algo mais, perceberam o sentido de lutar” (Gestora entrevistada 1).

“Então, para mim a mudança foi profunda na vida delas porque ao conviver com outras pessoas trocaram conhecimentos e experiências. Este processo foi uma formação de como agir, de como se perceberem como pessoas, de que estariam ali dando encaminhamentos para uma conquista tão necessária para elas” (Gestora entrevistada 1).

Nos relatos acima, da liderança social e da gestora entrevistada, percebem-se visões em níveis diferenciados e/ou complementares no entendimento do empoderamento. A gestora aponta que as políticas públicas construíram condições de autonomia e empoderamento, principalmente no âmbito pessoal, de tomar posse de sua própria vida e, em lutas por outras políticas públicas, como saúde, creches, transporte. As lideranças sociais avançam no sentido

de um empoderamento mais abrangente, considerando lutas mais amplas e gerais da sociedade, de representação institucional, na construção de espaços de um poder social e político e, na busca por igualdade.

Em relação ao empoderamento feminino na perspectiva de gênero, as gestoras entrevistadas apontaram:

“Que as duas políticas são feministas. Que o empoderamento faz com que a mulher lute pelo direitos de ter uma opinião e pelo que acredita, de elevar a autoestima e conquistar seu espaço dentro da sociedade. Uma mulher que acredita em si mesma, transforma o seu lar, o seu ambiente de trabalho e a sociedade como um todo” (Gestora entrevistada 2).

“Que a mulher passa a vivenciar novas práticas sociais e redimensionar sua própria experiência cotidiana, o que permite que se torne sujeito de sua própria vida, ampliando a consciência de que tem direito a ter direitos, resgatando uma dimensão que lhe vem sendo negada pela rigidez das hierarquias de gênero e classe, enquanto mulher e pobre, numa sociedade marcada por desigualdades sociais. E as famílias chefiadas por mulheres é que estão em situação de risco e vulnerabilidade” (Gestora entrevistada 3).

Nestas análises, percebe-se como estes processos participativos das mulheres, em níveis diferenciados, a partir das políticas de Habitação e da ETI/Educação Infantil-creche, contribuíram com o empoderamento pessoal e com possibilidades de novas lutas coletivas. Ao mesmo tempo, mostrou limites na educação política das políticas públicas e na pequena representação política das mulheres. Estas barreiras ainda estão condicionadas ao modelo patriarcal e sexista que impõem e submetem às mulheres com opressões, machismo, preconceitos, violências, desigualdade salarial, dentre outras já citadas, na esfera pública e privada.

Pode-se afirmar que as políticas sociais apresentaram-se como feministas, mesmo com limites no âmbito municipal. Neste sentido, vislumbra-se horizontes para uma construção de maior consciência participativa e política das mulheres e de novas formas de democratização do espaço de representação política para aumentar a participação das mulheres.

3.3 Mobilidade Social, transformações de vidas

Recentemente, as possibilidades de mobilidade social das mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, foram impactadas pelas consequências da crise sanitária do Covid

19; o recebimento do Auxílio Brasil, programa de transferência de recursos federais, como forma de amenizar o desemprego e as dificuldades de trabalho e renda, naquele período e os desmontes das políticas públicas e sociais, destacando-se os retrocessos educacionais, no Sistema Único de Saúde/SUS, na habitação social, na cultura, meio ambiente, dentre outros já abordados anteriormente.

Neste item, reflete-se sobre como as políticas públicas de Habitação Social e de Educação, através da ETI/Educação Infantil-creches, ofereceram condições concretas de sustentação e ampliação de possibilidades de mobilidade social às mulheres beneficiárias, enquanto parâmetro de análise. Trata-se de como estas políticas integradas promoveram mudanças no modo de vida das mulheres beneficiárias, no sentido do desenvolvimento humano, de ascensão social e de possíveis transformações de vidas.

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo, prioritariamente em relação à desigualdade social e de renda, somadas às dimensões de gênero e raça. Frente a esta alarmante realidade socioeconômica e de permanentes instabilidades, as chances de mobilidade social para as classes pobres podem ser pequenas e lentas.

Para melhor compreender o tema da mobilidade social a partir das vivências das mulheres beneficiárias, buscou-se na literatura conceitos e formas de mobilidade que pudessem colaborar na interpretação dessas novas realidades humanas. Nesta direção, os estudos do Ipea (2016, p. 33) apresentam um conceito de que mobilidade,

Essa condição humana por excelência -, é uma prática de inserção social, uma essência do modo de vida praticado pelas pessoas e condição dos lugares. A partir da mobilidade, há a inserção no mercado de trabalho, na vida social, em uma esfera cultural ou religiosa.

As mobilidades social, residencial e do trabalho, conformadas com as vivências das mulheres beneficiárias sujeitas desta pesquisa, encontram-se entre estas diversas formas de mobilidade descritas pelo Ipea (2016). Neste sentido, a mobilidade social é definida como a “ascensão através das classes sociais e de renda”, considerando a[...] “posição social e profissional” (IPEA, 2016, p. 34).

Em outra perspectiva, a de acompanhar e compreender as realidades das populações periféricas e seus projetos de ascensão social, Fontes (2022), traz uma recente reflexão sobre as possibilidades de mobilidade social e do modo de vida destas pessoas. De acordo com o autor,

Falar de modo de vida, significa compreender como as próprias pessoas constroem relações e significados a partir de suas próprias experiências. Ao

priorizar a dimensão da experiência, o que se busca fazer, então, é compreender as estruturas das relações em termos de como estas são vividas e experimentadas, e como os sujeitos as definem e a elas respondem (FONTES, 2022, p. 2).

Nestas avaliações sobre os modos de vida e as experiências das pessoas na busca por crescimento e ascensão social, tornou-se relevante o papel das políticas públicas diante destas realidades e necessidades de se oferecer possibilidade de avanços na condução destes processos de mobilidade social. Neste sentido, as políticas públicas integradas de Habitação Social e de Educação - ETI/Educação Infantil-creches -, contribuíram com essas experiências e com a promoção de mudanças que apontaram perspectivas para as mobilidade social, residencial e do trabalho, impactando positivamente a vida das mulheres beneficiárias.

Em relação à política habitacional, observou-se que a mobilidade social das mulheres envolvidas iniciou-se com a participação nos Núcleos, caminhou no sentido do deslocamento para um novo espaço de habitabilidade e avançou na conquista do direito à casa própria com a titularidade feminina. Acrescenta-se ainda que, para as mulheres, sair do aluguel significou aumento da renda familiar, a destinação destes recursos para outras necessidades, a exemplo de reformas e ampliações da própria casa e outras melhorias de vida.

A conquista da casa própria, como uma política que proporcionou mobilidade social residencial, tornou-se referência de autonomia, segurança, reconhecimento e sucesso. Esta mobilidade social residencial, permitiu a ressignificação de novos espaços de convivência nos residenciais, de uma nova identidade social e a redefinição de novas condições de vida nos territórios urbanos.

Com a escola em tempo integral e as crianças/adolescentes em jornada ampliada, as mulheres empoderaram-se do seu tempo livre e, com isto, tiveram autonomia para fazer novas escolhas em suas vidas. Dentre as novas formas de utilização desse tempo, destacaram-se a busca pela inserção no mercado de trabalho e a volta aos estudos, por cursos de qualificação profissional e desenvolvimento humano. As mulheres perceberam a valorização social e cidadã da educação e do conhecimento em suas vidas, bem como projetaram novas oportunidades de disputarem com chances reais um espaço no mundo do trabalho, com melhores empregos e salários. Neste sentido, as oportunidades oferecidas pela educação e a condição de conseguir uma renda do trabalho, prioritariamente do trabalho autônomo, ampliaram as condições para uma mobilidade socioeconômica.

Sobre as possibilidades de mobilidade e ascensão social das classes populares, pela educação, surgiram duas questões em análise. A primeira, a partir dos relatos e vivências das

mulheres participantes da pesquisa, observou-se que algumas conseguiram uma melhor inserção no mercado de trabalho e em outras atividades, em função do aumento da escolaridade e da qualificação profissional. A segunda, não registrada nos depoimentos, mas presente nos estudos, é sobre a manutenção de barreiras sociais em relação à ascensão das camadas populares, mesmo com o aumento da escolaridade. Ou seja, com raras exceções, a maioria da população pobre e negra estudiosa ainda não tem acesso a melhores salários ou a lugares de reconhecimento social.

Assim, persistem em parcelas da sociedade, em instituições e nos espaços de poder, os preconceitos, as discriminações de classe, de cor e raça, especificamente em relação às mulheres pobres, pretas. De um modo amplo, os motivos geradores destas dificuldades encontram-se ainda nas barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho, no trabalho reprodutivo não remunerado, nas opressões advindas do racismo estrutural e de classe social, nas necessidades de uma maior abrangência das políticas públicas promovidas por um Estado em ação e pela atuação de diferentes níveis de governos, dentre outros. Esta reflexão aponta para uma concepção de Educação pública que esteja, cada vez mais, comprometida com o processo de superação destas desigualdades de gênero, classe social e raça.

Observa-se, ainda, que a partir das políticas públicas integradas de Educação e Habitação Social em Governador Valadares, os impactos de mobilidade social na vida das mulheres, foram vivenciados e respondidos de modo diferenciado, a partir das suas experiências históricas e culturais e de novas expectativas. Neste sentido, a mobilidade social mostrou-se presente em mudanças individuais diante destas conquistas sociais, em modificações coletivas a partir de lutas por estas e outras políticas públicas e em transformações mais abrangentes em suas vidas. As lutas coletivas cotidianas por outras políticas como as de saúde, na educação por mais creches, de infraestrutura social, transporte, projetos sociais, cultura e lazer entre outras, contribuíram na promoção de transformações mais amplas em suas vidas, com maior empoderamento e na perspectiva de uma mobilidade mais abrangente.

Assim, a afirmação dessas políticas, agregadas a outros serviços públicos urbanos, responderam positivamente às realidades e necessidades das mulheres beneficiárias, bem como ampliou sua compreensão e seu sentimento de pertencimento do direito à cidade. Neste sentido, a casa própria e a ETI, deram sinal de serem políticas de mobilidade social residencial e socioeconômica, representando projetos de vida para as classes populares, prioritariamente para as mulheres pobres, especificamente as chefas de famílias.

A seguir, os relatos das mulheres, lideranças beneficiárias e das gestoras, indicam que estas políticas colocaram as mulheres em movimento, de sair do lugar de origem, na busca de

novos sonhos e horizontes para suas vidas.

Nas manifestações das lideranças beneficiárias mostra-se o significado da casa própria e educação como critério de crescimento e ascensão social.

“Quantas mudanças em nossas vidas, quando a gente junta a casa própria com a escola em tempo integral. Eu peguei a chave do meu apartamento, passei no concurso público da Prefeitura em 2010 como Auxiliar de Serviços Gerais (ASP), sou servidora pública, trabalho na educação, na cozinha escolar. Voltei a estudar e agora estou me preparando para fazer faculdade. Considero que pela educação nós temos condições de crescer na vida” (Liderança participante, roda de conversas 1).

E ainda: “[...] Pessoas iguais a ela tem muitas por aí. Justamente por causa das duas políticas que se encontraram, deram condições dessa mulher crescer e desenvolver” (Liderança participante, roda de conversas 1). Ou “[...] a vida mudou totalmente. Uma vida com menos dificuldades, mais prática e possível para as mulheres” (Liderança participante no. 8).

Considerou-se também importante registrar as contribuições das gestoras entrevistadas. Em suas percepções, elas apontam para os resultados transformadores das políticas de redução de desigualdades, o que faz o coração das mulheres, esperar. Assim,

“O ser humano tem uma tendência inicialmente de querer resolver o seu problema e o do outro fica para depois, mas eu tenho uma consciência que a construção do processo no município de Valadares foi pedagógico, ele ensinou, ele deu o caminho para uma construção coletiva. Pode até ser que depois da conquista, houve afastamento. Mas a concepção de que juntas ficam mais fortes, têm a ganhar, aprendem mais, resultou num grande empoderamento das mulheres. E o alcance de políticas públicas tão fundamentais e transformadores na vida das famílias e da população de Governador Valadares” (Gestora entrevistada 1).

Observou-se, por fim, que as mulheres beneficiárias, com maior liderança e poder de participação social/política, dada a percepção do seu empoderamento pessoal e coletivo, apresentaram-se com mais predisposição às mobilidades social residencial e socioeconômica.

A partir dos processos de implementação das políticas integradas de Habitação Social e de Educação/ETI/Educação infantil - creche, da participação social/política e do empoderamento pessoal e coletivo, criaram-se condições, possibilidades e formas de mobilidade social para as mulheres beneficiárias. Neste sentido, as principais conquistas que impactaram na sua mobilidade social foram a casa própria, o emprego, o trabalho e a geração

de renda, principalmente dos trabalhos informais autônomos, a educação, através da volta aos estudos e da qualificação profissional.

Ao final desta reflexão sobre os impactos das políticas na vida das mulheres, a partir dos relatos das participantes da pesquisa, considerou-se importante destacar todo o processo vivido, considerando os acertos das políticas integradas de Habitação e da Educação/ETI/Educação Infantil - creche que impactaram a vida das mulheres beneficiárias de diversos modos: na construção da sua autonomia, independência, na participação social/política em diversos e diferentes níveis de poder e nas oportunidades de mobilidades social residencial e do trabalho.

Como primeiro fator, vale retomar o grande significado da política habitacional: na construção participativa da AHNT e dos Núcleos; na dimensão do programa e conquista da casa própria para milhares de famílias, de maioria de mulheres, com a titularidade, que criou condições para viabilizar sua autonomia, independência; na mobilidade social residencial que deu condições de novos movimentos ascendentes em suas vidas na superação da invisibilidade, na construção de novas identidades e no reconhecimento social.

Do ponto de vista do direito à cidade, a política de Habitação Social implementada no Município contribuiu para além de resolver o déficit habitacional, para atender os diversos modelos de famílias que mais precisavam, especificamente as mulheres. A política habitacional também participou ou contribuiu na construção de um planejamento de cidade, com políticas públicas integradas que atenderam a população nas prioridades de educação, saúde, transporte, infraestrutura, lazer e segurança, entre outras, o que aponta para um horizonte de uma cidade inclusiva e democrática. Essas políticas públicas abrangentes, com ofertas de novos serviços públicos, avançaram nas condições de melhor mobilidades social residencial e do trabalho.

A Escola em Tempo Integral (ETI), como um direito social das mulheres e das crianças e adolescentes, contribuiu para uma política pública na perspectiva de gênero. A ampliação da jornada escolar, da Educação Infantil até o nono ano do Ensino Fundamental, trouxe uma nova dimensão de utilização do tempo para as mulheres.

O empoderamento do seu tempo livre pelas mulheres beneficiárias deste modelo de escola possibilitou a construção de sua autonomia. A ETI organizou novas rotinas familiares, viabilizou possibilidades de oportunidades e mobilidade para as mulheres mães, avós, chefas de famílias, mães solo, trabalhadoras, e permitiu escolhas diante do tempo e do cuidado. As mulheres beneficiárias buscaram o ingresso no mercado de trabalho, de carteira assinada ou não, ser empreendedoras ou fazer outros trabalhos informais, iniciar ou completar os estudos para aumentar sua escolaridade e sua formação profissional, concluindo o ensino fundamental

e chegando ao nível superior, ter atenção aos cuidados pessoais como saúde, lazer, entre outros. A educação cumpriu um papel fundamental no processo de oportunidades e mobilidade social, dado que a educação constrói confiança, confere dignidade, amplia horizontes e perspectivas de vida. Reforça-se, assim, o argumento de que a ETI é uma política pública feminista, de ampliação de direitos e de avanços nas possibilidades de mobilidade social das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de partida desta pesquisa, dada a relevância das mulheres e sua relação com as políticas públicas e sociais, buscou-se compreender de que modo uma gestão feminina contribuiria com a participação das mulheres na construção destas políticas. E de maneira específica, como a gestão feminina contribuiria com esta participação na política de Educação e de Habitação Social. Também buscou-se compreender, do ponto de vista da política pública social, como a intersectorialidade/ integração das duas áreas, a Educação e a Habitação, iria impulsionar a presença das mulheres e produzir impactos na sua vida.

Na perspectiva de gênero, a pesquisa buscava responder como a participação das mulheres na própria construção de tais políticas proporcionaria autonomia, empoderamento e inclusão socioeconômica, entendidos como fatores basilares da promoção e mobilidade social. No campo da Educação, a implantação da ETI/Educação Infantil – creches, levaria a observar o papel da segurança estatal em relação às/os filhas/os na ETI e o conseqüente tempo livre das mulheres mães, como elementos possibilitadores na medida em que permitem fazer escolhas como as de encampar oportunidades para o mercado de trabalho, qualificar-se profissionalmente e participar de ações comunitárias. Da mesma forma, no tocante ao campo da Habitação Social, a implementação pelo Município de políticas articuladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) federal e a conseqüente conquista da casa própria com a preferência da titularidade, poderiam impactar a vida das mulheres beneficiárias, como mães, pobres e pretas, nos territórios locais, de modo a reforçar a autonomia, independência e o empoderamento.

A pesquisa também buscava perceber e analisar a trajetória social das mulheres beneficiárias das políticas de Educação e de Habitação, como trajetória enredada na intersectorialidade/ integração dos campos, portanto relacionadas com os possíveis resultados da promoção, mobilidade social e transformações de vidas, possibilitadas por tal integração. E se procuraria saber, ainda, em que medida o poder de participação social às mulheres avançaria no sentido de um empoderamento mais amplo, despertando o desenvolvimento da consciência crítica, da luta coletiva por direitos, por igualdade de gêneros e em posicionamentos em diversos setores da sociedade, com potencial emancipatório.

Diante dos objetivos que sustentaram a viabilidade desta pesquisa, considerou-se relevante, no conjunto, lembrar os contextos históricos de desenvolvimento das políticas públicas e gênero e, também, considerar as contribuições da literatura sobre a participação das mulheres na construção democrática destas políticas sociais, com uma compreensão que

permeou todo o processo. A intersectorialidade/integração das políticas sociais de habitação e educação destaca-se pelo acúmulo destas duas políticas e pelos resultados positivos na vida das mulheres, possivelmente com consequências dessa integração nas transformações que ocorreriam na vidas das mulheres beneficiárias. Tanto o desenvolvimento quanto a observação destas transformações tiveram como parâmetros de análises a promoção da autonomia desses sujeitos, do empoderamento da mulher e nas oportunidades de sua mobilidade social. Sendo assim, pretendeu-se de um modo geral compreender como a articulação das políticas de educação e de habitação social impactaram a vida de milhares de famílias pobres e em situação de extrema pobreza, especificamente as mulheres mães, pobres, pretas, mães solo, chefas de famílias e/ou trabalhadoras, nos diversos territórios da cidade.

No percurso da pesquisa e na análise do conjunto dos resultados dois elementos destacaram-se a participação popular das mulheres na construção, no acompanhamento e na fiscalização das políticas públicas de Educação e de Habitação e a dimensão dada à intersectorialidade/integração, como prática de gestão, das políticas de Educação – ETI e de Habitação Social. Ambos os elementos agregaram densidade nas conceituações e nos resultados concretos destas políticas, impactando positivamente a vida das mulheres.

A pesquisa tornou possível a produção e o registro de relatos históricos e potentes de vivências, extraídos das participantes do processo, entrevistadas, em três grupos, a saber: as mulheres beneficiárias, as lideranças sociais e as gestoras públicas, em uma administração municipal feminina.

Ao lado destes elementos citados, o adensamento da experiência e da pesquisa se deu na medida em que se investiu na conquista da autonomia, independência, na fundamental participação social e no empoderamento da mulher. No centro do processo verificaram-se significativa mobilidade social residencial e socioeconômica, com reais transformações de vidas.

Apresenta-se assim, no texto, o conjunto de ações que promoveram a participação intensa de mulheres nas decisões políticas e da gestão pública, os acertos em torno da intersectorialidade/integração das políticas sociais de Educação – ETI e Habitação Social, como um modelo inovador de ações e soluções públicas

O conjunto dos processos participativos, como eixos estruturantes, que acompanham os desenhos das políticas públicas, constituiu-se ao longo das últimas décadas, como modelos experimentados e com resultados bem sucedidos nas gestões de perfis progressistas, em especial, em governos democráticos-populares.

No município de Governador Valadares, a participação popular enquanto orientação política e marca de governos democrático-populares, consolidou-se nas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), nos períodos de 2001/2004 e 2009/2016. Este modelo participativo destacou-se nas diversas etapas da gestão pública, desde a elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas e sociais.

O processo de participação popular nos diversos espaços de poder, considerando os movimentos sociais e/ou de ações estimuladas pelo poder público, a partir das políticas sociais de Habitação Social e Educação - ETI, distinguiu-se por tempos diferentes de construção política e por um conjunto próprio de iniciativas. Os movimentos sociais manifestaram-se por lutas específicas frente às políticas sociais e à gestão pública.

O movimento de moradia, originário das ocupações urbanas, destacou-se pela histórica, intensa e decisiva participação das mulheres na construção da AHNT, na organização dos Núcleos e na política habitacional, ultrapassando vários governos municipais. Neste tempo de construção política, evidenciou-se o fortalecimento da organização popular e das lideranças sociais, considerando as experiências dos governos democráticos populares do PT, principalmente em função do atendimento às demandas de moradias para as famílias sem-casa.

A participação popular na construção da ETI ocorreu em diversos espaços e formas de atuação, através da comunidade escolar, das famílias e do movimento sindical do serviço público. O ano de 2009, foi de intensa preparação e organização do projeto político pedagógico, dos estudos e debates sobre a concepção do modelo da ETI, da preparação das professoras e professores, através de reuniões, seminários de planejamento. As famílias foram convidadas à participação através das escolas, nas diversas regiões da cidade e do campo.

O sindicato das/os servidoras/es públicos compareceu com questionamentos em relação à implementação da escola em tempo integral. De maneira específica, posicionou-se na defesa dos profissionais da Educação quanto ao aumento da jornada de 40h e salários proporcionais à extensão deste horário, bem como na defesa da proposta de remodelar primeiro os espaços físicos, para depois fazer a ampliação da jornada escolar. Os profissionais da Educação (professores/as) foram os mais desafiados diante da nova proposta educacional. As reações foram diversas, desde a aceitação da ETI, como uma proposta educacional ousada e inovadora, até a sua rejeição em função da nova jornada, dos espaços físicos, das dificuldades de moverem-se do lugar já estabelecido e das incertezas quanto ao futuro. Este processo despertou também a atenção das famílias, que ficaram mais participativas no acompanhamento da implementação da ETI. Por um lado, abraçando a nova escola e por outro, com receios sobre os novos tempos escolares em suas vidas, em relação ao cuidado e a segurança das crianças e adolescentes.

Entre os movimentos populares de representação de bairros e regiões do município, destacaram-se a participação proativa das associações de moradoras/es, no OP das comunidades, no fazer da política em prol das necessidades populares nos territórios mais vulneráveis.

Na perspectiva de gênero, as iniciativas governamentais de estímulo à participação popular na construção das políticas sociais, de Habitação Social e de Educação - ETI, ocorreram de diversas formas e em vários espaços de poder decisório, envolvendo os seguintes itens:

A parceria consolidada com a AHNT/organização dos Núcleos durante todo o processo de construção da política habitacional e da agregação de outras políticas públicas; a entrega de milhares de moradias s famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; as prioridades nas escolhas e no atendimento às mulheres, garantindo o direito social à moradia adequada, a conquista da casa própria e com preferência da titularidade; os impactos positivos na vida das mulheres beneficiárias, possibilitando que novas conquistas sociais viabilizassem e sustentassem a sua independência, segurança, liberdade, empoderamento e reconhecimento social.

Na ETI, as diversas formas de participação democrática foram manifestadas pela comunidade escolar e as famílias, com contribuições ao longo da formulação, da implementação e de seu permanente funcionamento.

Na comunidade escolar, percebeu-se um tempo de preparação através de reuniões, estudos, seminários e debates sobre os diversos temas que envolviam a implementação da nova política educacional. Destacam-se nesta preparação a concepção e estratégias do modelo de escola em tempo integral e com formação integral, a produção de novos conteúdos curriculares, a nova jornada de 40h para professoras/es e a organização dos espaços escolares.

Nas famílias impactadas diretamente pela ETI, a participação ocorreu nas escolas, nos diversos territórios locais. As famílias representadas, quase sempre pelas mães e/ou pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes, tiveram orientações sobre o funcionamento do novo tempo escolar. De parte das mães, houve preocupações ao deixarem seus filhos e suas filhas muito tempo na escola, o que eles estudariam neste horário de 8hs, como seria a segurança, a alimentação e o cuidado. Diante destes desafios apresentados, e com o tempo de preparação, a comunidade escolar e as famílias tiveram melhor compreensão da dimensão do projeto estruturante da ETI, da necessidade de um planejamento de implementação e consolidação de longo prazo, e com grandes investimentos públicos.

Durante o processo de implementação da ETI, deparou-se com as resistências de parte da comunidade escolar, lideradas pelas professoras/es; do sindicato das/os servidoras/es

públicos que abraçou a defesa dos profissionais da educação; pelo tamanho dos recursos públicos necessários e pelas dificuldades de uma nova organização dos prédios escolares. Registra-se também as dificuldades de aceitação da ETI e adaptação das/os estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Nos relatos das mulheres beneficiárias, lideranças sociais e gestoras, afirmou-se que as resistências iniciais, já descritas, foram debatidas com a comunidade escolar, com a representação sindical da educação e com as famílias nos territórios, como forma de superação das incertezas e desafios gerados no processo. E que esse debate apontou para a construção permanente de aperfeiçoamento e a busca da qualidade da educação na nova política educacional, a ETI.

Destacou-se nestes relatos, a melhoria da aprendizagem pelas oficinas intercaladas com os conteúdos, a qualidade e quantidade da alimentação escolar, como projeto de segurança alimentar de combate à fome e de redução da desnutrição infanto-juvenil. Foram mencionadas as dificuldades vivenciadas com a ampliação dos espaços escolares, que foram executados de forma gradativa, a resistência dos profissionais da educação e a adaptação das/os adolescentes, e os questionamentos sobre os recursos públicos para sustentação da ETI. Conforme os relatos, as mulheres beneficiárias apresentaram demandas de ampliação das creches, como uma enorme necessidade para as mulheres, principalmente, no trabalho.

Outro ponto em que houve intensa participação das mulheres foi o do orçamento participativo. Nos processos participativos do OP que se estabeleceu nos primeiros anos dos governos, destacou-se o OP criança e adolescente da ETI, como um marco histórico e um novo modelo de democracia na comunidade escolar, a partir das crianças e adolescentes.

As mulheres beneficiárias destacaram também em seus relatos a força social e política dos processos participativos, na construção da política de habitação, que a AHNT e os Núcleos organizados, com seus participantes de maioria mulheres, protagonizam/lideraram: isto se deu em relação a ações fundamentais, tal como as escolhas das famílias e mulheres beneficiárias. A representação no Conselho Municipal de Habitação contribuiu na definição, elaboração, acompanhamento e fiscalização da implementação da política e houve lutas permanentes pela articulação com outros equipamentos públicos, ou seja, com a luta por mais creches, saúde – estratégia de saúde da família (ESF/SUS)), assistência social, transporte público, cultura e lazer.

Neste sentido, a participação das mulheres na construção das políticas sociais de Habitação Social e de Educação - ETI/Educação Infantil – creches, a partir das lideranças da AHNT/coordenadoras de Núcleos, da comunidade escolar e das famílias na ETI, afirmou-se assertiva nas decisões políticas seja pela construção participativa aberta ao diálogo, pelo

respeito democrático às posições divergentes e à crítica necessária, seja no aperfeiçoamento permanente da gestão e no fortalecimento das organizações sociais. Sendo assim, a participação democrática das mulheres na formulação, acompanhamento e fiscalização destas políticas, resultaram em profundas mudanças em suas vidas.

As mulheres beneficiárias foram impactadas positivamente com a implantação da escola em tempo integral em toda a rede municipal de ensino a partir de 2010, com novos desafios e impactos para toda a comunidade escolar, famílias e territórios locais. Na ETI, com a reorganização de um novo tempo escolar, especialmente para crianças e adolescentes, destacam-se os novos papéis que passaram a ser desempenhados no espaço familiar pelas mulheres, sejam elas mães, avós, chefas de famílias, ou mesmo, trabalhadoras. Com a ETI, abriram-se novas perspectivas para as mulheres organizarem melhor seu tempo livre, reduzindo a sobrecarga do seu trabalho reprodutivo e doméstico. A nova jornada escolar ampliada com a permanência das crianças e adolescentes entre 8 e 10 h na escola oferecendo proteção, cuidado e segurança, construiu possibilidades para viabilizar a autonomia das mulheres, que deste modo puderam fazer novas escolhas em relação à sua vida pessoal, familiar, profissional e de participação comunitária. De fato, fica reforçado que com a ETI, considerando a ampliação da política de escolas de educação infantil - creches, avançou-se de modo importante na promoção da autonomia, no empoderamento e na mobilidade socioeconômica das mulheres, com o seu retorno aos estudos e uma maior inserção no mercado de trabalho.

A viabilidade da autonomia e da mobilidade socioeconômica das mulheres através da ETI, considerando seu tempo mais disponível e suas novas escolhas, encontrou respostas sustentáveis, conforme os relatos das participantes. As entrevistadas reafirmaram o valor, neste sentido, das diversas iniciativas em relação à inserção no mercado de trabalho e de geração de renda, à compreensão da importância da educação como processo de ascensão social, a partir do retorno aos estudos e/ou na busca de uma melhor qualificação profissional, na participação social/ política, com a presença nas lutas dos movimentos organizados, nos espaços de poder pela representação política e na vida comunitária, de um modo geral. Afirma-se, assim, que a ETI, contribuiu na construção de impactos transformadores na vida das mulheres beneficiárias, considerando suas escolhas nos diversos espaços de poder e de decisão e dos seus projetos de vida, no presente e futuro.

Em relação à política de Habitação Social implementada no município e articulada com o programa federal – PMCMV, as mulheres beneficiárias expressaram, de modo contundente em seus relatos, a fundamental importância da conquista do direito à moradia adequada e da posse da casa própria, em suas vidas e das suas famílias. Elas destacaram como fundamental a

participação social/política da AHNT e dos Núcleos organizados, com maioria de coordenadoras, na construção da política. Afirmaram o resultado exitoso da política habitacional municipal diante da inclusão de milhares de famílias e mulheres beneficiárias à sua casa própria com a preferência na titularidade, bem como sobre o acerto da integração com a Educação – ETI e com outras políticas públicas. Afirmaram, ainda, ser este o maior programa de habitação social que tiveram na história do município de Valadares.

Para as mulheres beneficiárias, a conquista do direito social à sua casa própria associada à sua titularidade, revelou-se como um fator fundamental para sua autonomia, pois lhes garantiu um espaço seguro e particular, onde vivem com mais independência. Como titular de sua casa, as mulheres conquistaram o controle sobre o espaço e sua utilização, bem como permitiu tomar decisões em outros aspectos de sua vida, tendo força, coragem e sustentação para superar dependências e formas de violência, especificamente, a violência doméstica. As mulheres beneficiárias então, tornaram-se mais independentes, sentiram-se livres e seguras, empoderadas pela autoestima, pela visibilidade, reconhecimento social e mobilidade social residencial.

A política habitacional adequada proporcionou às mulheres o acesso a moradias com infraestrutura social, em locais integrados aos territórios, com maior segurança e acessibilidade. Neste sentido, o conjunto integrado de políticas públicas e sociais colaborou para que as mulheres participem de modo mais pleno na vida pública e econômica, construindo novos processos na direção da redução da desigualdade de gênero.

A importância da intersectorialidade/integração das políticas sociais tem-se afirmado em diversas experiências de gestões, em diferentes níveis de governos. Neste sentido, a experiência vivida nos temas da ETI e da Habitação Social também colaboraram com o debate setorial, dado que a Educação e Habitação tem a ver com saúde, assistência social, meio ambiente, cultura, transporte, dentre outros. Esta aposta na integração de ações, saberes e esforços tem contribuído para o enfrentamento de problemas sociais complexos e multidimensionais e que precisam ser resolvidos de forma mais abrangente.

Em Governador Valadares, na gestão pública municipal, confirmou-se o acerto dado à dimensão da intersectorialidade/integração das políticas sociais de Educação – ETI e de Habitação Social junto ao público alvo: as mulheres, famílias e territórios locais. A intersectorialidade contribui na celeridade da busca de soluções diante das dificuldades encontradas e no avanço da implementação destas políticas, dada sua complexidade e os novos desafios.

A novidade da intersectorialidade/integração destas políticas como projeto social e como mecanismo de gestão pública envolveu movimentos organizados, com destaque para o

movimento de moradia - AHNT/coordenadoras de Núcleos e a participação da comunidade escolar e de famílias nas escolas e nos territórios locais, estimulados pela política participativa do governo municipal.

Esta integração das políticas sociais com os movimentos organizados e a presença das mulheres da e na gestão pública, contribuiu com os objetivos de avançar na implementação dessas políticas na perspectiva de gênero, com resultados efetivos, eficazes e transformadores na vida das mulheres beneficiárias.

A intersetorialidade/integração das políticas de Educação – ETI/Educação Infantil e de Habitação social e suas ações práticas/realizações acumulou um conjunto de resultados significativos na vida das mulheres. Estes resultados são compostos por vários parâmetros, de autonomia, independência; de participação social/política, empoderamento; e mobilidade social, como parâmetros transformações das ações políticas e dos projetos das vidas. São parâmetros que permitiram às mulheres sair de seus lugares, moverem-se na busca de outros direitos e políticas públicas e alçarem novos voos, com o propósito mais corajoso e ousado em seus horizontes de vida.

Na perspectiva de gênero, o conjunto dos resultados a partir das políticas integradas de Educação –ETI/Educação Infantil - creches políticas e de Habitação Social, considerando as ações públicas e a participação das mulheres, apontaram novos caminhos na construção da autonomia, da independência, da segurança, da liberdade e da participação em diversos espaços de poder decisório, com empoderamento, mobilidade social residencial e socioeconômica.

Este processo democrático e participativo das mulheres, com a novidade e força da intersetorialidade/integração das políticas sociais, promoveu o conjunto de resultados transformadores por acumular também no sentido da interconexão destes parâmetros.

Como eles estão relacionados entre si, merece destaque o aprofundamento da percepção sobre a mobilidade social residencial e socioeconômica das mulheres beneficiárias, dado os limites impostos à sua ascensão social em instituições e em espaços decisórios de poder em função de preconceitos e discriminações de classe, de cor e raça, especificamente as mulheres pobres, pretas, LGBTQIAP +. De um modo mais abrangente, os fatores estruturais geradores destas dificuldades encontram-se nas desigualdades de gênero (divisão sexual do trabalho, desvalorização do trabalho reprodutivo), nas desigualdades socioeconômicas (falta de acesso à educação, oportunidades limitadas de empregos formais com melhores salários) e nas opressões advindas de classe social e do racismo estrutural. Neste sentido, percebeu-se que pelos perfis e relatos das mulheres beneficiárias, mesmo se elas tiveram uma certa mobilidade residencial e socioeconômica, elas permaneceram, entretanto, em situação de pobreza e não tiveram ascensão

às estruturas sociais de classe e de renda.

Em relação às mulheres que cresceram em níveis de escolaridade (ensino médio e superior), analisou-se que houve uma alteração nos extratos sociais do mundo do trabalho, que migraram da pobreza, mas esta ascensão social não alcançou os considerados níveis médios da sociedade. Esta constatação remete-nos às necessidades de lutas mais amplas na sociedade, por igualdade salarial e de gênero (trabalho igual, salário igual) e de novas conquistas emancipatórias.

É preciso enfatizar que os resultados transformadores que impactaram a vida de milhares de mulheres beneficiárias, a partir das políticas sociais de Educação – ETI/Educação Infantil - creches e Habitação Social, originaram-se da participação dessas mulheres na construção destas políticas, no estímulo à participação popular nos espaços de poder de decisão e implementação das mesmas, pelo projeto do governo municipal e pelo acerto no planejamento de construção da intersectorialidade enquanto modelo inovador, que ao mesmo tempo viabilizou o funcionamento dos referidos parâmetros norteadores de autonomia, independência; de participação social/política, empoderamento e a mobilidade social, como transformações de vidas.

Neste sentido, a afirmação destas políticas integradas, agregadas a outros serviços públicos, respondeu positivamente às realidades e necessidades das mulheres beneficiárias em situação de vulnerabilidade, ampliando seu sentimento de pertencimento e do direito à cidade. A integração da casa própria e a ETI deram sinais de serem políticas sociais para mulheres, feministas, com autonomia, independência, empoderamento e mobilidade social residencial e socioeconômica, representando projetos de vida para as classes populares, prioritariamente para as mulheres pobres, pretas, especificamente as chefas de famílias.

Durante o tempo da gestão pública municipal percebeu-se que nos processos de construção destas políticas públicas e sociais, sobretudo na Educação, os resultados da gestão na vida da população são de médio a longo prazo, dado que novos projetos demandam tempo para amadurecimento e consolidação. Esta experiência e observação de gestão encontrou respaldo ou confirmação nos relatos das lideranças sociais e das mulheres beneficiárias. Elas denunciaram de forma contundente a ocorrência de desmontes estruturais das políticas de Educação e da Habitação Social em um curto prazo.

Em relação à ETI, as mulheres entrevistadas manifestaram-se sobre a ocorrência de redução do horário de funcionamento da educação infantil, principalmente das creches. Denunciaram, ainda, a extinção da ETI nos anos finais do ensino fundamental, o que consideram prejudicial para as/os adolescentes. As mulheres fizeram críticas também sobre a

diminuição do número de refeições, considerado fundamental para o desenvolvimento das crianças e apoio às famílias. Em uma das entrevistas chegou-se mesmo a afirmar que estes retrocessos ocorreram tanto pelo descompromisso social e educacional da atual gestão municipal quanto pela ausência de uma força social organizada das mulheres nas comunidades para lutar pela educação e creches. A entrevistada chega a afirmar de modo irrefutável que a ETI, no modelo original, não durou uma década. Estes desmontes estruturais da ETI por outras gestões municipais atuais, somados ao silêncio das mulheres beneficiárias, das famílias e da comunidade escolar, apontam-se como desafios que merecem reflexão, aprofundamento e consideração com novas lições que precisam ser apreendidas.

Sobre a política habitacional, participantes entrevistadas referem-se à destruição do PMCMV nas faixas populares de renda, a nível federal, e que projetos e obras em andamento no município remontam ainda à gestão do PT, nos períodos de 2009 a 2016. Registram o ritmo lento nas construções dos residenciais e na redução das entregas das unidades habitacionais. Denunciam, também, que um conjunto habitacional de duzentos e quarenta (240) unidades encontra-se com suas obras inacabadas, desde a gestão anterior. Da mesma forma, refletiu-se sobre os recuos da organização da AHNT/coordenadoras de núcleos, que se fortaleceram em governos democráticos e populares, mas que recuaram em outros governos de perfis autoritários. Afirmou-se que nestes tempos de governos de perfis conservadores são necessários movimentos fortes e bem estruturados, para evitar retrocessos e ter continuação no atendimento das demandas, especificamente por moradia, pois que o *déficit* ainda é grande. Percebeu-se então, uma certa desmobilização dos Núcleos de base e uma posição mais discreta da AHNT, diante da ausência de novos projetos municipais e dos cortes de recursos federal, do ex-governo da extrema direita.

Registrou-se que, mesmo com o conjunto dos resultados transformadores promovidos pela intersectorialidade/integração das políticas sociais de Habitação Social e de Educação – ETI, as mulheres beneficiárias mostraram a importância de outras políticas para mulheres na perspectiva de gênero, como a ampliação da política de creches e escolas de tempo integral, a educação e a qualificação profissional, mais moradias, a saúde com novas equipes de estratégias de saúde da família e especialidades médicas/SUS, o trabalho e a geração de renda, a cultura e o lazer.

Por final, as principais contribuições deste trabalho de pesquisa consolidaram-se na observação da importância das mulheres como um eixo condutor central nas políticas públicas de Educação –ETI/Educação Infantil – creches e Habitação Social, tanto na sua construção e implementação quanto nos impactos positivos que se produzem. A pesquisa de campo, a partir

das mulheres entrevistadas, produziu e registrou relatos potentes de mulheres e expôs o significado transformador destas políticas sociais em suas vidas. A pesquisa também deu visibilidade ao papel da participação social como lugar de decisão política de um governo democrático-popular e da importância da construção de alianças estratégicas com movimentos organizados existentes, ampliada com ações governamentais próprias, permeando todo o processo.

A pesquisa projetou ainda a experiência da ETI como uma política que converge com outras políticas sociais e que contribuiu com mais qualidade de vida para crianças, adolescentes e as mulheres. Outro resultado fundamental da pesquisa foi a observação de que a partir da jornada escolar ampliada as mulheres se apoderaram de seu tempo livre, alcançando autonomia e novas escolhas, como a inserção no mercado de trabalho e estudo.

Destaca-se também na pesquisa a implementação e dimensão da política de Habitação Social, a partir da conquista da casa própria com preferência da titularidade, que conferiu para as mulheres segurança, independência, liberdade, visibilidade e reconhecimento social.

Com relação à intersectorialidade/integração, como prática de gestão, observou-se como estas políticas em foco acumularam resultados sociais impactantes na vida de milhares de mulheres, na promoção de sua autonomia, empoderamento e mobilidade; na colaboração ao debate setorial e na integração com outras políticas públicas, de saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, geração de emprego e renda, infraestrutura social, transporte público e de como estes arranjos de políticas públicas podem contribuir na revelação e/ou superação dos ciclos geracionais de pobreza, miséria e desigualdade. Assim, também a apresentação da prática destas políticas integradas sistematiza um importante conhecimento público e que pode subsidiar o conjunto das políticas públicas, principalmente nas gestões municipais.

Desta forma, a prática das políticas de Educação - ETI e Habitação Social com a amplitude de outras políticas, pode contribuir no avanço do processo de emancipação das mulheres beneficiárias, do ponto de vista socioeconômico, político e cultural. Este conjunto de políticas colaborou no apoio à reprodução social das mulheres e famílias beneficiárias, nas lutas pela superação das diversas formas de opressões e violências cotidianas e na busca pela igualdade de gênero. “Não há justiça econômica, social e ambiental sem justiça racial e de gênero. As mulheres pobres, pretas, LGBTQIA+ são as mais impactadas pelas desigualdades”. (Oxfam Brasil, 2023).

Nesse horizonte emancipatório das mulheres, a construção de possibilidades políticas aponta para a necessidade das mulheres, como força social organizada, estarem em marchas permanentes, vivenciando novas organizações coletivas e criativas, e para a consolidação de

novos direitos, de maior representação política e a busca pela igualdade de gênero, classe social e raça.

Há urgência de criar e construir agendas transversais de políticas públicas, na perspectiva feminista, primordialmente na Política de Educação, nos diversos espaços de poder e esferas de governos, apontando para uma política de Estado. Neste sentido, destacam-se as potentes iniciativas do atual governo do Presidente Lula, de construir políticas públicas e sociais na perspectiva de gênero e raça, de maneira transversal, perpassando o governo federal. Esta fundamental escolha política de gênero e raça nas ações do governo, pode inspirar novas práticas em outras esferas de poder, nos meios de comunicação e na sociedade.

O processo de participação social é fundamental e estratégico na construção das políticas públicas de forma a criar oportunidades para o futuro de um País democrático, livre e soberano. Nesta mesma direção, as lutas mais amplas pela transformação desta sociedade ainda de opressões, explorações e discriminações de gênero, classe social e raça, a fim de se conduzir para a superação do sistema capitalista que sustenta todas formas de explorações e de desigualdades, no horizonte de construção de outra sociedade possível, a socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Raissa Barbosa. **Mulheres-Negras e Políticas para Mulheres**: analíticas decoloniais sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40474>>. Acesso em: 25 out. 2021.

BANDEIRA, L. M. & ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista Do CEAM**, v.2, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 9394/1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 10.257/2001. Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 15 set. 2021. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11340/2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 6094, de 27 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília - DF, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Programa Minha Casa, Minha Vida. Lei n. 11.977 de 09 de julho de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11977&ano=2009&ato=c46ATSU90dVpWT821>>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Programa Mais Educação. Decreto n. 7083 de 27 de janeiro de 2010**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.083%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Programa Minha Casa, Minha Vida. Lei n. 12.693 de 24 de julho de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>

ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112693.htm#:~:text=4%C2%BA%20C3%89%20a%20Uni%C3%A3o%20autorizada,e%20investimento%20de%20sociedades%20empresariais%2C>. Acesso 30 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM)**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, 2013. **Plano Nacional em Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/PNEDH2013.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 - 2024)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV/2011)**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Aprova o Manual de Instruções para Seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Portaria n. 412/2015**. Publicada no Diário Oficial da União de 07 de Agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/01102015_Portaria_n_412_2015_-_Seleo_de_Beneficiarios_PMCMV.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa mais educação: passo a passo**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8145-e-passo-a-passo-mais-educacao-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 out. 2021.

CAMPOS, M. L. A Titularidade Feminina em Programas Habitacionais e a Construção Da Cidadania: Uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). **Revista Prelúdios**, Salvador, v.8, n. 8, p. 35-60, jul/dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/23843>>. Acesso em: 15 set. 2021.

CRUZ, Maria do Carmo M. T; MARCONDES, Mariana Mazzini. Intersetorialidade e transversalidade: um olhar sobre o Brasil Carinhoso (2012 – 2015). **IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI – EnAPG 2022**. Disponível em: <<http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/14da92f2bdaec7f2218042a5b6124570.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005. Disponível em: <<https://catalog.lib.uchicago.edu/vufind/Record/6671304/Details>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 4, p. 160, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=ptBR&user=nmQBvmYAAAAAJ&citation_for_view=nmQBvmYAAAAAJ:0EnyYjriUFMC>. Acesso em: 26 out. 2021.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; NODARI, Eunice Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira De História (IMPRESSO)**, v. 39, p. 141-162, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/WVJHkHCGb8HXBRrPX9hjYCV/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas Públicas: iniciativas de governos subnacionais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FARAH, Marta F. S.; DINIZ, Ana Paula R.; MARCONDES, Mariana M.; YOUSSEF, Laís M.; SILVA, Maria Camila F. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983 – 2015). **Cad. EBAPE.BR**, v.16, n.3, Rio de Janeiro, jul./set. 2018. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/64868/72437>>. Acesso em 15 jan. 2023.

FERRAZ, Miriam O. K.; ADDOR, Nicolas; NETO, José Osório, N. Políticas públicas de gênero na educação: uma análise para o desenvolvimento. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 14, n.3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/31721>>. Acesso em: 15 set. 2021.

FONTES, Leonardo. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2020- 2016). **DADOS**, Rio de Janeiro, vo. 65 (4): e20200132, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.4.277>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

GODINHO, Tatau. Políticas Públicas e igualdade de gênero. In _ “Construir igualdade combatendo a discriminação”. **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**, 8, p.188. São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar n. 129, de 09 de novembro de 2009**. Disponível em: <<https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-legislacao/info/lei-complementar-129-2009/858>>. Acesso em: 31 out. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. **Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM)**, 2014. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx?cdLocal=12&arquivo=%7BCD22BADB-C28B-AB1C-603A-8D080E3ADDBA%7D.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação – SMED. **Escola de Tempo Integral**. Cadernos de Diretrizes Curriculares 1, 2009. Disponível em:<<https://www.google.com/search?q=Governador+Valadares.+Secretaria+Municipal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Caderno+1&dq=Governador+Valadares.+Secretaria+Municipal>>

+de>. Acesso em: 23 out. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação – SMED. Escola de Tempo Integral. Conferência Municipal de Educação do Campo.

Documento Referência, 2013. Governador Valadares – MG. Disponível em:

<https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Documento_de_referencia_a_Educacao_do_Campo?cdLocal=2&arquivo=%7BB8BCBCD1-0C06-EDAE-AEBA-8AEAAB2A026E%7D.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Governo – SEGOV. **Lei n. 5820 de 17 de março de 2008**. Governador Valadares, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/g/governador-valadares/lei-ordinaria/2008/582/5820/lei-ordinaria-n-5820-2008-altera-a-lei-n-4856-de-16-de-abril-de-2001-que-cria-o-conselho-municipal-de-habitacao-de-governador-valadares-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 31 out. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLHISGV**, 2008. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Plano+Municipal+de+interesse+social+de+Governador+Valadares+de+2008&oq=Plano+Municipal+de+interesse+social+de+Governador+Valadares+de+2008&aqs=chrome.69i57.54728j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN. Política Municipal de Habitação de Interesse Social: **Documento Experiência da Política de Habitação de Governador Valadares**, 2009. Disponível em <<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox?projector=1>>. Acesso em: 22 out. 2021.

GUIMARÃES, Cristiana Maria. Entre o Progresso e a Incompletude da Modernidade. Belo Horizonte, BH. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 14 – n. 15 – dezembro 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaurbanismo/article/view/817>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

HEIN, C. D. S. **Revista: Mulheres da União em Luta: na construção do direito à cidade**. União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo. Edição 01, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://hic-al.org/wp-content/uploads/2020/12/Revista-Mulheres.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro, 2000**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro, 2008**. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro, 2009**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Educacional, 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5908>. Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31 out. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009 -2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27 out. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 24 out. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da educação Básica 2016. Notas estatísticas**. Brasília DF | Fevereiro de 2017. https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Repositório do Conhecimento do IPEA**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados de Governador Valadares**. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3127701-Governador-Valadares-MG>. Acesso em: 30 out. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. Brasília: Ipea : ITDP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9198/1/Mobilidade.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência, 2018**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/49/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 30 out. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência, 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia>. Acesso em: 30 out. 2021.

LACERDA, Maria do Pilar. Apresentação. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. P, 17 -18. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/caminhos-da-educacao-integral-no-brasil-direito-a-outros-tempos-e-espacos-educativos-moll-er/>. Acesso em: 30 out. 2021.

LECLERC, Gesuína. Programa Mais Educação e Práticas de Educação Integral. In: MOLL,

Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 307 - 318. Disponível em: <<https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/caminhos-da-educacao-integral-no-brasil-direito-a-outros-tempos-e-espacos-educativos-moll-er/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n.1, e65398, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/65398>>. Acesso em 12 jan. 2023.

MARQUES, Léa; MORENO, Renata. **A luta por Creches e a Autonomia das Mulheres. Perspectivas feministas para igualdade e autonomia das mulheres**. Sempreviva Organizações Feministas – SOF. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Perspectivasfeministasparaigualdade.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2021.

MEYLAN, Arleide. **As Dimensões Do Direito À Moradia: o protagonismo da mulher na política de habitação de interesse social**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília/UNB. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/36764/1/2019_ArleideMeylan.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/pSndCJvcPXTgYhbdd8ttRXs/?lang=pt>>. Acesso em: 31 out. 2021.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína. Diversidade e tempo integral: A garantia dos direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 293-304, jul /dez. 2013. Disponível em: <<https://retratodaescola.emnuvens.com.br/rdearticle/viewFile/306/476>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MOREIRA, Nathalia Carvalho [et al]. Mobilidade Social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do Bolsa-Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público – RSP**. Brasília 62 (4): 449 - 465 out/dez. 2011. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/82/79>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MORENO, Renata; VIÚDES, Taís. A Centralidade da Autonomia Econômica para as Mulheres. **Revista Perspectivas feministas para igualdade e autonomia das mulheres**. Sempreviva Organização Feministas – SOF. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Perspectivasfeministasparaigualdade.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OXFAM BRASIL. **Mulheres contra as desigualdades**. Disponível em: <<https://materiais.oxfam.org.br/mulheres-contras-desigualdades>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

PARADIS, Clarisse G. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. In: **Mulheres como sujeitos ativos na construção de políticas públicas no Brasil**. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres/ Campinas, São Paulo: Unicamp. IE. CESIT, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Mundo%20do%20trabalho%20das%20mulheres_ampliar%2>

Odireitos%20e%20promover%20a%20igualdade.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PESSOA, Janira Valentim Cherry. **O cotidiano de escolas do município de Governador Valadares no contexto da Escola de Tempo Integral**: um olhar sobre o tempo, o espaço e o rendimento escolar. Dissertação. Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, 2016.

Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7569/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_CotidianoEscolasMunic%C3%ADpio.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

ROCHA, D. R. C. **Educação integral e cidade educadora**: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Governador Valadares/MG, 2018. Disponível em: <<https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/dissertacao-sobre-educacao-integral-e-oferecida-ao-municipio/85984>>. Acesso em: 12 set. 2021.

ROCHA, L. M. L. N. **Feminismo, Gênero e Políticas Públicas**: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982>>. Acesso em: 16 set. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Como fazer prevalecer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial para o direito à moradia adequada. Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2012. Disponível em: <direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

ROSA, Elenilza Ingrácia da Silva. **Interseções entre Família e Escola, na Escola de Tempo Integral, em Território Vulnerável**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – Univale, 2020. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em 01 nov. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar e promover a igualdade. In: Clarisse Goulart Paradis. **Mulheres como sujeitos ativos na construção de políticas públicas no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesis, jun. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/36590220/Mulheres_como_sujeitos_ativos_na_constru%C3%A7%C3%A3o_de_pol%C3%A9ticas_p%C3%BAblicas_no_Brasil>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SIQUEIRA, Sueli. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds**, p. 1-12, 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/5973>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto. Emigração, crise econômica e retorno: o caso da Microrregião de Governador Valadares. **Anais**, p. 1-24, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2054>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SIQUEIRA, Sueli. **Ligações migratórias contemporâneas**: Brasil, Estados Unidos e Portugal. Sueli Siqueira (Org.), Governador Valadares, MG: Núcleos de Estudos Multidisciplinar sobre o Desenvolvimento Regional, Universidade Vale do Rio Doce:

Univale, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Siqueira/publication/325857304_LIGACOES_MIGRATORIAS_CONTEMPORANEAS_BRASIL_ESTADOS_UNIDOS_E_PORTUGAL/links/5b294750a6fdcc72dbedfec/LIGACOES-MIGRATORIAS-CONTEMPORANEAS-BRASIL-ESTADOS-UNIDOS-E-PORTUGAL.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SOARES, Vera. Textos Acadêmicos. Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher. In **Mulher, Autonomia e Trabalho**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/840-_Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

SOARES, Weber. **Da Metáfora à Substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, CEDAPLAR /UFMG, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FACE-5NGJ5E>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SOUZA, Maria Celeste, R. F. Relatório De Pesquisa. **Relação com o saber e Educação Integral**: um estudo sobre estudantes dos anos finais do ensino fundamental no contexto da Escola em Tempo Integral. Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade - EDUCON. Universidade Federal de Sergipe – UFS, Sergipe/BR, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/59843>>. Acesso em: 14 set. 2021.

SUMI, C. M. **A cidade na perspectiva do gênero**: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/331990/1/Sumi_CamillaMassola_M.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

TOZZI, G. F. Mulheres e a luta por moradia: trajetórias de empoderamento e autonomia na experiência do MST- Leste 1. **Revista Cadernos de Pesquisa #10** - Associação Escola da Cidade, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/952841/mulheres-e-a-luta-por-moradia-trajetorias-de-empoderamento-e-autonomia-na-experiencia-do-mst-leste-1>>. Acesso em: 11 set. 2021.

VIGANO, S, M, M; LAFFIN, M, H, L, F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **Revista História São Paulo**. UNESP, São Paulo, dez.2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/?lang=pt>>. Acesso em 16 set. 2021.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco. **A Luta pela Terra no Vale do Rio Doce**: conflitos e estratégias. Ed. UNIVALE. Governador Valadares – MG, p. 1-336, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RcEWGLr_C-g>. Acesso em: 03 nov. 2021.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. **Grupo Teia** – Territórios, Educação Integral e Cidadania. (ETI) da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – MG. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<http://teiaufmg.com.br/wpcontent/uploads/2014/07/Relato%CC%81rio-TEIA-2012-final.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ANEXOS

ANEXO: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Gestão Pública Feminina: participação das mulheres na integração das políticas sociais: Educação e Habitação”. Trata-se de uma pesquisa de mestrado realizada na Maestría Estado, Políticas Públicas e Governo da FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, realizada sob orientação da Prof. Dra. Renata Moreno. Meu nome é Elisa Maria Costa, sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (elisacosta1313@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte contato telefônico: (33) 99968-0113.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., inscrito (a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Gestão Pública Feminina: participação das mulheres na integração das políticas sociais: Educação e Habitação”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) responsável Elisa Maria Costa sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que os dados serão utilizados apenas para os fins da mencionada pesquisa de mestrado, que minha identidade será preservada por meio de anonimização dos dados e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação neste projeto de pesquisa.

Governador Valadares, de de

Assinatura: Participante

Assinatura: Elisa Maria Costa - Pesquisadora Responsável

APÊNDICES

- j) Outros cursos: () curso técnico () curso profissionalizante.
- l) Profissão: _____
- m) Ocupação profissional: _____
- o) Está empregada? () sim () não.
- p) Você é chefe de família? () sim () não.
- q) Renda familiar: () Até 1 salário mínimo () Entre 1 e 2 salários mínimos () Entre 2 e 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos.
- r) Quanto é sua participação na renda familiar: () 1/4 () 1/3 () metade () total.
- s) Situação de moradia: () casa própria () alugada () de favor.
- t) Quantas pessoas moram na casa: () até 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () acima de 6 pessoas.

2. POLÍTICA HABITACIONAL

- a) Quando iniciou sua participação no movimento de moradia/núcleos dos sem-casa/associação?
- b) O que te motivou a participar?
- c) Quais funções já desempenhou e qual função desempenha atualmente?
- d) Qual sua avaliação sobre a política habitacional desenvolvida no período de 2009 a 2016?
- e) Qual foi o papel dos núcleos/associação desempenharam na construção e implementação da política habitacional?
- f) Como foi o diálogo com a prefeitura? () bom () ruim.
- g) O que você lembra-se de aspecto positivo? E de obstáculo?
- h) Você foi beneficiada com a política habitacional no período de 2009 a 2016?
- i) O que representa pra você ter casa própria?
- j) Na sua opinião, a aquisição da casa própria trouxe outros benefícios para você? () Sim () Não.
- Se sim, quais?
- j.1: mais liberdade () Sim () Não. Se sim, explique.
- j.2: mais autonomia e independência econômica () Sim () Não. Se sim, explique.
- j.3: mais segurança/proteção da família () Sim () Não. Se sim, explique.
- j.4: maior empoderamento feminino () Sim () Não. Se sim, explique.
- l) Além da casa própria, quais outras reivindicações/demandas que são importantes para a política habitacional? Transporte público? () Sim () Não. Creches/escolas? () Sim () Não. Saúde/ Estratégia de Saúde da Família? () Sim () Não (). Áreas de Lazer? () Sim () Não. Praças? () Sim () Não. Segurança Pública? () Sim () Não. Outras.

m) Quais destas reivindicações vocês conquistaram da Prefeitura? Transporte público? () Sim () Não. Creches/escolas? () Sim () Não. Estratégias de Saúde da Família? () Sim () Não. Áreas de Lazer? () Sim () Não. Praças? () Sim () Não. Segurança Pública? () Sim () Não. Outras.

3. ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

- a) Quantas(os) filhas(os) estudaram na Escola de Tempo Integral?
- b) Quantas(os) filhas(os) ainda estudam na Escola de Tempo Integral?
- c) Quando suas/seus filhas(os) começaram a estudar na Escola de Tempo Integral?
- d) Como avalia a Escola de Tempo Integral no período de 2009 a 2016:
 - d.1: em termos de qualidade da educação?
 - d.2: em termos de infraestrutura/ instalações físicas?
 - d.3: em termos de qualidade da alimentação?
 - d.4: quais as vantagens?
 - d.5: quais os problemas?
- e) Quais os benefícios das Escola de Tempo Integral para você?
 - () oportunidade para trabalhar;
 - () oportunidade para estudar;
 - () oportunidade para fazer curso profissionalizante;
 - () aumento da renda familiar;
 - () aumento do tempo de lazer;
 - () empoderamento feminino;
 - () outros. Quais?

4. Integração das políticas sociais de Habitação e Escola de Tempo Integral (ETI).

- a) Você percebeu se houve relação/integração entre a política habitacional e a Escola de Tempo Integral? Se sim, de que maneira?
- b) Pela sua experiência, como você avalia os efeitos da política habitacional e da Escola de Tempo Integral na sua vida e da sua família?

5. Gostaria de acrescentar mais alguma informação ou avaliação?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: GRUPO DAS LIDERANÇAS SOCIAIS

Prezadas,

Agradecemos sua disponibilidade em contribuir com esta pesquisa. Este roteiro de entrevistas tem como objetivo fazer um levantamento acerca da participação das mulheres que contribuíram com a elaboração, execução, integração e que são beneficiárias das políticas públicas de Educação (ETI - Escola de Tempo Integral) e Habitação de Interesse Social. Este questionário faz parte da pesquisa de campo do mestrado intitulada “Gestão Pública Feminina: participação das mulheres na integração das políticas sociais: Educação e Habitação”, que está sendo realizado por mim, Elisa Maria Costa e orientada pela Profa. Dra. Renata Moreno, junto à Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO.

Em caso de dúvida ao responder, ou precise de informações complementares a respeito da pesquisa, fale comigo pelo e-mail elisacosta1313@gmail.com ou pelo Celular/ WhatsApp (33)99968-0113.

B. LIDERANÇAS DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS E DA ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL NOVA TERRA (AHNT).

PERFIL	Situação de moradia:
Nome Completo:	Escolaridade:
Endereço: Rua, número, apto, bairro, residencial:	Profissão:
Telefone: Celular e Celular/WhatsApp:	Trabalha em casa nos afazeres domésticos e/ou outras atividades:
Rede Social:	Trabalha fora de casa, atividade profissional, faixa salarial, jornada de trabalho:
Idade:	Você ou alguém da família é beneficiária (o) de programas e políticas sociais como o Benefício
Raça:	Quantas (os) filhas (os), nome, idade (datas deda Prestação Continuada (BPC), Auxílio Brasil
Estado civil – quando casou (data):	nascimento), escola que estudam, se trabalham:(ex- Bolsa Família), Aposentadoria e outros?
Idade do pai/mãe da (o) filha (o)/relação com ela(o):	Quais?
Se mais de um pai/mãe, descrever:	Renda Familiar:
Pessoas que moram na casa/apto:	

2. TRAJETÓRIA

Conte-me sobre sua trajetória no movimento de moradia (núcleos dos sem-casa) e/ou na Associação Habitacional Nova Terra. Como começou, há quanto tempo, quais funções já desempenhou, qual função desempenha atualmente.

Durante o período de 2009 a 2016, como foi a sua atuação com relação às políticas públicas?

3. SOBRE AS POLÍTICAS ESTUDADAS

Como foi a organização do núcleo/da associação para a política habitacional e da Escola de Tempo Integral (ETI)? Havia reivindicações específicas?

Como os núcleos habitacionais e a Associação Habitacional Nova Terra contribuíram com a construção destas políticas e acompanhou sua implementação?

Como foi o diálogo com a prefeitura? O que você lembra-se de aspecto positivo? E de entrave, obstáculos?

Pela sua experiência, como você avalia os efeitos da política de Habitação e da Escola de Tempo Integral na vida das mulheres beneficiárias? Cite pontos positivos e negativos.

Você considera que as mulheres beneficiárias do direito adquirido com o sonho da casa própria e filhas (os) na Escola de Tempo Integral tiveram mudanças em suas vidas e conquistaram autonomia econômica, independência, proteção da família e empoderamento?

Você avalia que as mulheres tiveram mais tempo e segurança na organização dos cuidados como: trabalho, estudo, lazer e outros?

Você ou alguém da família é beneficiária (o) de outros programas e políticas sociais como o Benefício da Prestação Continuada (BPC), Auxílio Brasil (ex- Bolsa Família), Aposentadoria e outros? Quais?

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

2. Beneficiárias das políticas de Habitação e da Escola de Tempo Integral.

Qual a importância para sua vida de ter conquistado a casa própria?

Considera que foi acertado a escolha das beneficiárias terem sido feitas pelos núcleos do sem-casa, acompanhadas pela Associação e pela Prefeitura Municipal?

Você continua acompanhando as lutas pela moradia de quem ainda está na fila de espera?

Qual sua avaliação da Escola de Tempo Integral?

Complete sua avaliação sobre: tempo na escola; oficinas de arte, esporte e lazer; aprendizagem das/os alunas/os; professoras/es e servidoras/es; qualidade da alimentação; estrutura física; segurança e proteção das/os estudantes; outros.

Qual o significado na sua vida sendo mãe de filhas (os) da Escola de Tempo Integral? Houve mudanças? Quais? Oportunidade de trabalhar fora de casa? Estudo e qualificação profissional? Cuidados pessoais como saúde, lazer? Cuidando de familiares? Outros?

Que benefícios você considera que teve com a conquista da casa própria e ter filhas/os na Escola de Tempo Integral? Cite pontos positivos e negativos.

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

2. POLÍTICA HABITACIONAL

- a) Qual foi sua participação na elaboração da política habitacional?
- b) Qual foi sua participação na implementação da política habitacional?
- c) Qual sua avaliação sobre a política habitacional desenvolvida no período de 2009 a 2016?
- d) Na sua avaliação, qual o papel dos núcleos/associação na construção e implementação da política habitacional?
- e) Como foi o diálogo da gestão com os núcleos dos sem-casa/associação habitacional?
- f) O que você lembra de aspecto positivo e de obstáculo na elaboração e implementação da política habitacional?
- g) Na sua opinião quais os benefícios da casa própria para as mulheres beneficiárias?
- g.1: mais liberdade () sim () não. Se sim, explique.
- g.2: mais autonomia e independência econômica () sim () não. Se sim, explique.
- g.3: segurança/proteção da família () sim () não. Se sim, explique.
- g.3: maior empoderamento feminino () sim () não. Se sim, explique.
- g.4: Outros.
- h. Além da casa própria, quais outras reivindicações/demandas foram consideradas importantes pela gestão pública para a política habitacional? Transporte público? () Sim () Não. Creches/escolas? () Sim () Não. Saúde/Estratégias de Saúde da Família? () Sim () Não. Áreas de Lazer? () Sim () Não. Praças? () Sim () Não. Segurança Pública? () Sim () Não. Outras.
- i. Quais destas reivindicações foram atendidas pela Prefeitura? Transporte público? () Sim () Não. Creches/escolas? () Sim () Não. Saúde/ Estratégias de Saúde da Família? () Sim () Não. Áreas de Lazer? () Sim () Não. Praças? () Sim () Não. Segurança Pública? () Sim () Não. Outras.

3. ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

- a) Qual foi sua participação na concepção/elaboração da ETI?
- b) Qual foi sua participação na implementação da ETI?
- c) Como avalia a Escola de Tempo Integral no período de 2009 a 2016:
- c.1: em termos de qualidade da educação?
- c.2: em termos de infraestrutura/instalações físicas?
- c.3: em termos de qualidade da alimentação?
- c.6: se houve participação das mulheres/mães e das famílias?

- d) Como foi a implementação da ETI para a gestão pública/Prefeitura?
- e) Quais dificuldades encontradas na implementação da ETI?
- f) Quais os benefícios na implementação da ETI?
- g) Quais os benefícios da Escola de Tempo Integral para as mulheres/mães beneficiárias?
 - () oportunidade para trabalhar;
 - () oportunidade para estudar;
 - () oportunidade para fazer curso profissionalizante;
 - () aumento da renda familiar;
 - () aumento do tempo de lazer;
 - () empoderamento feminino;
 - () outros. Quais?

4. Integração das políticas sociais de Habitação e Escola de Tempo Integral (ETI).

- a) Você percebeu se houve relação/integração entre a política habitacional e a Escola de Tempo Integral? Se sim, de que maneira?
- b) Pela sua experiência, como você avalia os efeitos da política habitacional e da Escola de Tempo Integral na vida das mulheres beneficiárias e das suas famílias? Teve mudanças significativas positivas? Negativas?

5. Gostaria de acrescentar mais alguma informação ou avaliação?